

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Pietra Raissa Silva

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL ENTRE PESCADORES ARTESANAIS DA  
BACIA DE CAMPOS (RJ): uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023**

Belo Horizonte

2025

Pietra Raissa Silva

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL ENTRE PESCADORES ARTESANAIS DA  
BACIA DE CAMPOS (RJ): uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023**

Dissertação apresentada ao programa de PósGraduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves.

Coorientador: Dr. Antônio Maria Claret

Belo Horizonte

2025

301 S586p 2025	<p>Silva, Pietra Raissa.</p> <p>Pobreza multidimensional entre pescadores artesanais da Bacia de Campos (RJ) [recurso eletrônico]: uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023 / Pietra Raissa Silva. - 2025.</p> <p>1 recurso online (109 f. ): pdf</p> <p>Orientador: Jorge Alexandre Barbosa Neves. Coorientador: Antônio Maria Claret.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Sociologia – Teses. 2. Pobreza – Teses. 3.Pesca artesanal - Teses. I. Neves, Jorge Alexandre Barbosa. II. Claret, Antônio Maria . III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.</p>
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - SECRETARIA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente PIETRA RAÍSSA SILVA, intitulada: "**Pobreza Multidimensional entre Pescadores Artesanais da Bacia de Campos dos Goitacazes (RJ): uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023**" A Banca foi composta pelos professores doutores: Jorge Alexandre Barbosa Neves - Orientador (DSO/UFMG), Antonio Maria Claret de Souza Filho (PUC MINAS) e Luciano Mattar (UFMG). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ( )

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Maria Claret de Souza Filho, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Alexandre Barbosa Neves, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Mattar, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4001298** e o código CRC **E7387DAF**.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação é um processo longo, ainda que precise ser percorrido em um espaço bastante curto de tempo. Gostaria de agradecer a todos que tornaram esse caminho possível:

Ao meu orientador, Jorge Alexandre Neves, pelas orientações práticas e assertivas que nortearam a construção deste trabalho e pela inserção no projeto PEA-Pescarte; e ao meu coorientador, Antônio Maria Claret, pela introdução gentil à riqueza do tema da Pobreza Multidimensional. Estou certa de que esse é apenas o começo.

Ao projeto PEA-Pescarte e aos Pescadores da Bacia de Campos. Espero com esse trabalho colocar mais um tijolinho na compreensão e intervenção nessa realidade tão rica e complexa.

Ao meu ex-coordenador, Frederico Coutinho, pela pequena fagulha que deu origem a esse projeto. Agradeço também pela compreensão nas ausências necessárias para a conclusão desse trabalho. Sua parceria foi e continua sendo um presente.

Ao meu amigo, Ítalo Assis, meu guardião nesse caminho longo da pós-graduação. Todas as suas mensagens buscando saber como caminhava esse texto foram essenciais.

Aos meus familiares: minha mãe, Giselle Cristina da Silva e meu irmão, Pierre Monteiro, meus grandes apoiadores; meu companheiro, Marcos Palmeira, por me acompanhar em todas as alegrias e desafios deste percurso; minhas tias, Josy e Simone, que sempre foram um norte para mim; ao meu tio Renan, que cuidou de grande parte da vida que acontece durante uma dissertação e que, sem dúvida, eu não seria capaz sozinha. E à minha psicanalista Karen, que me acompanhou nos caminhos internos que precisei trilhar.

Por fim, dedico este trabalho a memória do meu pai, Rodney Silva. Espero que ele esteja feliz com o caminho que tenho construído.

## RESUMO

Partindo da leitura de pobreza tratada na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, entendida para além do critério monetário, esta dissertação tem como objetivo analisar a Pobreza Multidimensional entre os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos (RJ), afetados pelas atividades de extração de Petróleo da Petrobras, bem como a sua evolução entre os anos de 2016 e 2023. Para isso, foi aplicado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), baseado no método Alkire-Foster, utilizando dados da Pesquisa Pescarte, realizada junto aos pescadores artesanais da referida região. Os resultados indicam uma redução significativa da pobreza multidimensional, com queda da proporção de famílias pobres (de 40,2% para 26,2%) e da intensidade da pobreza (de 35,7% para 21,09%). As principais melhorias foram observadas na infraestrutura domiciliar, enquanto a segurança alimentar e a educação permaneceram como desafios centrais. A análise por grupos revelou que os idosos seguem como os mais vulneráveis e que a participação associativa não demonstrou impacto significativo na redução da pobreza. Este trabalho é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

**Palavras-Chave:** Pobreza Multidimensional; Abordagem das Capacidades; Pesca Artesanal, Índice de Pobreza Multidimensional.

## **ABSTRACT**

Based on Amartya Sen's Capability Approach, which considers poverty beyond monetary criteria, this dissertation aims to analyze Multidimensional Poverty among artisanal fishers in the Campos dos Goytacazes Basin (RJ), a population affected by Petrobras' oil extraction activities, as well as its evolution between 2016 and 2023. To achieve this, the Multidimensional Poverty Index (MPI) was applied using the Alkire-Foster method, drawing on data from the Pescarte Survey, conducted among artisanal fishers in the region. The results indicate a significant reduction in multidimensional poverty, with a decline in the proportion of poor families (from 40.2% to 26.2%) and in the intensity of poverty (from 35.7% to 21.09%). The most notable improvements were observed in housing infrastructure, while food security and education remained persistent challenges. Group-based analysis revealed that elderly individuals continue to be the most vulnerable, and that associative participation did not show a significant impact on poverty reduction. This research was funded by the Environmental Education Project (PEA) Pescarte, a mitigation measure required by Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA.

**Keywords:** Multidimensional Poverty; Capability Approach; Artisanal Fishing.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Número de Privações por Domicílio - 2016 e 2023 .....	83
Gráfico 2. Somatório de privações ponderadas para famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos - 2016 e 2023 .....	85
Gráfico 3. Proporção de Famílias Pobres (H) - 2016 e 2023 .....	86
Gráfico 4. Intensidade Média da Pobreza, dada pela média do número de privações dos domicílios pobres multidimensionais (A)– 2016 e 2023.....	87
Gráfico 5. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional - 2016 e 2023.....	87
Gráfico 6. Contribuição das Dimensões do IPM dentre as famílias multidimensionalmente pobres - 2016 e 2023 .....	88
Gráfico 7. Proporção de Pessoas Pobres e Não Pobres por município - 2016 e 2023 ...	89
Gráfico 8. Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Homens e Mulheres – 2016 e 2023 .....	91
Gráfico 9. Intensidade Média da Pobreza entre Homens e Mulheres – 2016 e 2023.....	91
Gráfico 10. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Homens e Mulheres - 2016 e 2023 .....	92
Gráfico 11. Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023.....	93
Gráfico 12. Intensidade Média da Pobreza entre Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023.....	93
Gráfico 13. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023 .....	93
Gráfico 14. Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais) – 2016 e 2023.....	94
Gráfico 15. Intensidade Média da Pobreza entre Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais) – 2016 e 2023 .....	94
Gráfico 16. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais)– 2016 e 2023 .....	95
Gráfico 17. Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023 .....	96
Gráfico 18. Intensidade Média da Pobreza entre Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023 .....	96

Gráfico 19. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023 .....	96
Gráfico 20. Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023 .....	97
Gráfico 21. Intensidade Média da Pobreza entre Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023 .....	97
Gráfico 22. Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023.....	98
Quadro 1. Dimensões, Indicadores e ODSs vinculados para mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional Global.....	58
Quadro 2. Perguntas utilizadas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)62	
Quadro 3. Pontos de corte segundo Nível de Segurança/Insegurança Alimentar indicado pelo EBIA.....	63
Quadro 4. Dimensões, Indicadores, Pesos e Cortes de Privação utilizado para o IPM dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos .....	66
Quadro 5. Processo de Tratamento dos Dados e Exclusões: Perfil Final das Pesquisas Pescarte (2016 e 2023).....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Total dos municípios de abrangência do PEA Pescarte – Rio de Janeiro - 2022 .....	70
Tabela 2. Salário Médio Mensal, População Ocupada e População com renda abaixo de 1/2 SM, per capita, nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro - 2022.....	71
Tabela 3. Taxa de Escolarização dos 6 aos 14 anos e resultados do IDEB nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2010 e 2023 .....	72
Tabela 4. PIB Per Capita, Total de Receitas e Transferências dos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2021 e 2023 .....	74
Tabela 5. Mortalidade Infantil, Internações por Diarreia, Esgotamento Sanitário e Urbanização de Vias nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2010 e 2022 .	76
Tabela 6. Indicadores Sociodemográficos das Pesquisas Pescarte - 2016 e 2023.....	77
Tabela 7. – Proporção de domicílios que sofrem privação, segundo os indicadores selecionados – 2016 e 2023 .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Alkire-Foster
Covid-19	Corona Virus Disease 2019
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EF	Ensino Fundamental
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
Método AF	Método Alkire-Foster
MUNIC	Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros
OPHI	Oxford Poverty and Human Development Initiative
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PIB	Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ABORDAGEM TEÓRICA .....	15
1. Transformações e Permanências do conceito de Pobreza e suas Formas de Mensuração 15	
1.2. Concepções de Desenvolvimento: Desenvolvimento Humano e a Abordagem das Capacidades .....	22
1.3. O uso de Índices de Pobreza Multidimensional.....	26
1.3.1 Uso de Índices de Pobreza Multidimensional no Brasil .....	31
1.4. A exploração do Petróleo e seus impactos: o contexto da Bacia de Campos (RJ) e a intervenção de um projeto de Educação Ambiental.....	35
1.4.1. Modelo de Intervenção do PEA-Pescarte, Capital Social e sua potencialidade para a redução da Pobreza.....	40
2. CAPÍTULO METODOLÓGICO .....	56
2.1. Em termos de Pergunta de Pesquisa: .....	56
2.2 Os objetivos: .....	56
2.3. Em termos de hipóteses: .....	56
2.4. Base de Dados:.....	56
2.5. Índice de Pobreza Multidimensional para o público do Pescarte e o método Alkire-Foster .....	58
2.5.1. Adaptação da Dimensão Saúde: .....	62
2.5.2. Adaptação da Dimensão Educação: .....	64
2.5.3. Adaptação da Dimensão Padrão de Vida:.....	64
2.5.4: Síntese do IPM dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos .....	65
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	70
3.1. Análise Sociodemográfica dos municípios atendidos pelo PEA Pescarte: de qual realidade estamos falando? .....	70
3.2. Reconhecendo os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos .....	77
3.3. Pobreza Multidimensional entre Pescadores Artesanais da Bacia de Campos - Análise Comparativa entre 2016 e 2023 .....	80
3.4. Pobreza Multidimensional por Grupos Sociais de Interesse – 2016 e 2023.....	90
4. CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS .....	103

## INTRODUÇÃO

A presente investigação adota a perspectiva da pobreza como um fenômeno complexo, entendido para além da ausência de recursos financeiros, envolvendo múltiplas dimensões que afetam a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Nesta dissertação, intitulada "Pobreza Multidimensional entre Pescadores Artesanais da Bacia de Campos: uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023", proponho uma investigação das condições de vida dos pescadores artesanais a partir de como se apresentam ou não suas condições de pobreza, entendidas multidimensionalmente.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é a avaliação da pobreza multidimensional entre os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos, uma região fortemente influenciada pela atividade petrolífera da Petrobras. O objetivo é entender a extensão da pobreza para além da dimensão monetária, contemplando como diferentes privações afetam as comunidades de pesca nas dimensões de saúde, educação e condições de vida.

A abordagem teórica central desta pesquisa é a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen, que oferece um quadro normativo para avaliar o desenvolvimento humano em termos das reais oportunidades que as pessoas têm de ser e fazer aquilo que valorizam. Esta abordagem permite uma análise das privações sofridas pelos pescadores artesanais, para além da renda. Para operacionalizar essa investigação, utilizo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido pelo Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Através da aplicação do IPM, será possível identificar não apenas quem é pobre, mas também em quais aspectos específicos essas pessoas são mais vulneráveis.

O estudo será realizado a partir do levantamento detalhado das condições de vida dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos utilizando dados coletados pela Pesquisa Pescarte, um projeto de Educação Ambiental desenvolvido pela Petrobras em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Ao longo desta dissertação, buscarei não apenas quantificar a pobreza multidimensional, mas também contextualizar os resultados no cenário de exploração de petróleo e suas implicações para as comunidades locais. A análise comparativa entre os anos de 2016 e 2023 permitirá avaliar se houve mudanças significativas nas condições

de vida dos Pescadores Artesanais e identificar possíveis melhorias ou agravamentos das privações sofridas por essas comunidades.

Em resumo, este trabalho pretende oferecer uma contribuição significativa para o entendimento da pobreza multidimensional entre Pescadores Artesanais, destacando a importância de considerar múltiplas dimensões de privação e fornecendo contribuições para a formulação intervenções mais eficazes, que extrapolem o entendimento corrente do que caracteriza a situação de pobreza.

## 1. ABORDAGEM TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as bases teóricas que suportam a presente pesquisa. A seção teórica será concentrada em 4 capítulos: um primeiro, dedicado a articular as discussões sobre Transformações e Permanências do conceito de Pobreza. O capítulo vai apresentar o desenvolvimento do conceito de pobreza, as decisões normativas e políticas relacionadas a sua definição, bem como as formas correntes de mensuração. A discussão de desenvolvimento será conectada a apresentação da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen no segundo capítulo, base teórica do Índice de Pobreza Multidimensional que será utilizado nesta dissertação.

Na terceira parte nos aprofundaremos no Índice de Pobreza Multidimensional, contextualizando os motivos pelo quais ele se apresenta como uma boa alternativa para avaliação da situação de pobreza, suas críticas e suas aplicações práticas no contexto brasileiro.

Na quarta e última parte, trataremos sobre o público-alvo desta investigação, os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos (Rio de Janeiro) afetados pela atividade de exploração de petróleo *offshore* pela Petrobras. Além da contextualização dos impactos sofridos por esse público, essa seção busca apresentar o modelo de intervenção do PEA-Pescarte e em que se baseia o mecanismo de transformação proposto pelo projeto, utilizando para isso o referencial teórico sobre Capital Social.

### 1. Transformações e Permanências do conceito de Pobreza e suas Formas de Mensuração

Em 2022, o Banco Mundial reportou que a Pobreza Mundial segundo o critério de pessoas que sobrevivem com até \$2.15 dólares ao dia foi de 9% em todo o mundo<sup>1</sup>. O número vem em constante diminuição desde 1981, quando começou a ser mensurado e só apresentou um aumento nos anos de 1989 e 2020, este último devido a pandemia de Covid-19 e suas consequências.

A exposição acima destaca duas características importantes das métricas de pobreza: a necessidade de acompanhar essas medidas conforme seus critérios específicos, dada a

---

<sup>1</sup> World Bank. Poverty headcount ratio at \$2.15 a day (2017 PPP) (% of population) – World. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2022&locations=1W&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=1981&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2022&locations=1W&most_recent_value_desc=true&start=1981&view=chart). Acesso em: 29/05/2024.

variabilidade nas formas de mensuração, e a multiplicidade de fatores que podem explicar a situação de pobreza, como exemplificado pelas consequências da Covid-19.

A variabilidade das formas de mensuração da pobreza depende, em primeira instância, da concepção de pobreza adotada, que é fruto de um contexto temporal e espacial específico. Nesse sentido, o entendimento da pobreza não é um conceito gratuito e auto evidente, mas fruto de discussões normativas, relacionadas a julgamentos e avaliações que ditam o que é esperado, segundo determinados valores, ideais e prescrições (ALKIRE, DENEULIN, 2009). Isso impacta em dois momentos: na definição de qual ou quais critérios caracterizam a situação de pobreza e uma segunda etapa, em que é necessário definir qual é o corte que vai dividir quem é ou não pobre. A primeira e mais premente consequência das diferentes formas de concepção sobre a pobreza é o impacto no conjunto de pessoas que são ou não consideradas pobres.

No decorrer do século XX é possível destacar três concepções sobre a pobreza, a saber: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa (CRESPO E GUROVITZ, 2002; CODES, 2008), que por sua vez modificam diretamente suas formas de mensuração e enfrentamento. A seguir vamos trabalhar cada uma das concepções, suas limitações e críticas.

A abordagem de Sobrevivência foi proeminente nos séculos XIX e XX até a década de 50 e tinha como foco o entendimento exclusivamente nutricional da pobreza: Pobre é aquele que não tem suas necessidades alimentares básicas plenamente atendidas. Essa perspectiva teve sua origem na Inglaterra e envolveu estudos nutricionais que buscavam delimitar qual seria os nutrientes básicos à manutenção da vida. Esses estudos, por sua vez, baseavam a aproximação de qual seria o valor de uma cesta de alimentos básica que supriria tais necessidades (SOARES, 2009; CODES, 2008).

Em termos históricos essa abordagem é tributária da chamada “Poor Law”, um conjunto de leis implementado na Inglaterra em 1601 que buscava regulamentar a assistência aos pobres e controlar a mendicância. Além de alocar a assistência aos pobres às paróquias locais, a lei trabalhava com a diferenciação entre “pobres merecedores”, aqueles que não trabalhavam em função de idade, deficiência ou doença e “pobres não merecedores”, aqueles que eram desempregados (HANSAN, 2011). Nesse sentido, a contribuição da averiguação do valor nutricional estava em circunscrever qual seria o mínimo necessário a ser fornecido aos sujeitos pobres (CODES, 2008).

Em um segundo momento, pós Segunda Guerra Mundial, a abordagem nutricional foi recuperada como meio de suportar o baixo investimento nas políticas de assistência e privilégio a chave da geração do emprego como o meio de atender às demandas sociais que eram ainda mais prementes nesse momento (CASTEL, 1998, p. 585-586; HOBBSAWN, 1995, p. 162 *apud* CODES, 2008).

Em termos das críticas, a Abordagem de Subsistência se demonstra problemática pela dificuldade em precisar qual seria a medida que atenderia a necessidades básicas, levando em conta os hábitos alimentares, a disponibilidade de alimentos em cada localidade, a variação da quantidade de energia e nutrientes a depender das atividades desempenhadas por cada indivíduo, assim como os fatores como gênero e idade e o condicionamento social permeiam a alimentação (TOWNSEND, 1993, p. 31 *apud* CODES, 2008). O artigo de Soares (2009) faz uma revisão do chamado Método Calórico, contextualizando as dificuldades normativas e de implementação de tal método (SOARES, 2009).

Uma segunda crítica a esse enfoque é que limitar a situação de pobreza a subsistência é simplista ao enxergar as necessidades humanas apenas sob a ótica das necessidades físicas (TOWNSEND, 1993, p. 31 *apud* CODES, 2008). Além disso, a pobreza é tida como um sintoma e não uma das causas, o que indica a fragilidade de uma intervenção que visa cuidar apenas deste aspecto (MAXWELL & SLATER, 2003).

Apesar das críticas ao critério de subsistência como critério único de definição da situação de Pobreza, foi e é extensamente utilizado para pautar intervenções públicas até os dias atuais, embora atualmente revisto e promovido com o objetivo de garantia de questões relacionadas a sobrevivência física e não a solução da situação de pobreza como um todo (ROCHA, 2003, p. 11 *apud* CODES, 2008). No Brasil, destaca-se o Programa Fome Zero, vinculado a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal, voltado a garantia do Direito a Alimentação, com ações nos níveis estadual e municipal dedicadas a oferta de Cupons de Alimentação, concessão de cestas básicas, ampliação da merenda, ações de combate à desnutrição infantil e materna, entre outras intervenções (YASBEK, 2004). O programa contextualizava a necessidade de ações estruturais, ligadas a geração de emprego e renda, incentivo a agricultura familiar, que buscavam mitigar a situação a longo prazo, mas destacava a necessidade de implementação de ações que cuidavam do problema de forma imediata (YASBEK, 2004). Mais tarde o programa foi descentralizado em outras políticas

públicas vigentes, como é o caso do Bolsa Família e do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A segunda abordagem mobilizada historicamente para entendimento da Pobreza foi a de Necessidades Básicas, que parte do entendimento da necessidade de agregação de mais elementos em uma perspectiva multidimensional para o entendimento da situação de pobreza. As Necessidades Básicas seriam então divididas em dois grupos de elementos: Um grupo associado ao consumo privado (comida, abrigo, roupas, mobílias, equipamentos etc.) e um segundo, associado a serviços essenciais ofertados às comunidades (água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação, acesso à cultura) (ROCHA, 2003, p.20 *apud* CODES, 2008).

Em termos de contextualização histórica, essa abordagem foi mobilizada pela Economia do Desenvolvimento sob a perspectiva do resultado produtivo gerado pelo suprimento dessas necessidades e do seu impacto indireto no crescimento econômico (CODES, 2008, p.13). Essa noção, por sua vez, se afasta da ideia de mínimo necessário, e se conecta a ideia de garantia de dignidade e liberdade (TOWNSEND, 1993, p. 31-32 *apud* CODES, 2008)

A abordagem sofre críticas em termos da sua operacionalização, em relação aos critérios mobilizados para a definição das necessidades que serão ou não incluídas, uma vez que essa dimensão não é absoluta e pode variar a depender do desenvolvimento e funcionamento de cada sociedade (CODES, 2008, p. 13). Ainda que exista consenso em termos das necessidades básicas o corte que determina a sua satisfação tem caráter relativo (CODES, 2008, p. 14).

Codes (2008) conjuga o debate de diversos autores que demonstram como, apesar das críticas, a noção de Necessidades Básicas faz dois deslocamentos importantes: a ampliação do debate sobre os fatores de mensuração da pobreza para além da subsistência, em direção a uma abordagem multidimensional; e o entendimento de que a diminuição da desigualdade de recursos é etapa necessária a redução da pobreza. Essa última se conecta a importância do entendimento das estruturas que condicionam e promovem a situação de pobreza em uma sociedade (CODES, 2008, p.14).

A abordagem de Privação Relativa, por sua vez, amplia o significado da pobreza, considerando agora a função do contexto social, do padrão de vida e das necessidades na construção do que é ou não uma situação de privação. A pobreza relativa é instituída por um padrão de comparação em relação ao contexto em que se vive (ROCHA, 1997 *apud* CODES,

2008). Além disso, essa abordagem amplia o contexto de privação para outras esferas, como trabalho, família, vizinhança, em suma, contextos sociais em que os indivíduos não gozam de recursos e condições para atendimento daquilo que é esperado (TOWNSEND, 1993, p. 36 *apud* CODES, 2008).

Essa perspectiva faz uma contraposição a noção que conecta o bom funcionamento dos mercados e a conseqüente geração de riqueza como o meio mais eficiente para o combate à pobreza, visão especialmente alavancada pelo Consenso de Washinton, promovido pelo Banco Mundial em 1990, que trazia o aumento da empregabilidade e o investimento em capital humano como as principais chaves do Combate à Pobreza (UGÁ, 2004).

Codes (2008) apresenta a argumentação de diversos autores sobre como a perspectiva relativa dá um passo além ao conectar os conceitos de pobreza e cidadania: a pobreza passa a figurar como uma questão de negação de direitos. Além disso, dá conta da dinamicidade das sociedades, que tem os padrões de vida e hábitos em constante modificação. Essas mudanças, quando não explícitas metodologicamente dão uma noção de continuidade histórica na leitura das métricas que por vezes não é sustentada na realidade. Entender a pobreza segundo seu viés social é mais um passo da perspectiva relativa.

O breve percurso histórico abordado acima contextualiza como o conceito de pobreza, e conseqüentemente das suas formas de mensuração, está em constante tensionamento no debate público, podendo ser sumarizado, em primeiro plano, na dicotomia entre Pobreza Multidimensional e Pobreza Unidimensional, e em segundo plano na dicotomia entre Pobreza Relativa ou Pobreza Absoluta. Soares (2009) contextualiza como essas decisões conduzem a medidas completamente dispares.

No cenário em que se entende que a pobreza não é reduzida ao critério de renda, devido à sua complexidade, é necessário construir índices que incluam dimensões não monetárias. Quando a pobreza é vista como uma necessidade absoluta, como a alimentação, traçamos linhas de pobreza objetivas, fixas e universais. Por outro lado, se acreditamos que o critério de pobreza varia conforme a sociedade de referência, desenhamos linhas de pobreza relativas, ajustadas a cada contexto social. E, se considerarmos que a pobreza pode ser percebida de maneira individual e subjetiva, então traçamos linhas de pobreza subjetivas, que se adaptam às percepções e experiências pessoais de cada indivíduo ou sociedade (SOARES, 2009, p. 9). Sobre este último, vale destacar o estudo “Voices of the Poor”, que forneceu percursos valiosos para uma nova onda de novas perspectivas sobre formas de mensuração da pobreza.

A Pesquisa “Voices of the Poor” foi conduzida pela autora Deepa Narayan (2000) a pedido do Banco Mundial e consistiu em um estudo realizado com cerca de 40.000 pessoas pobres de 50 países. O objetivo foi fornecer uma compreensão aprofundada da realidade das pessoas pobres a partir de suas próprias experiências, cobrindo desde interação com instituições públicas até o ambiente doméstico. (CRESPO, GUROVITZ, 2002). Partindo do entendimento de que as pessoas que experienciam a pobreza são os melhores avaliadores, o estudo vira a chave do entendimento e consegue desvelar nuances não estudadas com frequência para a mensuração da pobreza.

O estudo, que utilizou a metodologia de Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APPs), buscou entender a percepção das pessoas pobres sobre diferentes manifestações da pobreza e explorou dimensões como: vulnerabilidade, oportunidades, exclusão social, crime e conflito, mobilidade econômica e social como falta de acesso a propriedade, discriminação por sexo, etnia, classe ou religião e o acesso aos serviços públicos (NARAYAN, 2000).

Os achados da pesquisa corroboraram duas visões: a da multidimensionalidade da pobreza e da interrelação dos fatores sociodemográficos, uma vez que a causa e os efeitos da pobreza variam segundo idade, gênero e contextos sociais. (CRESPO, GUROVITZ, 2002).

Em termos dos aspectos psicológicos, o estudo localizou a consciência dos pobres em relação a sua vulnerabilidade e falta de poder e influência. A exposição a situações de humilhação é mencionada como frequentes e dolorosas e perpetradas por agentes públicos e privados. A situação de pobreza também produz isolamento em função da incapacidade de participação ativa em eventos sociais, tradições e festas (CRESPO, GUROVITZ, 2002). A saúde ganha grande centralidade, inclusive em relação a educação, entendida como o aspecto capaz de tornar a situação de pobreza ainda mais aguda, pela impossibilidade do trabalho, aumento de custos com medicamentos e deslocamento para médicos (CRESPO, GUROVITZ, 2002). A alfabetização é avaliada como importante, mas a escolaridade recebe opiniões variadas quanto à sua relevância. Elementos como a sensação de insegurança, vulnerabilidade a desastres também são destacados (CRESPO, GUROVITZ, 2002).

O capítulo “Keeping Poor People Powerless: The Many-Stranded Web” (Tradução livre: Mantendo as Pessoas Pobres Sem Poder: A Teia de Muitos Fios) resume como a condição de pobreza cria uma situação de “armadilha” para as pessoas pobres, que as mantém dentro da situação de vulnerabilidade. O estudo sumariza os achados em 10 dimensões: I) Precariedade dos meios de subsistência com poucos bens; II) moradia em locais isolados, arriscados e sem

serviços; III) corpos famintos, exaustos e doentes; IV) relações desiguais de gênero; V) isolamento das Relações Sociais; VI) insegurança e falta de paz de espírito; VII) instituições excludentes; VIII) comportamento abusivo de pessoas com mais poder; IV) organizações fracas e desconectadas; X) Pobre em capacidades, em função do isolamento de informações sobre empregos, oportunidades, créditos, acesso a serviços etc. (NARAYAN, 2000, p. 252).

O estudo apresenta uma contribuição significativa para o debate ao lançar luz sobre dimensões até então não abarcadas nas discussões sobre mensuração e o combate à pobreza, sendo um dos principais contrapontos ao entendimento da pobreza exclusivamente relacionado a dimensão econômica. Ao enfatizar a miríade de aspectos que caracterizam a situação de privação, o estudo promove uma visão holística da pobreza. Alguns dos contrapontos apresentados ao estudo dizem respeito ao método de coleta das informações, a construção das categorias analíticas – que podem enviesar os insumos coletados, e a importância da reflexão crítica sobre o modo de representação e utilização das vozes das pessoas pobres dentro das discussões sobre desenvolvimento (CORNWALL, FUJITA, 2012). No entanto, suas contribuições abrem caminho para abordagens inclusivas mais qualificadas e desenho de intervenções mais consequentes em relação ao público que buscam atender.

A perspectiva unidimensional, que resume a pobreza ao critério monetário é usualmente defendida em função da correlação entre a renda e as demais privações - o que tornaria o critério de renda como suficiente para sumarizar a situação de pobreza - a disponibilidade do dado monetário em contraposição a frequente indisponibilidade de outras mensurações de dimensões sociais e a possibilidade comparativa (BAGOLIN E COMIM, 2002).

No entanto, a perspectiva multidimensional, além de distar da perspectiva unidimensional em termos normativos intrínsecos, de quais políticas almejam basear, também indica a insuficiência dessa métrica em função de três achados-chave: a não coincidência entre o nível de pobreza monetária e outras privações; a falta de associação entre a redução da pobreza monetária e a redução da privação em outros indicadores; e a insuficiência ou não redução das privações não monetárias em um contexto de crescimento econômico (KLASEN, 2008; ALKIRE, DENEULIN, 2009).

No bojo dessa discussão, este estudo intenciona realizar uma avaliação da pobreza a partir da perspectiva multidimensional, a saber, que entende a pobreza para além dos critérios monetários, utilizando para isso o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), medida desenvolvida pelo grupo Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) da

Universidade de Oxford (Reino Unido) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nas seções seguintes será realizado um resgate das bases teóricas do IPM, a saber, a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen, seguida de uma apresentação do IPM e do uso de indicadores multidimensionais no contexto brasileiro.

## **1.2. Concepções de Desenvolvimento: Desenvolvimento Humano e a Abordagem das Capacidades**

A Abordagem das Capacidades foi desenvolvida por Amartya Sen (1985, 1992, 1999), economista indiano e vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1988, com seus estudos relacionados ao bem-estar social e desenvolvimento econômico. Essa abordagem ganhou centralidade em função do seu suporte teórico e metodológico para a criação da Abordagem do Desenvolvimento Humano, desenvolvida pelo Economista Mahbub Ul Haq, ancorado no trabalho de Amartya Sen, agenda encabeçada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e anualmente publicizada por meio do *Human Development Report*, iniciado em 1990 e vigente até os dias de hoje.

Este relatório, por sua vez, parte de uma nova abordagem para o Desenvolvimento, com foco na expansão das vidas humanas, suas oportunidades e escolhas<sup>2</sup>. Para além da dimensão normativa fornecida pelo material, o *Report* conta com a mensuração de diversos Índices, que possuem como aspecto central o Desenvolvimento Humano.

Essa perspectiva, por sua vez, encabeça e consolida uma alternativa crítica a leitura corrente da utilização do crescimento econômico como *proxy* para o Desenvolvimento, como o PIB Per-capita, trazendo centralidade para uso de variáveis como a longevidade, educação, saúde e renda. A seguir vamos explorar o desenvolvimento conceitual da Abordagem das Capacidades, base teórica dessa nova perspectiva de atuação.

A Abordagem das Capacidades é entendida como um enquadramento normativo para avaliação de contextos sociais, ou seja, ela atende a finalidade de informar o quanto uma situação é boa ou ruim, melhor ou pior etc. (ALKIRE, DENEULIN, 2009). Focalizando o bem-estar como aspecto central, ela é comumente sintetizada pela seguinte frase, que contempla alguns dos conceitos-chave, premissas e implicações desta abordagem: **“A Abordagem das Capacidades busca avaliar vidas humanas individuais e situações sociais em termos das**

---

<sup>2</sup> HUMAN DEVELOPMENT REPORTS. What is Development? Disponível em: <https://hdr.undp.org/about/human-development>. Acesso em: 18/05/2024

## **reais oportunidades que as pessoas possuem de ser e fazer coisas que elas têm razão para valorizar”**

O primeiro deles diz respeito a discussão sobre o que se entende como “Oportunidades de ser e fazer coisas”, por sua vez desdobrado na teoria Seniana como os Recursos, Funcionalidades e Capacidades.

Os recursos são as posses do indivíduo, entendido como os direitos básicos. Pode ser entendido como uma a unidade básica necessária para ser ou fazer algo, como os alimentos (legumes, frutas, verduras), as vacinas, o ticket de ônibus, a bicicleta, o telefone. As funcionalidades, por sua vez, dizem respeito as habilidades que podem ser alcançadas com os recursos disponíveis, como por exemplo: ser bem nutrido, ser saudável, participação social, participação política, felicidade etc. As capacidades dizem respeito sobre quais as funcionalidades que os indivíduos valorizam, e tem razão para valorizar, e podem efetivamente alcançar (SUPPA, 2023).

A Abordagem das Capacidades foca, dentro dessa conceituação, na conversão entre os recursos e as funcionalidades para as capacidades. O espaço das capacidades, diz respeito as oportunidades reais que o indivíduo possui de alcançar as funcionalidades que valorizam e levar uma vida que valorizam. A escolha de quais funcionalidades serão realizadas ou almeçadas, perpassa diversos fatores, como o contexto social, econômico e político em que o indivíduo está inserido, que por sua vez abrange ou limita as suas perspectivas de oportunidades e liberdades (SUPPA, 2023). Vamos detalhar algumas outras implicações contidas nesse parágrafo.

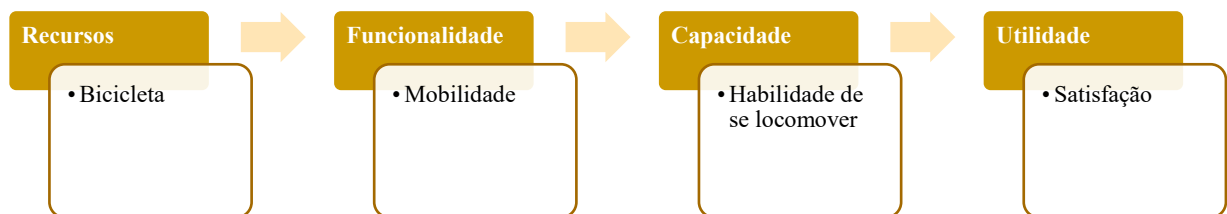
Os fatores de conversão, dizem respeito as condições que constroem ou potencializam a transformação de um recurso simples em uma funcionalidade, e podem ser tidos como os fatores que desenham o espaço das capacidades que um indivíduo possui. Eles podem ser de natureza individual, como sua taxa metabólica, a educação, história pessoal etc.; social, como normas sociais e legais; e do meio ambiente, como o clima, a poluição etc. Como exemplo, uma bicicleta é um recurso simples, que só se transforma na funcionalidade de locomoção pela cidade, a depender do estado físico da pessoa, da qualidade das ruas, da existência de ciclovias etc., sendo estes últimos os fatores de conversão necessários a passagem entre recursos e funcionalidades. Além disso, é necessário levar em conta que a mesma quantidade de recursos não necessariamente se transforma nas mesmas capacidades, uma vez que estes podem variar em função das informações que o indivíduo possui, o local onde vive etc. (SUPPA, 2023).

A Abordagem das Capacidades tem a Liberdade como uma dimensão central, expressa por duas dimensões conceituais: as oportunidades e o processo. No campo das oportunidades, a avaliação se centra em que medida alguém tem a oportunidade de fazer ou não fazer algo, entendendo que melhores oportunidades se transformam em melhores resultados. Por sua vez, essa avaliação, se há oportunidades disponíveis, depende da avaliação daquilo que o indivíduo não escolheu, portanto, para que seja uma escolha, é necessário que a pessoa tenha tido liberdade de estar, ou não, em determinada situação (SUPPA, 2023).

A dimensão do processo diz respeito a liberdade de alcançar determinado resultado por meio da escolha livre e deliberada. Aqui o enfoque é dado na maneira como os resultados são alcançados, se por deliberação própria ou imposição. A escolha também requer o alinhamento aos valores daquele indivíduo (SUPPA, 2023).

Ambas as dimensões conceituais da liberdade estão conectadas com a capacidade de Agência, aspecto caro a Abordagem das Capacidades, expresso pela frase “levar a vida que valorizam, e tem razão para valorizar” que diz da possibilidade do indivíduo de agir de acordo com os seus valores. A Agência, por sua vez, tem valor intrínseco, mas também prático, e se conecta ao aspecto de mudança dentro da Abordagem das Capacidades (SUPPA, 2023). Ao tratar sobre os fatores de conversão e a agência, a Abordagem introduz um elemento-chave sobre a importância de se considerar a Diversidade Humana para o entendimento global desta teorização. Os fatores de conversão enfatizam as diferenças entre as pessoas e como os recursos são utilizados para alcançar o bem-estar. (SUPPA, 2023). O exemplo abaixo agrupa os conceitos expostos:

**Imagem 01.** Exemplo de Aplicação dos Conceitos da Abordagem das Capacidades



**Fonte:** Traduzido de Alkire, Deneulin, 2009.

“Uma bicicleta é um bom exemplo de como estes diferentes conceitos se relacionam. Uma pessoa pode possuir ou ser capaz de utilizar uma bicicleta (um recurso). Ao andar de bicicleta, a pessoa desloca-se pela cidade e, presumimos, valoriza essa mobilidade (um funcionamento). No entanto, se a

pessoa não for capaz de andar de bicicleta (porque, talvez, não tenha sentido de equilíbrio ou não lhe seja permitido andar), então ter uma bicicleta não resultaria, de fato, neste funcionamento. Neste caso, o acesso ao recurso, juntamente com as características próprias da pessoa (equilíbrio etc.), cria a capacidade de a pessoa se deslocar pela cidade quando quiser. Além disso, suponhamos que a pessoa gosta de ter esta capacidade de saltar para cima de uma bicicleta e pedalar até casa de um amigo para almoçar - assim, ter esta capacidade contribui para a felicidade ou utilidade.”

(ALKIRE, DENEULIN, 2009, p. 42)

Sen postula que é no espaço Capacidades que se encontra a maior acurácia para a mensuração do bem-estar e é nele que a atuação deve se centrar, uma vez que a sua realização ou não é o que expressa a real possibilidade e liberdade a que alguém tem acesso (ALKIRE, DENEULIN, 2009, p. 32).

Em relação a perspectiva multidimensional, implicada pela sua teorização, Sen (1989) indica que o foco em distintas capacidades requer uma abordagem pluralista para o desenvolvimento. Ele argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como uma combinação de processos diversos, e não apenas como a expansão de uma medida homogênea, como a renda ou a utilidade. As capacidades valiosas variam amplamente e, portanto, o desenvolvimento humano deve atender a uma variedade de questões setoriais e integrar processos sociais e econômicos (SEN, 1989).

O que a Abordagem das Capacidades fornece para a mensuração da pobreza? Em resumo, um framework teórico e metodológico para medir a pobreza de forma mais abrangente e inclusiva, considerando diversas dimensões do bem-estar humano. Como framework a Abordagem é intencionalmente sub-especificada, de forma a permitir sua adaptação às diferentes finalidades e contextos. A seleção das capacidades que compõem um índice de pobreza, por exemplo, perpassa uma segunda etapa de decisão não contida na teoria (ALKIRE, DENEULIN, 2009, p. 43).

Essa etapa concentra o foco das críticas e dos desenhos de soluções para a implementação da Abordagem das Capacidades. Em termos das críticas, são apontadas a possibilidade de omissão de capacidades cruciais nessa etapa e a dimensão do poder na escolha de tais capacidades, que pode privilegiar determinadas capacidades a partir de interesses próprios em relação a outros (ALKIRE, DENEULIN, 2009, p. 43). Uma das autoras que buscou oferecer soluções para os pontos elencados foi Martha Nussbaun, que

propôs uma lista de habilidades humanas centrais, entendidas como basilares. Para a autora, é necessário ampliar um pouco mais a especificação da Abordagem das Capacidades de forma a garantir o alcance dos seus objetivos últimos, de instrumentalização da melhora do bem-estar (ALKIRE, DENEULIN, 2009, p. 43).

Em termos metodológicos, destaca-se o Método Alkire-Foster (AF), desenvolvido por Sabina Alkire e James Foster, ambos pesquisadores do *Oxford Poverty and Human Initiative* (OPHI). Baseado na Abordagem das Capacidades, o método busca fornecer estratégias operacionais para a construção de índices multidimensionais de Pobreza. Como características, o método se destaca-se em função da sua flexibilidade e desagregação, permitindo o ajuste segundo o contexto e prioridades locais e a leitura dos resultados por grupos sociais, regiões e dimensões específicas, trazendo maior complexidade para a leitura dos resultados (ALKIRE et al., 2015).

O método também utiliza uma abordagem de corte duplo (dual-cutoff) para identificar quem é pobre. Primeiro, avalia-se se uma pessoa é privada em cada dimensão específica. Depois, estabelece-se um limiar para determinar o número mínimo de privações que uma pessoa deve ter para ser considerada pobre. Os resultados combinam a taxa de pobreza multidimensional (proporção de pessoas pobres) com a intensidade da pobreza (o número médio de privações sofridas pelos pobres). Isso oferece uma medida mais sensível e informativa da pobreza multidimensional (ALKIRE et al., 2015).

A seção seguinte vai explorar o Índice de Pobreza Multidimensional Global, mensurado e publicizado anualmente pelo *Oxford Poverty and Human Initiative* (OPHI) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma medida baseada na Abordagem das Capacidades e operacionalizada por meio do método Alkire-Foster.

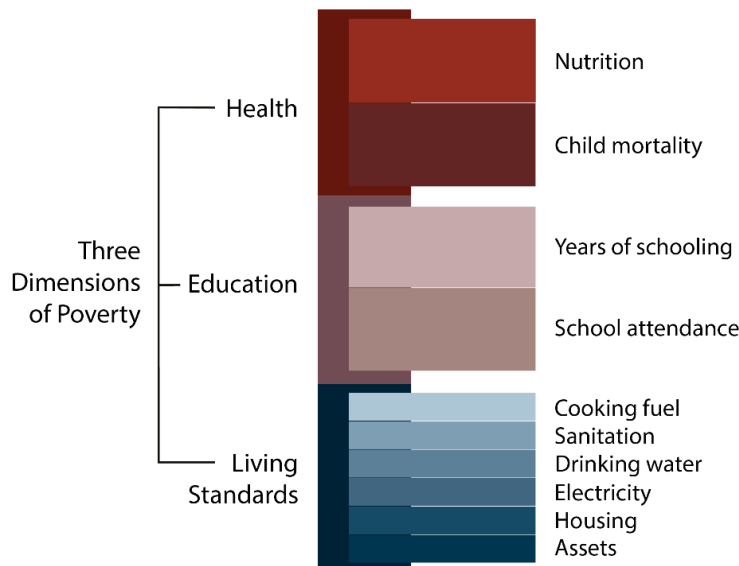
### **1.3. O uso de Índices de Pobreza Multidimensional**

Desde 2010, anualmente o *Oxford Poverty and Human Initiative* (OPHI) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizam a publicação do Relatório sobre o Índice de Pobreza Multidimensional Global. A publicação agrega dados de 110 países em desenvolvimento, alcançando cerca de 92% da população destes países e visa

conceder um panorama sobre as privações e sua intensidade na vida das pessoas pobres<sup>3</sup>. De forma mais abrangente, o Relatório se insere no esforço de entendimento e ação para alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 – Erradicação da Pobreza. Em 2023, o relatório de título “Eliminando a Pobreza Multidimensional: dados para ação de alto impacto”, além de apresentar as informações sobre a prevalência da pobreza no mundo, faz um apelo específico sobre a necessidade de atualização dos dados sobre a Pobreza Multidimensional após a pandemia de Covid-19.

Como a Pobreza Multidimensional é mensurada pelo PNUD? O IPM Global consiste em uma medida de mensuração da Pobreza Multidimensional aguda, uma vez que se dedica a avaliação de privações mais rudimentares e essenciais. A restrição da medida é intrinsecamente conectada a disponibilidade de dados, mas sua mensuração oferece uma avaliação da pobreza que avança em relação a análise exclusiva de renda (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 7). O IPM Global avalia 3 dimensões, a saber, Saúde, Educação e padrões de vida, desagregado em 10 indicadores: Nutrição, Mortalidade Infantil, Anos de Escolaridade, Frequência Escolar, Uso de Combustível para Cozinhar, Saneamento, Água Potável, Eletricidade e Ativos, sintetizados na imagem abaixo:

**Imagem 02.** Dimensões da Pobreza Multidimensional



© All Rights Reserved (OPHI)  
Source: OPHI 2018

Fonte: OPHI, 2018.

<sup>3</sup> HUMAN DEVELOPMENT REPORTS. 2023 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2023-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>. Acesso em: 19/05/2024.

Santos e Alkire (2009) também pontuam sobre a dificuldade de construção de um índice tendo em vista a diferença entre os denominadores, uma vez que alguns indicadores dizem respeito a crianças (mortalidade infantil), outros a jovens em idade escolar etc., fator que dificulta a agregação. No IPM isso é solucionado por meio do uso do domicílio como unidade de análise. Apesar da pertinência de maior granularidade para o cálculo de Índices Multidimensionais, essa decisão metodológica perpassa a disponibilidade dos dados, mas sobretudo envolve a avaliação do compartilhamento e simultaneidade dos impactos intrafamiliares, estratégia que fortalece a identificação de armadilhas da pobreza (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 8).

Apesar da decisão normativa intrínseca expressa pela escolha das dimensões de qualificação da Pobreza Multidimensional, Sen sugere que a escolha das dimensões obedeça a “a) importância especial para a sociedade ou para pessoas em questão e b) influenciáveis socialmente, o que significa que são um foco apropriado para a política pública, em vez de um bem privado ou uma capacidade como a serenidade, que não pode ser influenciada de fora.” (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 8 *apud* SEN, 2004).

No caso do IPM Global, as dimensões foram selecionadas segundo 1) a literatura de exercícios participativos junto as comunidades que indicam dimensões sistematicamente mencionadas como fatores de privação; 2) o consenso construído dos Direitos Humanos e Metas do Desenvolvimento do Milênio; 3) a discussão filosófica sobre necessidades básicas e universais; 4) a disponibilidade de dados, um dos fatores mais importantes (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 12).

Embora a decisão sobre a escolha das dimensões envolva, em primeiro plano, a disponibilidade dos dados entre os países, Alkire e Santos (2009) elencam outros fatores que balizam essa decisão, como a parcimônia e o consenso, uma vez que a relevância dos indicadores selecionados é amplamente reconhecida. A interpretação também figura como uma das motivações, dada a ampla disponibilidade de literatura aprofundada sobre as três dimensões selecionadas (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 14).

Os indicadores da dimensão de Educação são os Anos de Escolaridade e a Frequência Escolar. As famílias que são identificadas como privadas nesses indicadores são aquelas que não possuem nenhum membro elegível do agregado familiar que tenha completado seis anos de escolaridade e que tenha qualquer criança em idade escolar não frequente. A relevância da dimensão de escolaridade está relacionada a sua proxy para entendimento do nível de

conhecimento e compreensão dos membros da família. A não frequência de crianças na escola, por sua vez, se relacionada a redução das habilidades atuais e futuras do núcleo familiar. Além disso, esse formato é bastante sensível a mudanças imediatas quando comparado a média de anos de escolaridade familiar, por exemplo, o que permite atuação mais tempestiva. Há ainda a conexão com os ODMs, no caso, a obtenção de educação primária universal (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 14).

Os indicadores da dimensão de Saúde são o de Nutrição e Mortalidade Infantil. As famílias que são identificadas como privadas nesses indicadores são aquelas que possuam qualquer membro com idade inferior a 70 anos que está subnutrido e se um membro com menos de 18 anos faleceu no agregado familiar. A presença dos indicadores de saúde se conecta a capacidade de ter uma vida longa e saudável, aspecto necessário ao desenvolvimento humano. No caso da desnutrição, há um impacto direto o desenvolvimento físico e cognitivo. Já o indicador de saúde indica uma falha aguada no funcionamento da saúde, com impactos a todo o agregado familiar. (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 14).

A dimensão de Padrão de Vida agrega 6 indicadores: a disponibilidade de água potável, saneamento, uso de combustível limpo para cozinhar, eletricidade e material do piso fornecem um panorama da qualidade da moradia familiar. Já a posse de bens de consumo, no caso, rádio, televisão, telefone, bicicleta, motocicleta, carro, caminhão e geladeira, embora sejam indicadores-meio, fornecem uma proxy importante do funcionamento familiar:

“ao contrário da renda, que pode servir a uma gama incrivelmente ampla de propósitos [...], esses indicadores são meios muito intimamente ligados ao fim (funcionamento) que devem facilitar. O acesso à água potável serve diretamente para satisfazer a necessidade de hidratação e higiene (a higiene também é facilitada pelo acesso a um saneamento melhorado e a materiais de piso). O combustível limpo para cozinhar evita doenças respiratórias, que são uma das principais causas de morte evitável, e contribui para um ambiente doméstico saudável. A eletricidade é fundamental para a realização de várias atividades. Ela permite a iluminação, o que, por sua vez, permite que as pessoas sejam independentes durante a noite. A energia também possibilita uma ampla gama de atividades de trabalho e lazer, desde refrigeração até perfuração, mistura, costura e assim por diante. A eletricidade também costuma ser um meio mais seguro de iluminação. E o conjunto de ativos considerados está diretamente ligado à capacidade de se comunicar com outras pessoas, de ter mobilidade e até mesmo de ter acesso a alimentos seguros.”

A operacionalização do IPM é realizada por meio do método Alkire-Foster, apresentado anteriormente. Seu resultado reflete o número de privações experienciadas ao mesmo tempo por uma família, em que, uma família é considerada multidimensionalmente pobre se os indicadores ponderados em que ela é privada somarem, pelo menos, 30%.

Entre os 110 países para os quais o IPM é mensurado, 1.1 bilhão de pessoas são pobres, das quais cerca 485 milhões de pessoas experienciam situação de pobreza multidimensional extrema, com privações entre 50% a 100% dos indicadores e 12 milhões tem privações em cerca de 90% a 100% dos indicadores. 99 milhões de pessoas são privadas em todas as dimensões analisadas, em um ou mais indicadores. A desagregação dos dados demonstra ainda a maior vulnerabilidade de crianças com menos de 18 anos e das pessoas que residem em zonas rurais (UNDP, 2023). A lacuna educacional chama a atenção de forma multirregional uma vez que cerca de metade das pessoas pobres não tem um único membro do seu agregado familiar que tenha completado seis anos de escolaridade (UNDP, 2023).

Além do relatório global, o PNUD publica um Briefing com a desagregação dos dados de cada país. No caso brasileiro, 3,8% da população apresenta Pobreza Multidimensional. 59% dessa população se encontra no menor intervalo de intensidade que torna alguém pobre multidimensional, entre 33% e 39,9% dos indicadores e 7% desta população apresenta entre 70% e 90% de privação nos indicadores mensurados. Os indicadores que mais contribuem para o cenário são o de acesso ao Saneamento Básico, seguido da Nutrição, Acesso a água potável e Mortalidade Infantil. Quando avaliada a diferença entre o meio rural e o meio urbano, o indicador de Mortalidade Infantil tem maior contribuição para o cenário de pobreza no meio urbano, enquanto no meio rural há uma divisão entre Mortalidade Infantil seguida de Anos de Escolaridade. No caso brasileiro, a comparação com o critério monetário de pessoas que sobrevivem com até \$2.15 dólares ao dia, demonstra que existem mais pobres monetários do que pobres multidimensionais no Brasil.

A avaliação do Índice de Pobreza Multidimensional Global constitui um esforço pioneiro e relevante na publicização de métricas comparativas que avançam em relação à pobreza monetária. A possibilidade de desagregação fornecida pelo índice é valiosa, pois revela desigualdades frequentemente camufladas por índices globais. Nos achados mencionados, a maior privação de crianças e pessoas residentes em áreas rurais é bastante crítica. A capacidade de entender quais fatores mais contribuem para a situação de pobreza multidimensional também

é relevante. No caso brasileiro, o saneamento já é considerado um problema crítico e possui o maior peso no IPM Global.

Na seção seguinte, abordaremos brevemente o uso de indicadores multidimensionais para avaliação do contexto brasileiro, bem como seus achados, agregando o entendimento de como a Abordagem das Capacidades, o IPM Global e o método Alkire-Foster têm sido operacionalizados para entendimento dos desafios brasileiros.

### **1.3.1 Uso de Índices de Pobreza Multidimensional no Brasil**

Esta seção tem por objetivo realizar um levantamento da produção que utiliza o Índice de Pobreza Multidimensional no Brasil, sintetizando as dimensões comumente analisadas e os principais achados. A pertinência dessa seção para este esforço de pesquisa está associada ao entendimento de como o uso de índices multidimensionais tem demonstrado, ou não, aderência para compreensão dos problemas brasileiros, mapeamento dos principais problemas de operacionalização enfrentados pelos pesquisadores e mapeamento dos achados de pesquisa. Essa seção, portanto, terá muita valia para a construção das hipóteses e considerações metodológicas deste trabalho.

#### **3.1.1 Metodologia de busca, seleção, inclusão e exclusão e análise**

Os artigos dessa seção foram selecionados por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do login disponibilizado a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), no caso deste trabalho, o login da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para realização da busca foram utilizados os seguintes filtros:

- Palavras-Chave: Contém, em qualquer campo, “Pobreza Multidimensional” E “Brasil”
- Tipo de recurso: Artigos

A busca a partir destes critérios retornou 99 artigos, que foram objeto de nova avaliação para constituição da base de artigos final: em primeiro plano, observou-se que o termo “Pobreza Multidimensional” tem significado próprio, intuitivo a partir da leitura do termo, e não necessariamente está associado a abordagem do IPM apresentada anteriormente. Considerando o objetivo desta revisão, de analisar os esforços de análise da Pobreza utilizando indicadores

multidimensionais, foi feita uma segunda avaliação, a partir da leitura do título e resumo dos textos, que ao final resultaram em uma seleção de 37 artigos para análise.

O conjunto de 62 artigos desconsiderados da análise foram pelos seguintes motivos: 1) Duplicidade na base de dados: a maior parcela dos artigos excluídos diz respeito a duplicidades na indexação. Em alguns casos havia a mesma versão do artigo, mas em inglês; 2) Ausência de aplicação do IPM: uma parcela dos artigos não contava com aplicação de metodologia para mensuração de pobreza e se concentrava em uma análise teórica sobre o tema; 3) Aplicação de outros índices: este conjunto contava com a aplicação de uma avaliação quantitativa, porém utilizando outra metodologia de avaliação.

Além disso, importa esclarecer que a escolha por artigos se deu pelo seu caráter sintético e objetivo e focado em resultados, quando comparado a teses e dissertações, e finalizados, quando comparados a textos de eventos.

### **3.1.2 Avaliação dos achados**

Os artigos analisados foram publicados entre os anos de 2009 e 2024, com maior concentração a partir de 2015, período que coincide com o início da utilização do Índice de Pobreza Multidimensional Global (IPM Global). Esse intervalo temporal sugere que a publicação do IPM Global pode ter desempenhado um papel crucial na promoção e popularização do uso de Índices Multidimensionais no Brasil.

Os periódicos de publicação são bastante múltiplos: uma boa parte se concentra em revista dedicadas a Economia, mas também encontramos publicações em periódicos sobre Desenvolvimento Regional, Administração Pública, Sociologia, Políticas Públicas, Psicologia, Estudos Urbanos etc., o que indica um espraiamento da perspectiva multidimensional entre áreas diversas dentro das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

Os artigos promissoraemente utilizam o índice para aprofundamento do entendimento de diferenças regionais e a dicotomia rural e urbano, diferenças etárias, marcadores sociais da diferença e a interpolação para compreensão de dimensões mais abrangentes como o Bem-Estar Pessoal. A discussão sobre a imbricação entre Raça e Gênero figura com centralidade em boa parte dos artigos (FERREIRA *et al*, 2023; BAGOLIN *et al*, 2012; OLIVEIRA *et al*, 2018; BATISTA *et al*, 2022); bem como a exploração regional, com destaque para a região Nordeste do Brasil (MAAS *et al*, 2022; SILVA FILHO *et al*, 2020; SALVATO *et al*, 2017; FERREIRA DA SILVA *et al*, 2017; FAHEL *et al*, 2018; TODESCHINI *et al*, 2015); a diferenciação da

dimensão Rural-Urbano, já indicada pelo IPM Global, também é melhor desdobrada no contexto brasileiro (KRETER *et al*, 2015; XIMENES, 2016; MARCELINO *et al*, 2023; ); e o mesmo ocorre com a Pobreza Infantil, também apontada pelo IPM Global (DE ALMEIDA VIEIRA *et al*, 2021; VOGT, BAGOLIN, 2017; FRAGA PEREIRA 2020).

Em relação as dimensões utilizadas para Análise da Pobreza Multidimensional, os artigos analisados demonstram que o IPM Global é, de fato, um ponto de partida. Em boa parte, temos a agregação de outras dimensões para avaliação da pobreza multidimensional, como:

- **Vulnerabilidade Familiar:** Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; Atenção e cuidados especiais com idosos; Dependência econômica; Fecundidade.
- **Acesso ao Conhecimento:** Analfabetismo; Escolaridade; Qualificação profissional.
- **Acesso ao Trabalho:** Disponibilidade de trabalho; Qualidade do posto de trabalho; Remuneração; Capacidade de Geração de Renda; Trabalho Infantil, Desocupação, Trabalho Informal.
- **Uso do Tempo:** Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais; Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais; Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora.
- **Condições Habitacionais:** Propriedade; Déficit habitacional; Acesso a abastecimento de água; Acesso à energia elétrica; Acesso a saneamento; Acesso à coleta de lixo; Acesso à internet

A agregação de novas variáveis para avaliação do contexto brasileiro é um ganho bastante relevante da replicação da metodologia segundo as necessidades locais. O entendimento do trabalho do cuidado implicado na atenção e cuidados com crianças e idosos; a inclusão da fecundidade feminina; a discussão sobre Acesso à Internet no Brasil, a posse de propriedade, o Trabalho Informal e o Trabalho Infantil, todos esses são aspectos que possuem bastante relevância para entendimento do contexto de privação no cenário brasileiro. A inclusão da dimensão de renda e empregabilidade é especialmente relevante e trata de uma das críticas ao IPM, em função da exclusão do critério de Trabalho no geral, o que vem sendo apontado pelo seu impacto multidimensional, não apenas em termos monetários, mas em relação a função do emprego na vida dos sujeitos (FERES E VILLATORO, 2012). A metodologia também sofre adaptações, com destaque para o esforço realizado por Barros (2016): o autor propõe o Índice

de Pobreza Familiar (IPF), focado na realidade e disponibilidade de dados brasileiros. Já o Núcleo de Inteligência Social faz adaptações na metodologia proposta pelo OPHI, também com a agregação de indicadores e inclusão da dimensão de trabalho.

Em relação aos achados, destacamos alguns deles abaixo:

- O artigo de Marcelino e Cunha (2024) analisa o impacto de se viver em áreas rurais ou urbanas para a pobreza multidimensional e unidimensional. Os achados demonstram que, na desagregação de todos os indicadores avaliados pelo índice, verifica-se maior privação nos domicílios rurais em relação aos urbanos. A mesma tendência se repete na avaliação unidimensional, em que se observa a taxa de 20% para pobreza e 13% para extrema pobreza no meio rural, enquanto os resultados para o Brasil e meio urbano registram entre 4% e 8%, considerando a linha monetária do programa Bolsa Família. A avaliação da razão de risco indica uma chance 92% de ser pobre no meio urbano, quando comparado ao rural.

Desagregando os achados, o artigo aponta que: domicílios chefiados por mulheres tem menor chance de experimentarem pobreza multidimensional, mas superior de pobreza unidimensional; domicílios chefiados por pessoas não brancas tem maiores chances de serem pobres nas duas óticas; domicílios com chefes casados tem menores chances de serem pobres multi e unidimensionais em relação aos não casados; quanto maior o grau de instrução menos a chance de pobreza, especialmente a multidimensional.

- OLIVEIRA *et al* (2018) propõe uma análise da pobreza multidimensional entre mulheres chefes de famílias em comparação com domicílios que possuem a presença do conjuge na região nordeste, em busca da investigação da hipótese do processo de feminização da pobreza. Os resultados indicaram que em domicílios com a presença do cônjuge há maior incidência da pobreza multidimensional em relação a domicílios sem os cônjuges, no entanto, as dimensões de vulnerabilidade familiar (Domicílios com presença de crianças, adolescentes e idosos), disponibilidade de recursos (famílias em situação de pobreza econômica) e uso do tempo (tempo dedicado ao trabalho laboral e ao trabalho doméstico) foram mais intensas em domicílios chefiados apenas por mulheres.

- O artigo Barros (2022) aplica o Índice de Pobreza Familiar (IPF) e identifica que, quando analisado por grupos vulneráveis, destaca-se a situação de pobreza mais acentuada entre moradores da área rural e crianças. O perfil das famílias

mais vulneráveis tem mulheres pardas ou indígenas como chefes de família com baixa escolaridade e sem ocupação, em sua maioria localizadas na zona rural do Norte e Nordeste.

Não há elementos para avaliar se essa abordagem tem mais proeminência, se temos uma produção alta ou baixa, uma vez que para isso seria necessário mapear o volume de publicações das demais abordagens de compreensão da pobreza.

A análise dos artigos revelou a importância e a adaptabilidade dessa abordagem para a mensuração da pobreza no contexto brasileiro. A publicação do IPM Global incentivou a adoção de métricas multidimensionais que vão além da pobreza monetária, permitindo uma compreensão mais holística das privações enfrentadas por diferentes grupos sociais. A inclusão de variáveis específicas ao contexto brasileiro, como trabalho informal, fecundidade feminina e acesso à internet, mostra a relevância de adaptar a metodologia às necessidades locais. Os achados destacam a maior privação em áreas rurais, entre crianças e em domicílios chefiados por mulheres não brancas e com baixa escolaridade, refletindo a complexidade e a interseccionalidade das privações no Brasil.

A seguir, abordaremos o contexto específico de pesquisa: os pescadores artesanais da Bacia de Campos (RJ).

#### **1.4. A exploração do Petróleo e seus impactos: o contexto da Bacia de Campos (RJ) e a intervenção de um projeto de Educação Ambiental**

A indústria petrolífera desempenha hoje um papel central na matriz energética global. Em levantamento de 2019, Petróleo e Derivados correspondem a 33% da matriz mundial, seguido do Carvão Mineral com 27% e Gás Natural com 24%. Há uma crescente preocupação para promoção da transição energética mundial que prima pelo aumento da participação de combustíveis renováveis, o que tem demonstrado efeitos, tendo em vista que o desde o ano de 1976, com o pico de 50% da matriz energética exclusiva de Petróleo, mundialmente esta fonte tem diminuído a sua participação: 40% em 1990, 34% em 2010, até o marco de 33% em 2019<sup>4</sup>.

A urgência da Transição Energética está pautada a luz das mudanças climáticas, em que o petróleo, como o principal combustível fóssil desempenha papel significativo. Nesse sentido, a transição para fontes de energia limpas e sustentáveis é meta global do Acordo de Paris,

---

<sup>4</sup> FGV Energia. Dados – Matriz Energética. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/dados-matriz-energetica>. Acesso em: 01/06/2024

construído durante a COP21 em dezembro 2015 e se constitui como um marco na construção de políticas que buscam combater o aumento da temperatura global (FGV ENERGIA, 2016).

No Brasil, desde a década de 70, há investimento consistente em energias renováveis, o que coloca o país como um dos detentores de uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta. Aqui, em levantamento do ano de 2019, o Petróleo corresponde por 38% da fonte energética, seguido de 29% de energia hidrelétrica e 10% de Gás Natural<sup>5</sup>. Ainda assim, o Petróleo permanece com alta participação, especialmente considerando o setor de Transportes, responsável por 33% do consumo de energia do país em 2022, com uso majoritário de Óleo Diesel e Gasolina, ambos derivados de Petróleo (EPE, 2023).

Contar a história da Indústria do Petróleo do Brasil é também contar a história da Petrobras, empresa brasileira estatal de economia mista, criada em 1953 durante o Governo Getúlio Vargas e atuante no setor de energia, especialmente exploração, produção, refino e comercialização de Petróleo e Gás Natural. Sua criação foi motivada no contexto da descoberta das reservas de petróleo na Bahia, fato que motivou a campanha “O Petróleo é Nosso”, voltada a promoção do monopólio estatal na exploração do Petróleo<sup>6</sup>. Em 1955 foi criado o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo (Cenap), dedicado a formação de especialistas e desenvolvimento tecnológico na área de exploração petrolífera<sup>7</sup>. Isso destaca o papel da empresa para além da sua dedicação a indústria petrolífera e petroquímica, mas também como principal interessada nas descobertas científicas no campo brasileiro (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.103 *apud* PEREIRA, 2019, p. 90).

Em 1961 foi criada a primeira refinaria, a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no estado do Rio de Janeiro, responsável pela autossuficiência da empresa na produção dos principais derivados de petróleo. Até então, entendia-se que as principais jazidas de petróleo se encontravam *Onshore*, ou seja, em terra. No entanto, no Brasil, as principais bacias se encontram *Offshore*, no mar, concentradas na região Sul e Sudeste, na Bacia de Campos (região que estende do Espírito Santo ao litoral norte do Rio de Janeiro) e na Bacia de Santos (Rio de Janeiro até o litoral norte de Santa Catarina) (EPE, 2013 *apud* Pereira, 2019, p. 91). Descoberta em 1974, a Bacia de Campos, impôs um novo desafio a Petrobras: a criação de tecnologias

---

<sup>5</sup> Idem acima

<sup>6</sup> Federação Única dos Petroleiros. 1940-1953: “O petróleo é nosso” e a Petrobrás também – Disponível em: <https://fup.org.br/70-anos-de-resistencia-e-superacao/#:~:text=Em%20abril%20de%201948%2C%20foi,da%20empresa%20nacional%20de%20petr%C3%B3leo..> Acesso em: 01/06/2024

<sup>7</sup> Petrobras. Trajetória. Disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/trajetoria>. Acesso em: 01/06/2024

eficientes e seguras para exploração de petróleo acima da faixa de 600 metros de profundidade. Em 1985, foi criado o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (Procap) para cumprimento deste objetivo<sup>8</sup>.

Em 2007, foi descoberta a existência de petróleo no Pré-Sal brasileiro, com cerca de 150.000 km<sup>2</sup>, o que inaugura a produção petrolífera em águas ultra profundas (acima de 7.000km de profundidade) desenvolvida pioneiramente pela Petrobras, o que colocou a empresa em uma posição estratégica no atendimento a demanda mundial de Petróleo, dado os grandes volumes de petróleo disponíveis no pré-sal, com alta qualidade<sup>9</sup>.

Retomaremos agora uma reflexão sociológica que nos conduzirá ao objeto de pesquisa em si: o impacto às comunidades de Pescadores Tradicionais do litoral fluminense, mais especificamente, da Bacia de Campos, em função das atividades de exploração petrolífera empreendidas pela Petrobras.

Giddens (2008) trata o processo de Globalização como um fenômeno mundial de intensificação da interdependência e das relações sociais que produzem efeitos locais, no cotidiano de todos. O autor coloca como esse processo atravessa os problemas enfrentados pelo mundo no início do século XXI e é fundamentalmente caracterizado pelo ritmo acelerado das mudanças e pelo surgimento de novos riscos (GIDDENS, 2008, p. 51).

O processo de Globalização não se resume a um processo econômico, mas a conjugação de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que por sua vez produzem um fenômeno único que se distingue em termos da sua intensidade e amplitude (GIDDENS, 2008, p. 51). No campo econômico, a existência de empresas transnacionais é um dos aspectos aceleradores do processo de globalização, ao funcionarem como difusores de novas tecnologias e aceleradores de processos de transformação que interconectam tanto os benefícios como os efeitos adversos em diferentes localidades (GIDDENS, 2008, p. 58).

Uma das chaves de análise das consequências do processo de globalização é o Risco: as mudanças aceleradas resultam em novas formas de riscos diferentes daqueles que existiam até então (GIDDENS, 2008, p. 65). Giddens pauta a existência dos riscos manufaturados: até então os riscos estavam associados a dinâmicas da natureza, até então não conectados diretamente a ação do homem. Os riscos manufaturados dizem respeito aos impactos das tecnologias sob o

---

<sup>8</sup> Idem acima.

<sup>9</sup> Petrobras. Pré-Sal. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/pre-sal>. Acesso em: 01/06/2024

ambiente natural (GIDDENS, 2008, p. 65). A emergência de novos riscos impõe a indivíduos, países e organizações a necessidade de operar em um contexto no qual as escolhas envolvem incertezas, dado que os efeitos de longo prazo não estão mapeados (GIDDENS, 2008, p. 68).

Ulrich Beck (1992) trata sobre o risco e a globalização na formação de uma sociedade de risco global, que produz a necessidade de resposta e ajuste constante às mudanças. Para o autor:

“Na modernidade tardia, a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.”

(BECK, Ulrich, 2010, p.23)

Nesse cenário, os riscos não são limitados espacial, temporal ou socialmente. O autor também chama a atenção para as consequências diferenciais dos riscos e dos impactos, desenvolvendo cenários de ampla assimetria (BECK, Ulrich, 2010).

A Sociologia Brasileira tem se ocupado de forma cada vez mais premente do desenvolvimento de pensamento reflexivo sobre a relação entre as atividades econômicas e os impactos gerados às populações e ao meio ambiente. Enquanto a mudança climática demonstra seus efeitos, com danos concentrados em determinados grupos sociais, os impactos das atividades de exploração de recursos naturais hoje implicam em mobilizações imediatas para mitigação e compensação dos danos às populações. Esse processo mobiliza a estrutura burocrática do estado na tarefa de construir acordos e estratégias que balizem os impactos de grandes empreendimentos e o bem-estar das comunidades afetadas, em busca da construção de acordos justos em um contexto em que há assimetrias claras de poder. Essa é uma discussão pertinente ao nosso público de pesquisa, uma vez que se trata de uma comunidade afetada diretamente pelas atividades de extração do Petróleo.

A Bacia de Campos, localizada entre os estados do Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES) é uma bacia sedimentar da costa brasileira, com cerca de 100.000 km<sup>2</sup> e atualmente é um dos principais polos de exploração petrolífera e de gás do pré-sal brasileiro. A Bacia de Campos,

hoje, é responsável por cerca de 30% da produção nacional de gás e petróleo com cerca de 280 poços produtores localizados na região e 25 plataformas marítimas<sup>10</sup>.

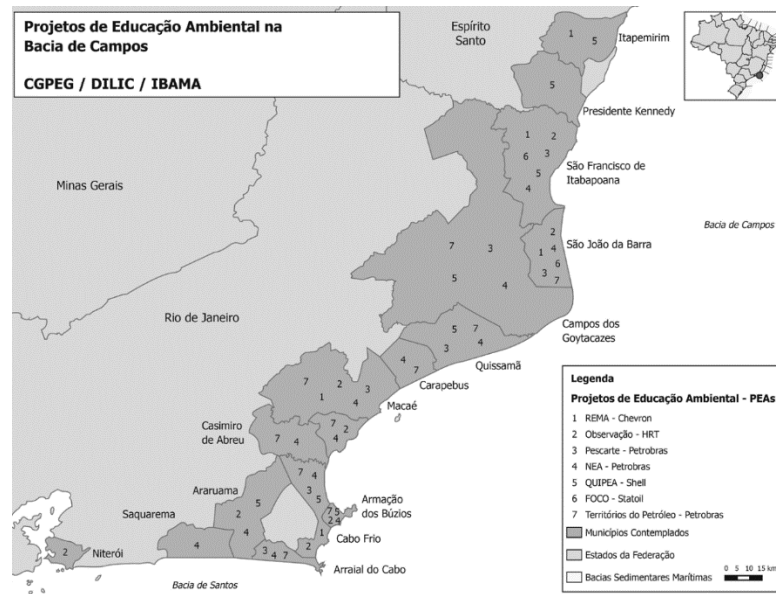
Os impactos da exploração de gás e petróleo offshore sobre a atividade da pesca artesanal são multifacetados. A instalação de plataformas de exploração restringe o espaço marítimo disponível para a pesca, limitando áreas tradicionalmente acessadas pelos pescadores. Além disso, procedimentos técnicos associados às operações da plataforma, como a Sísmica — uma técnica utilizada para identificar reservatórios de petróleo no subsolo marinho — geram ondas sonoras que se propagam pela água. Essas ondas podem alterar significativamente o comportamento dos peixes, reduzindo sua disponibilidade nas áreas afetadas e impactando diretamente o sustento das comunidades de pescadores artesanais (SANTOS, 2019).

Enquanto parte do processo de licenciamento das atividades de exploração, a legislação brasileira exige a implementação de programas de mitigação ambiental, destinados aos públicos e localidades afetadas. O Projeto de Educação Ambiental – Pescarte, em que se insere essa pesquisa, é um projeto formulado a partir das condicionantes ambientais do licenciamento das atividades da Petrobras, desenhado em conjunto com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Rio de Janeiro) e tem como escopo a intervenção social para ampliação da capacidade de organização dos pescadores tradicionais da região, com implementação de projetos para geração de trabalho e renda para o público afetado (TIMOTEO, 2019).

---

10 <https://petrobras.com.br/quem-somos/exploracao-e-producao>

**Imagem 03. Municípios Atendidos pelo Projeto Pescarte**



Além das atividades de extensão, o projeto conta com uma rede de pesquisadores que buscam investigar, com profundidade, uma série de dimensões deste público, como: características sociodemográficas, avaliação de serviços e equipamentos públicos, Segurança Alimentar, Papel da Mulher na cadeia da pesca, organização do trabalho de pesca. Na seção seguinte vamos explorar o modelo de intervenção do PEA-Pescarte, bem como sua discussão sociológica subjacente, a saber, o potencial do Capital Social para redução da pobreza.

#### **1.4.1. Modelo de Intervenção do PEA-Pescarte, Capital Social e sua potencialidade para a redução da Pobreza**

O Projeto de Educação Ambiental PEA-Pescarte se ampara legalmente no bojo da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº. 9.795 de 27/04/1999) e, em específico, por meio da Nota Técnica 01/2010, do IBAMA, intitulada “Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos Programas de Educação Ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás”. Este último estabelece a abrangência regional a que se aplica, considerando as regiões em que existem atividades de exploração de Petróleo e Gás: são, ao todo, 12 regiões de abrangência. O Pescarte se insere no PEA da Bacia de Campos, que

compreende municípios litorâneos do Rio de Janeiro, de Saquarema a São Francisco do Itabapoana e as Bacias de Campos e Santos, sendo um dos 07 projetos que atendem a região<sup>11</sup>.

A Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 teve como principal referência o texto “Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Gás Natural”, publicado em 2005. Esse documento oferece uma base teórica relevante sobre a Educação Ambiental Crítica, cuja influência é evidente na redação final da nota técnica. Essa fundamentação é essencial para compreender o posicionamento adotado na proposta de realização de projetos de Educação Ambiental em regiões impactadas por empreendimentos de petróleo e gás.

O texto realiza uma discussão bastante pertinente sobre a definição de riscos, posicionando que, para o órgão, “as causas dos danos como as magnitudes de suas consequências estão mediadas por experiências e interações sociais” (IBAMA, 2005, p. 3). Nesse sentido, o órgão posiciona a insuficiência da abordagem técnico-quantitativa para identificação dos riscos e privilegia a importância da compreensão dos riscos socioambientais em interlocução com a população afetada por empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, uma vez que essa interface agrega tanto o relevo aos problemas que, em primeiro plano, são mais proeminentes dentro daquela realidade social, e, portanto, prioritárias segundo estes sujeitos. É nessa construção que se insere o processo de Educação Ambiental.

O processo de Educação Ambiental - entendido de forma expandida, para além da dimensão formal e informal e com ênfase na temática Socioambiental – é o responsável por suportar os espaços para negociações e debates sociais, sendo efetivo caso “possibilite ao indivíduo perceber-se como sujeito social capaz de compreender a complexidade da relação sociedade-natureza, bem como de comprometer-se em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural” (IBAMA, 2005, p. 3). Nesse sentido, a instalação de empreendimentos potencialmente e/ou causadores de danos

---

<sup>11</sup> Ao todo atendem a região sete projetos, vinculados às empresas que atuam na indústria marítima de petróleo e gás na Bacia de Campos, a saber: 1) Quipea – Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (empresa Shell); 2) Rema – Rede de Estudos para o Meio Ambiente (empresa Petrorio); 3) Projeto Territórios do Petróleo (Petrobras); 4) Foco – Fortalecimento da Organização Comunitária (empresa Equinor); 5) NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (empresa Petrobras); 6) Projeto Observação (empresa Petrorio); e 7) Pescarte (empresa Petrobras). Informações disponíveis em: < <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=index>>, acessado em 30/10/2024.

ao meio ambiente requerem, para além do estudo dos impactos ambientais previamente a instalação, a criação de condições para que os grupos sociais inseridos em tais contextos exerçam ativamente a Participação e o Controle Social na identificação dos impactos potenciais a que estão submetidos, bem como os caminhos para sua mitigação e compensação (IBAMA, 2005).

O documento então recupera os objetivos da Educação Ambiental, conforme indicado no art.5º da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99):

- I. O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II. A garantia de democratização das informações ambientais;
- III. O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V. O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI. fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII. fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Artigo 5º da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)

Na análise das normativas, destaca-se como a Educação Ambiental se afasta de uma abordagem meramente tutelada e técnica para buscar uma integração entre a perspectiva técnica e a das comunidades locais. O foco recai sobre a criação de espaços que promovem a participação ativa das comunidades na construção das ações a serem implementadas e na identificação dos riscos e mudanças necessárias. Essa abordagem valoriza a agência das comunidades, permitindo que elas colaborem na definição do que é aceitável e relevante para o contexto em que vivem. Nesse cenário, os projetos a serem implementados se centram na construção da autonomia das comunidades, processo que para ser concretizado pode passar ao largo das questões ambientais, uma vez que busca estimular aspectos relacionados ao desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de liderança e associativismo.

Consolidando essa perspectiva, a Nota Técnica 01/2010 do IBAMA estabelece os parâmetros técnico-legais para programas de Educação Ambiental, trazendo para o nível operacional as diretrizes apresentadas. O documento estabelece uma série de definições que devem balizar o entendimento dentro dos projetos ambientais; os parâmetros para realização dos Diagnósticos Participativos, bem como as linhas de ação que devem ser contempladas dentro de todos os Projetos.

O Diagnóstico Participativo, etapa prévia a definição dos Projetos contidos dentro dos Programas, envolve a coleta primária de dados junto aos grupos sociais na área de influência de um empreendimento em licenciamento. Esse processo visa identificar e caracterizar tantos problemas ambientais e conflitos, relacionados ou não à indústria de petróleo e gás, quanto as potencialidades socioambientais da região. Além disso, busca definir os grupos prioritários para ações educativas, com o objetivo de embasar a criação de programas, fundamentados nos dados obtidos em campo e em informações complementares (IBAMA, 2010).

A nota estabelece ainda cinco linhas de atuação que devem ser garantidas em todas as localidades, a saber:

- 1) **Linha de Ação A. Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental:** visa capacitar a comunidade local para uma participação ativa e qualificada na gestão ambiental durante o licenciamento, fortalecendo sua intervenção em decisões sobre a exploração de recursos naturais (IBAMA, 2010).
- 2) **Linha de Ação B – Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural:** busca promover o controle social sobre o uso de royalties e recursos financeiros do petróleo e gás, incentivando a transparência e discussão pública para assegurar investimentos justos e mitigação de impactos (IBAMA, 2010).
- 3) **Linha de Ação C – Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais:** objetiva facilitar o acompanhamento e fiscalização das diretrizes dos Planos Diretores municipais, envolvendo a comunidade na discussão e divulgação de políticas ambientais e de ordenamento urbano (IBAMA, 2010).

- 4) **Linha de Ação D – a ser proposta pela empresa:** busca a adaptação das diretrizes ambientais às especificidades regionais, incentivando as empresas a proporem ações que atendam demandas locais específicas identificadas nos diagnósticos participativos (IBAMA, 2010).
- 5) **Linha de Ação E – Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo:** cria projetos compensatórios para comunidades impactadas por empreendimentos de curto prazo, priorizando a melhoria das condições de vida e a organização social de populações tradicionalmente menos representadas (IBAMA, 2010).
- 6) **Linha de Ação F – Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima:** fomenta o diálogo sobre a gestão compartilhada da zona marítima, abordando os conflitos entre atividades econômicas e promovendo o ordenamento dos usos no litoral para minimizar o impacto do setor petrolífero (IBAMA, 2010).

A análise das normativas é fundamental, pois estabelece o parâmetro comparativo necessário para avaliar se uma ação está ou não conforme. Esse é o motivo pelo qual apresentamos os elementos que regulamentam a Educação Ambiental no contexto da Gestão Pública. A materialização de tais objetivos é também objeto de análise: a pedido do IBAMA, em julho de 2023 foi publicado o relatório da pesquisa “Resultados e Fragilidades da implementação da Nota Técnica 01/2010”, que buscou avaliar os resultados produzidos pelos PEAs, bem como as fragilidades associadas a implementação da Nota Técnica.

Os resultados apontaram a existência de avanços importantes nos processos organizativos das comunidades envolvidas. Entre os principais resultados, destacam-se a formalização de entidades representativas dos SAE (Sujeitos da Ação Educativa), a conquista de assentos em conselhos municipais e espaços de participação pública, o fortalecimento das redes sociais, e o desenvolvimento de parcerias. Esses avanços permitiram que as comunidades acessassem direitos fundamentais e influenciassem a gestão ambiental em suas regiões. A criação de associações, especialmente em grupos de mulheres e pescadores, demonstrou como os PEA contribuíram para a emancipação social e política dos SAE (PARMIS, 2023). Já como fragilidades, os resultados apontaram inconsistências na execução dos PEA, como a falta de integração entre os diferentes programas, dificuldades de articulação entre empresas, IBAMA e os PEA, e desafios para adaptar as ações educativas ao contexto das comunidades. Houve

também limitações no monitoramento dos impactos e na continuidade dos PEA devido a barreiras burocráticas e à rotatividade de equipes. Essas fragilidades revelam a necessidade de um sistema de avaliação mais robusto e coordenado, capaz de acompanhar a longo prazo o impacto socioambiental dos projetos (PARMIS, 2023).

Esses são desafios mais ou menos vividos na realidade de todos os projetos ambientais, o que não seria diferente da realidade do PEA-Pescarte, objeto de investigação desta dissertação. A seguir, a proposta é apresentar o escopo normativo que orienta as atividades deste projeto, dentro do escopo apresentado.

O PEA-Pescarte se insere dentro da Linha A. “Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” e tem como escopo a “atuação juntamente aos pescadores artesanais e seus familiares, por meio de processos educativos, promovendo, fortalecendo e aperfeiçoando a organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda.”<sup>12</sup>

O projeto está organizado em 6 ciclos e atualmente se encontra em seu terceiro ciclo, com finalização prevista em Dezembro de 2025, que escalonam de maneira processual o suporte a organização comunitária dos pescadores artesanais da Bacia de Campos. Como ação inaugural, o projeto apoiou a eleição do Grupo Gestor, composto por 21 membros, eleitos pelas comunidades participantes do projeto, sendo o principal responsável por articular as necessidades e aspirações das comunidades na decisão das ações a serem implementadas.

A partir da formação do Grupo Gestor, o projeto se direcionou a capacitar as comunidades por meio de “oficinas sobre gestão de cooperativas, licenciamento ambiental e letramento digital, além da realização de visitas técnicas, o projeto equipou os participantes com o conhecimento necessário para enfrentar os desafios de projetar o futuro para a sua própria classe, respeitando as questões ambientais, com foco na organização social sobre os seus meios econômicos”. Tais ações objetivam a estruturação do Projeto de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) que prevê a implantação de Unidades Produtivas, que funcionarão como cooperativas “com o objetivo de proporcionar condições de trabalho dignas e negociações justas, promovendo o aumento da renda familiar dos integrantes da cadeia produtiva da pesca

---

<sup>12</sup> PESCARTE. “Nossa Linha do Tempo e Fases”. Disponível em: < <https://pescarte.org.br/sobre>>, acesso em 07/11/2024.

artesanal”<sup>13</sup>. Está prevista a instalação de 10 unidades produtivas com mais de cinquenta unidades internas, ao todo, que se dividem em diferentes processos dentro da Cadeia da Pesca, como Produção de Mariscos, Produção Aquícola, Produção de Moluscos Bivalves, Processamento e Beneficiamento do Pescado e do Molusco. Algumas das Unidades Produtivas também contam com atividades fora da Cadeia da Pesca, como é o caso da Unidade Produtiva de Armação de Búzios que prevê uma Unidade de Produção de Sementes, por exemplo.

Como um processo incremental, já foram implementadas parte das unidades, e o processo formativo de construção das capacidades formativas e administrativas necessárias está sendo realizado desde o início do projeto.

Subjacente a esse processo, o Projeto conta com um grupo de pesquisadores, divididos em 21 linhas de pesquisa que abordam aspectos fundamentais das comunidades pesqueiras da Bacia de Campos. Esses estudos englobam a investigação de memórias e identidades, o papel das mulheres na cadeia produtiva, as condições habitacionais, a justiça ambiental e os impactos da exploração de petróleo. Temas como segurança alimentar, redes sociais, metodologias participativas em educação ambiental, e o desenvolvimento de tecnologia social são explorados para promover intervenções eficazes e sustentáveis temporalmente. Essa estrutura funciona enquanto um observatório da efetividade do projeto e da produção de conhecimento científico acerca das intervenções realizadas e do apontamento de caminhos futuros promissores.

O mecanismo de transformação social que o Pescarte pretende acionar enquanto projeto de Educação Ambiental, inserido no escopo normativo apresentado anteriormente, é o da organização comunitária e empoderamento econômico como forma de construção de uma organização social fortalecida e capaz de se organizar em torno das demandas ambientais que afetam vida e trabalho das populações. Existem dois elementos, mobilizados pelos projetos de Educação Ambiental e que importam a análise sociológica, que exploraremos a seguir: o Capital Social e suas conseqüentes formas de ação coletiva. Vamos adensar um pouco mais esses conceitos, conectando-os posteriormente com o debate sobre a Pobreza.

A discussão sobre Capital Social é fundamental para as Ciências Sociais, servindo como um enquadramento teórico-analítico para a compreensão de diversos fenômenos sociológicos, como relações de poder, desigualdade, organização comunitária e desenvolvimento social.

---

<sup>13</sup> PESCARTE. “O Pescarte e o PGTR”. Disponível em: < <https://pescarte.org.br/pgtr>>, acesso em 08/11/2024.

Desenvolvido por autores como Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Mark Granovetter, o conceito de Capital Social tem se adaptado e se transformado ao longo do tempo, permitindo a análise de temas específicos e contextos variados. Sua flexibilidade teórica ao mesmo tempo que demonstra o poder explicativo do conceito é também apontado como um possível risco, podendo ser utilizado como um recurso “milagroso” para determinados desafios sociais (D’ARAUJO, 2003 *apud* HELAL, NEVES, 2007). Buscando dar contornos mais firmes a essa discussão, apresentamos brevemente o desenvolvimento conceitual sobre Capital Social de alguns dos cânones das Ciências Sociais, a saber: Bourdieu, Putnam e Granovetter.

Putnam, em sua obra “Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna” (1996), investiga os fatores que promovem um governo eficaz e as condições que influenciam o desempenho institucional. O autor parte da análise da reforma organizacional italiana realizada nos anos 1970, na qual o governo do país passou de um modelo centralizado para uma estrutura regionalizada. Essa transformação deu origem a vinte governos regionais, cada um com autonomia para implementar políticas públicas em suas respectivas áreas. A partir disso, o objetivo de Putnam é entender por que algumas regiões, particularmente no norte da Itália, demonstraram um desempenho institucional significativamente melhor do que outras, como no sul (PUTNAM, 1996).

Os conceitos de *bonding* (ligações internas) e *bridging* (conexões externas) são cunhados por Putnam para explicar como as redes sociais afetam a coesão e a inclusão em diferentes contextos. O *bonding* refere-se às conexões que unem indivíduos dentro de grupos homogêneos, como famílias, amigos próximos ou comunidades com características compartilhadas, como etnia ou religião. Essas redes fortalecem a solidariedade interna, oferecem suporte emocional e material e criam um senso de identidade grupal, mas podem ser exclusivistas, limitando a interação com pessoas fora do grupo e, em alguns casos, reforçando divisões sociais. Por outro lado, o *bridging* conecta grupos heterogêneos, criando "pontes" que promovem a inclusão, a cooperação entre diferentes setores da sociedade e o compartilhamento de informações e recursos. Redes desse tipo são essenciais para fomentar tolerância, inovação e coesão social em sociedades diversas (PUTNAM, 1996).

Putnam observa que as regiões do norte da Itália apresentam governos regionais mais eficazes, com instituições que respondem melhor às demandas da população, promovem políticas públicas mais inclusivas e exibem maior transparência e accountability. Essa eficácia

é atribuída à tradição de engajamento cívico, associações voluntárias e normas de confiança mútua que caracterizam o norte, evidenciando um alto nível de capital social *bridging* (PUTNAM, 1996).

Por outro lado, no sul da Itália, as instituições regionais tendem a ser menos eficazes, mais suscetíveis à corrupção e menos responsivas às necessidades dos cidadãos. Putnam conecta esse desempenho inferior ao menor capital social na região, onde as redes sociais são mais fechadas (*bonding*), limitadas ao círculo familiar ou a grupos restritos, promovendo menos cooperação comunitária e cívica (PUTNAM, 1996).

Putnam conclui que a eficácia do governo não depende apenas de arranjos institucionais, mas está profundamente enraizada na cultura cívica e no capital social das comunidades. Ele enfatiza que a construção de um governo democrático e eficiente requer investimentos em redes sociais, normas de reciprocidade e confiança mútua. Essa abordagem reflete sua tese central de que as instituições democráticas são tanto causa quanto consequência do capital social (PUTNAM, 1996).

Ambas as formas de capital social são importantes, desempenham papéis distintos e complementares. O *bonding* é crucial para sustentar redes de apoio interno, especialmente em tempos de crise, enquanto o *bridging* é indispensável para resolver problemas coletivos em contextos amplos e para promover a coesão em larga escala. No entanto, Putnam alerta para os riscos de um desequilíbrio entre essas categorias: redes excessivamente baseadas em *bonding* podem levar ao isolamento social ou ao sectarismo, enquanto a ausência de *bridging* dificulta a colaboração e a inovação em contextos diversos. Para Putnam, o equilíbrio entre esses dois tipos de redes é fundamental para fortalecer a democracia e alcançar uma sociedade mais integrada e inclusiva (PUTNAM, 1996).

Pierre Bourdieu (1930–2002) foi um dos mais influentes sociólogos do século XX, conhecido por suas contribuições sobre poder, cultura e reprodução social. Em “As formas de Capital” (1986) Bourdieu expande a noção de capital, em contraposição a concepção econômica, apresentando como o capital cultural, social e simbólico desempenham papéis igualmente significativos na estrutura social. Para o autor, a teoria econômica explica a troca de capitais sem considerar os aspectos de oportunidades, transmissão e acumulação destes, além de apenas levar em conta aqueles de cunho pecuniário, desconsiderando toda troca de outra ordem. Bourdieu então coloca que a compreensão da ordem social necessita considerar a noção

de capital em todas as suas formas a fim de compreender a realidade social, além de como esse capital passa por modificações. De forma geral, o autor elenca quatro tipos de Capitais:

- **Capital Econômico:** Recursos financeiros e materiais que são facilmente convertidos em outras formas de capital e têm papel fundamental na manutenção das desigualdades.
- **Capital Cultural:** Conhecimentos, habilidades e competências culturais, que podem existir em três formas: incorporada (competências pessoais), objetivada (bens culturais como livros e arte) e institucionalizada (títulos e diplomas).
- **Capital Social:** Rede de relacionamentos e conexões que um indivíduo ou grupo pode mobilizar para obter benefícios e acesso a oportunidades.
- **Capital Simbólico:** Prestígio, honra e reconhecimento que uma pessoa possui, operando como uma forma de poder indireto.

O capital social é definido por Bourdieu como:

“o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e de reconhecimento - ou, em outras palavras, a participação em um grupo – que dispõe cada um dos seus membros com o apoio do capital coletivo de propriedade, uma “credencial”

(BOURDIEU, 1986)

O capital social, definido por Bourdieu como o agregado de recursos vinculados a redes de relações, é um multiplicador das outras formas de capital. Redes sociais permitem ampliar o volume de recursos culturais e econômicos disponíveis aos indivíduos.

Por fim, Granovetter em seu artigo “Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão”, publicado em 2007, faz uma crítica às abordagens econômicas que ignoram a complexidade das relações sociais em que estão imersas. Sua proposta, chamada de *embeddeness* ou imersão, em português, propõe que a ação econômica precisa ser analisada de acordo com o contexto das relações sociais em que se insere.

O autor contextualiza que as abordagens econômicas correntes se encontram em dois polos: uma primeira visão, supersocializada, que promove a ideia de obediência a normas e

valores que são internalizados por meio da socialização. Nessa concepção os indivíduos agem de acordo com padrões estabelecidos, concepção que conforme apontado pelo autor, elimina a dinamicidade das relações e ignora o poder de agência dos indivíduos.

Já a concepção subsocializada, por sua vez, trata os indivíduos como atores atomizados e racionais. A avaliação de variáveis objetivos como a demanda, preços e ofertas, no caso do exemplo econômico, são os principais orientadores da ação. O impacto das relações sociais é eliminado (GRANOVETTER, 2007).

Para Granovetter, “Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub- e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem.” (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

É a partir dessa crítica que o autor insere a proposta da imersão, que compreende que as relações econômicas precisam ser, necessariamente, entendidas segundo a sua imersão nas relações sociais, que por sua vez constroem as relações de confiança, reciprocidade e obrigações mútuas que não são possíveis de serem controladas ou pré-definidas, como no caso da concepção supersocializada, ou ignoradas, como no caso da concepção subsocializada. Sua retirada, em última instância, promove um cenário de transações econômicas fictício, que não encontra suporte na realidade. As transações, para Granovetter, não ocorrem em um vácuo social, e precisam ser consideradas em um contexto de investigação (GRANOVETTER, 2007).

Em termos metodológicos, a sugestão de Granovetter postula a necessidade da construção de teorização que busca entender as causas socioestruturais imediatas, fugindo de dualidades que buscam postulações macro, nem a análise de concepções que analisam os atores de forma isolada de seu contexto imediato. Metodologicamente, a pesquisa sociológica precisa se ater aos contextos específicos, com atenção às relações sociais imediatas que perpassam determinado contexto de pesquisa (GRANOVETTER, 2007).

Embora mais recente, a apresentação do percurso teórico feito por Granovetter sobre o problema da imersão nos fornece uma base para entender a sua teorização sobre a força dos Laços Fracos, artigo de 1973. Nesse texto, o autor explora como as redes sociais conectam os níveis micro e macro da teoria sociológica, usando a análise da força dos laços interpessoais. A força de um laço é definida por fatores como tempo, intensidade emocional, intimidade e

reciprocidade. Granovetter argumenta que laços fracos, embora menos íntimos, têm maior capacidade de conectar diferentes grupos sociais, facilitando a difusão de informações e recursos. Isso contrasta com a visão tradicional de redes baseadas em laços fortes, que tendem a se concentrar em grupos pequenos e densamente conectados.

A pesquisa apresenta evidências empíricas de que laços fracos são fundamentais em processos de mobilidade social, como na busca por empregos, e na difusão de inovações ou ideias em comunidades. Granovetter mostra que indivíduos que utilizam laços fracos têm maior alcance social e acesso a informações diversificadas, contrastando com os efeitos limitados de laços fortes, que frequentemente reforçam conexões redundantes. Isso sugere que laços fracos atuam como "pontes" essenciais entre diferentes segmentos da sociedade.

Em um nível macro, a análise se estende à organização comunitária, apontando que a falta de laços fracos pode resultar em redes fragmentadas e em dificuldades para a mobilização coletiva. Comunidades que apresentam laços fracos conectando subgrupos são mais coesas e eficazes em alcançar objetivos comuns.

Os autores brevemente apresentados contam com diferenças no entendimento sobre Capital Social, em especial em relação a sua origem e onde residem seus efeitos: enquanto Putnam compreende o Capital Social enquanto um fenômeno produzido pela comunidade, Granovetter e Bourdieu postulam que ele pode ser apropriado e instrumentalizado pelos indivíduos em seu próprio benefício (HELAL, NEVES, 2007). Ainda assim, é possível enxergar a permanência, entre os conceitos, do reconhecimento da importância das redes sociais interna e externamente a elas próprias, bem como o papel da confiança e reciprocidade dentro das relações sociais.

Uma das autoras que emprega o conceito de Capital Social para entendimento aprofundamento da dinâmica de grupos na organização e divisão de recursos foi Elinor Ostrom. A teorização de Elinor Ostrom surge em resposta às críticas e limitações da teoria de Garrett Hardin, apresentada no artigo "The Tragedy of the Commons" (1968). Hardin argumentava que os recursos comuns, ao serem utilizados livremente por indivíduos racionais em busca de maximizar seus próprios interesses, inevitavelmente levariam à sobreexploração e degradação. Ele defendia que apenas a privatização ou a nacionalização poderiam evitar essa tragédia, centralizando o controle dos recursos ou submetendo-os ao mercado. Ostrom critica essa visão reducionista, propondo que há alternativas eficazes e sustentáveis para a gestão de recursos comuns (OSTROM, 1990).

Baseada em estudos empíricos, Ostrom demonstra que, ao longo da história, muitas comunidades humanas desenvolveram formas cooperativas e autônomas de gestão, evitando a tragédia prevista por Hardin. Sua teoria de governança dos comuns (Common Pool Resources - CPR) identifica um conjunto de princípios que permitem às comunidades organizarem-se para gerir recursos como florestas, água, pesca e pastagens de maneira sustentável. Esses princípios incluem a demarcação clara de fronteiras, a adaptação de regras às condições locais, a participação ativa dos usuários na formulação das regras e a existência de mecanismos de monitoramento e resolução de conflitos (OSTROM, 1990).

Ostrom argumenta que a autogestão comunitária pode ser mais eficiente do que soluções centralizadas ou privatizadas, pois as regras criadas localmente são mais respeitadas e adequadas às realidades específicas. Além disso, ela enfatiza a importância da cooperação entre instituições locais e de maior escala, especialmente para recursos que atravessam fronteiras ou são compartilhados por múltiplas comunidades. Sua abordagem desafia paradigmas tradicionais e oferece uma visão inovadora para enfrentar os desafios da gestão sustentável em escalas locais e globais (OSTROM, 1990).

Os autores mencionados nos fornecem lentes compreensivas para o mecanismo de mudança promovido por meio da formação de grupos e quais as vantagens competitivas que suas dinâmicas promovem ao indivíduo e para o contexto que o rodeia, no nosso cenário, as dinâmicas promovidas pelo Pescarte em comunidades de pescadores artesanais. Putnam destaca a importância do capital social para a eficácia das instituições democráticas, sendo relevante para entender como as redes fortalecidas pelo Pescarte podem melhorar a participação política e a gestão local. Bourdieu define o capital social como um recurso vinculado a redes, o que é útil para discutir como o Pescarte mobiliza essas conexões para gerar benefícios econômicos e sociais. Granovetter, ao introduzir a ideia de laços fracos como pontes entre grupos, fornece uma base teórica para analisar como o Pescarte conecta pescadores com novos recursos e oportunidades.

A teorização de Ostrom, por sua vez, nos permite pensar os desafios da pesca artesanal na Bacia de Campos a partir da necessidade de organização para enfrentar os impactos promovidos pela atividade petrolífera. A ideia de governança compartilhada dos recursos comuns é diretamente aplicável à organização dos pescadores para enfrentar a sobreexploração do mar e os impactos da indústria petrolífera. A construção das associações seria o formato

possível para tornar os pescadores artesanais players com maior influência e capacidade de enfrentamento nesse contexto de assimetrias de poder, até então.

A passagem entre a mobilização do Capital Social para redução da pobreza se dá por meio dos seus efeitos esperados: ao integrar redes sociais, normas de reciprocidade e confiança mútua, o capital social cria mecanismos que facilitam o acesso a recursos, informações e oportunidades econômicas que de outra forma estariam indisponíveis para populações em determinadas situações de desvantagem.

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, tem desempenhado um papel importante nessa discussão. Enquanto uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e dedicada a contribuição para o desenvolvimento econômico da América Latina, em 2001 organizou a Conferência Internacional “Hacia un nuevo paradigma: Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe”, realizada em Santiago do Chile. O encontro resultou na publicação “Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma” (2003), que contou com 19 capítulos divididos em seis partes, a saber: Capital Social e Desenvolvimento, Capital Social e Pobreza: um marco analítico; Capital Social, Pobreza e Políticas Públicas; O Capital Social e a dimensão de Gênero; O Capital Social e o Mundo Rural e Reflexões sobre o Capital Social.

A publicação também dá contornos importantes a discussão a níveis governamentais, ao destacar como a ausência de recursos complementares, como capital financeiro ou físico, limita a eficácia do capital social como único instrumento de combate à pobreza, bem como seu aspecto dual, uma vez que a sua concentração em grupos específicos pode perpetuar desigualdades, mas sua mobilização inclusiva pode contribuir para superar a pobreza (ATRIA *et al*, 2003).

A seção sobre a dimensão de gênero no Capital Social avalia como o marcador se associa a baixa participação política feminina e a persistência de hierarquias de gênero que excluem mulheres dos espaços de poder e decisão, o que reduz ainda mais suas possibilidades de organização e empoderamento. Esse mecanismo por vezes está imbricado em dois fatores cruciais ao desenvolvimento do Capital Social, a saber, as normas sociais e a produção de confiança, que por vezes perpetuam estruturas de desigualdade de gênero. Além disso, o capítulo contextualiza a necessidade de que o fomento ao capital social entre mulheres esteja alinhado a políticas públicas que reconheçam e enfrentem dois desafios centrais: os contextos

de violência intrafamiliar, que agravam a vulnerabilidade social feminina, e a sobrecarga de trabalho de cuidado, especialmente com crianças e idosos. Esses fatores limitam o tempo e os recursos disponíveis para a participação das mulheres em redes sociais e iniciativas comunitárias, evidenciando a importância de um enfoque integrado no desenvolvimento do capital social (ATRIA *et al*, 2003).

No caso dos desafios rurais, a publicação destaca como a confiança e reciprocidade já se colocam como fatores que realizam o intermédio das relações no ambiente rural, sendo ainda mais essencial para a produção de ações conjuntas que gerem bens coletivos. No entanto, falta de infraestrutura, desigualdades no acesso à terra e recursos e desafios como o clientelismo podem ser fatores de dificuldade para promover a colaboração (ATRIA *et al*, 2003).

Embora existam críticas quanto ao caráter pouco prático dos artigos da publicação, ou sobre as limitações da discussão, que por vezes não avaliam as potencialidades do conceito, a publicação é considerada relevante por inaugurar a discussão sobre como o Capital Social pode melhorar a eficácia das políticas públicas junto a órgãos internacionais, bem como estabelecer o diálogo com desafios com maior relevo no cenário latino americano, como é o caso da discussão sobre feminização da pobreza e da importância de considerar as dicotomias entre o rural e urbano na definição das intervenções para superação da pobreza (TONELLA, 2003).

Dialogando com o desafio de operacionalizar o Capital Social enquanto conceito que pode ser mensurado e avaliado em termos de seus impactos, Helal e Neves (2007) discutem o papel do Capital Social para a superação da pobreza em artigo que analisa dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Adotando visão de que o indivíduo se apropria do Capital Social, os autores analisam a existência de relação entre Capital Social e pobreza, operacionalizando o conceito por meio da participação em grupos e organizações cívicas, entendido como um dos modos de manifestação do Capital Social. Controlando os resultados por variáveis como raça, escolaridade, idade e presença no mercado de trabalho formal, o artigo encontra uma probabilidade 60,4% do indivíduo possuir renda individual acima do limite da pobreza (entendida aqui sendo o critério monetário), sendo ainda o responsável pela elevação de 20% do rendimento mensal do trabalho, quando controlado pelas demais variáveis.

Dentro do contexto de atuação do Pescarte, destaca-se o estudo conduzido por Prófilo (2024) sobre o capital social entre mulheres ligadas à pesca artesanal na Bacia de Campos (RJ). A pesquisa revelou que, entre 2016 e 2023, houve um aumento significativo na participação

feminina em associações relacionadas à pesca na segunda onda da pesquisa, indicando um fortalecimento do capital social desse grupo.

Esses resultados ganham ainda mais relevância quando analisados à luz do estudo *Social Capital and Women's Earnings in Traditional Fisheries: Evidence from the Campos Basin (State of Rio de Janeiro, Brazil)* (HIGGINS, NEVES et al., 2025), que apontou a baixa participação feminina nas associações de pesca e, ao mesmo tempo, o impacto expressivo dessa participação na renda das trabalhadoras. Segundo o estudo, mulheres associadas apresentam rendimentos médios até 850 vezes superiores em comparação àquelas que não fazem parte dessas organizações. Esses achados evidenciam que o gênero ainda atua como barreira à participação feminina, ao passo que reforçam os benefícios econômicos e sociais proporcionados pela inclusão nas associações de pesca, especialmente para as mulheres.

No bojo deste debate empírico, esta dissertação busca compreender se as iniciativas promovidas pelo Pescarte conseguem mobilizar o capital social como um recurso eficaz para enfrentar a pobreza, em todas as suas dimensões. Ao explorar como redes sociais, confiança mútua e ação coletiva são promovidas e integradas, o trabalho pretende avaliar se o capital social atua como um elemento transformador, capaz de gerar impactos estruturais, como é o caso das variáveis contidas no Índice de Pobreza Multidimensional, na vida das comunidades envolvidas. Na sequência apresento o capítulo metodológico dessa dissertação.

## 2. CAPÍTULO METODOLÓGICO

A luz das discussões teóricas realizadas este trabalho objetiva compreender o cenário de pobreza multidimensional da comunidade de Pesca Artesanal da Bacia de Campos (RJ) e sua modificação, entre os anos de 2016 e 2023. Para isso, será realizada a operacionalização de um Índice de Pobreza Multidimensional para o público pesquisado e a comparação dos resultados nos dois momentos temporais.

### 2.1. Em termos de Pergunta de Pesquisa:

- Qual o cenário de Pobreza Multidimensional dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos (RJ)? Houve mudança entre os anos de 2016 e 2023?

### 2.2 Os objetivos:

- Compreender a situação de privação das famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos/RJ a partir de um Índice de Pobreza Multidimensional.
- Comparar o comportamento do cenário de pobreza multidimensional das famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos (RJ) e atendidas pelo Projeto de Educação Ambiental PEA – Pescarte, considerando as duas aplicações da Pesquisa Pescarte, em 2016 e 2023.

### 2.3. Em termos de hipóteses:

- Houve melhora, ou seja, diminuição, no Índice de Pobreza Multidimensional dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos (RJ) no ano de 2023 em comparação ao ano de 2016.
- Justificativa: essa hipótese se baseia na combinação de fatores econômicos e institucionais específicos da região da Bacia de Campos (RJ). Entende-se que a atuação do projeto Pescarte na região pode provocar externalidades positivas aos aspectos mensurados pelo Índice de Pobreza Multidimensional, em especial no que diz respeito a maior estruturação dos serviços públicos de Educação e Saúde, bem como no horizonte individual das famílias, que por sua vez provoquem a a melhora do indicador.

### 2.4. Base de Dados:

A Pesquisa Pescarte, principal base de informações utilizada nessa dissertação, se trata de uma pesquisa aprofundada sobre o trabalho de Pesca no Brasil, realizada no âmbito do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte. A pesquisa foi conduzida em duas edições, nos anos de 2016 e 2023, abrangendo pescadores artesanais dos municípios fluminenses de São

Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo, atendidos pelo projeto Pescarte. Na edição de 2023, foram incluídos três novos municípios a pesquisa: Carapebus, Rio das Ostras e Armação de Búzios

Atendendo aos objetivos do projeto, a pesquisa reúne um conjunto de informações, cobrindo uma série de temas incluídos no escopo de atuação do projeto, como: Caracterização Familiar, Educação, Uso e Avaliação dos Serviços Públicos, Segurança Alimentar, Caracterização da Atividade Pesqueira, Capital Social, entre outros temas e trata-se de um censo dos pescadores da região, ou seja, abrangeu a totalidade do público-alvo do projeto.

A seleção dos respondentes foi realizada presencialmente em locais de pesca dos municípios de abrangência, e uma vez declarado o exercício da Pesca Artesanal a pesquisa era sequenciada. A visita e as entrevistas nos locais selecionados foram realizadas até a saturação, procedimento foi adotado em função da inexistência de um cadastro prévio de pescadores artesanais, o que exigiu estratégias adaptativas para garantir a saturação dos dados coletados. A segunda aplicação da pesquisa aprimorou tais estratégias, contando com o uso do cadastro prévio dos participantes da 1ª Pesquisa e participantes do PEA-Pescarte, além do envolvimento de lideranças da pesca artesanal. No campo, a equipe censitária participou de atividades do PEA para divulgar a Pesquisa, com abordagem, direta durante as ações do projeto e aplicou a metodologia bola de neve, na qual pescadores(as) entrevistados indicavam novos participantes. Complementarmente, realizou-se uma varredura por meio de mutirões, com visitas a todas as casas das comunidades pesqueiras para identificar possíveis respondentes. Enquanto a Pesquisa de 2016 foi coletada entre os anos de 2014 e 2016, a pesquisa de 2023 foi iniciada em 09 de maio de 2022 e 15 de Dezembro de 2023.

Em função do contexto, é esperado que a Pesquisa 2023 conte com mais participação e com uma seleção mais próxima dos respondentes, especialmente em função do maior engajamento gerado pelas ações do Projeto. Naturalmente é esperado que a colaboração com a pesquisa cresça, uma vez que as pessoas estejam mais habituadas a atuação do projeto na localidade e reconheçam a atuação dos agentes na localidade do que no momento 0, em que ainda há maiores incertezas e receios por parte do público. Essas diferenças serão ponderadas na seção 6.2, por meio das frequências dos dados sociodemográficos da pesquisa.

Enquanto limitações, cabe destacar que, apesar do extenso trabalho de mobilização em torno da importância da pesquisa para elaboração de estratégias mais aderentes ao público do

PEA Pescarte, houve um montante de recusas nas duas aplicações da pesquisa, totalizando 2.492 recusas em 2023.

Os dados, coletados por meio de questionário estruturado, possuem seções a nível do domicílio e do indivíduo. Todo o tratamento da base de dados bem como as estatísticas que serão apresentadas foram realizadas por meio do Software Estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) com todos os procedimentos registrados em sintaxe. Já os gráficos e tabelas foram manualmente organizados pela autora.

## 2.5. Índice de Pobreza Multidimensional para o público do Pescarte e o método Alkire-Foster

Este trabalho visa calcular o Índice de Pobreza Multidimensional para os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos, espelhando a metodologia e indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional Global, desenvolvido pelo *Oxford Poverty and Human Initiative* (OPHI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mensurado desde o ano de 2010. O IPM Global estipula 3 dimensões e 10 indicadores, a saber:

**Quadro 1.** Dimensões, Indicadores e ODSs vinculados para mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional Global

<b>Dimensões da Pobreza</b>	<b>Indicadores de Pobreza</b>	<b>Pessoa privada se vive em um domicílio onde...</b>	<b>Peso</b>	<b>ODS Vinculado</b>
<b>Saúde (1/3)</b>	Nutrição	Qualquer pessoa com menos de 70 anos de idade para a qual exista informação nutricional está subnutrida.	1/6	ODS 2: Fome zero
	Mortalidade Infantil	Uma criança com menos de 18 anos morreu no agregado familiar no período de cinco anos anterior ao inquérito.	1/6	ODS 3: Saúde e bem-estar
<b>Educação (1/3)</b>	Anos de Escolaridade	Nenhum membro elegível do agregado familiar completou seis anos de escolaridade.	1/6	ODS 4: Qualidade Educação
	Frequência Escolar	Qualquer criança em idade escolar não está a frequentar a escola até à idade em que deveria concluir a 8ª classe.	1/6	ODS 4: Qualidade Educação

<b>Dimensões da Pobreza</b>	<b>Indicadores de Pobreza</b>	<b>Pessoa privada se vive em um domicílio onde...</b>	<b>Peso</b>	<b>ODS Vinculado</b>
<b>Padrão de Vida (1/3)</b>	Combustível para cozinhar	Um agregado familiar cozinha utilizando combustível sólido, como estrume, culturas agrícolas, arbustos, madeira, carvão vegetal ou carvão.	1/18	ODS 4:ODS 7: Energia acessível e limpa
	Saneamento	O agregado familiar tem uma instalação sanitária não melhorada ou inexistente ou está melhorada, mas é partilhada com outros agregados familiares.	1/18	ODS 6: Água potável e saneamento
	Água Potável	A fonte de água potável do agregado familiar não é segura ou a água potável fica a 30 minutos ou mais a pé de casa, ida e volta.	1/18	ODS 4:ODS 7: Energia acessível e limpa
	Eletricidade	O agregado familiar não tem eletricidade.	1/18	ODS 7: Energia acessível e limpa
	Habitação	O agregado familiar tem materiais de habitação inadequados em qualquer um dos três componentes: chão, telhado ou paredes.	1/18	ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis
	Ativos/ Patrimônio	O agregado familiar não possui mais do que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, carro de animais, bicicleta, motocicleta ou frigorífico, e não possui carro ou caminhão	1/18	ODS 1: Erradicação da pobreza

Fonte: OPHI<sup>14</sup>. Tradução da autora.

A escolha das dimensões do IPM Global é tratada na publicação “The New Global MPI 2018: Aligning with the Sustainable Development Goals” de 2018 e foram definidas em conformidade com a abordagem das capacidades de Amartya Sen e em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A escolha das dimensões e indicadores

<sup>14</sup> <https://ophi.org.uk/what-global-mpi>

perpassam cinco princípios: ampla cobertura geográfica e populacional, facilidade de compreensão, comparabilidade internacional, desagregação por regiões e robustez metodológica. Embora avanços como a inclusão de trabalho, segurança e meio ambiente tenham sido considerados, limitações de dados sua incorporação ao índice final.

A seguir, apresento o detalhamento da forma de aplicação do método Alkire-Foster para cálculo de Índices Multidimensionais, usado para o cálculo do IPM Global e outros índices Multidimensionais e, em seguida, contextualizo quais foram as escolhas feitas para o cálculo no caso do público de atendimento do PEA-Pescarte.

O conteúdo apresentado abaixo se baseia no artigo “Technical introduction to the AF Method”<sup>15</sup>, disponível no portal do OPHI. O método pode ser sintetizado em onze passos.

**Passo 1. Escolha da Dimensão de Análise:** de fato, se trata de uma escolha. A aplicação mais comum é para indivíduos e domicílios, mas é possível aplicado para comunidades, escolas, distritos etc.

**Passo 2. Escolha das Dimensões:** A escolha de dimensões combina cinco abordagens principais: exercícios participativos, listas legitimadas por consenso público, pressupostos teóricos ou filosóficos, conveniência de dados disponíveis, e evidências empíricas sobre valores e preferências. Essas abordagens frequentemente se sobrepõem e são utilizadas em conjunto para garantir legitimidade, relevância e viabilidade prática.

**Passo 3. Escolha dos Indicadores:** Os indicadores devem ser escolhidos considerando precisão quanto a dimensão que pretendem indicar e parcimônia, visando a facilidade de análise. Nessa etapa importa, se possível, é importante considerar indicadores que não seja altamente correlacionados.

**Passo 4. Definição dos Cortes de Privação para cada indicador:** esse é o primeiro corte da metodologia Alkire-Foster, caracterizado pelo “Dual-Cut-Off”. Cada indicador deve contar com um corte que diferencie se uma pessoa deve ser identificada como “privada” ou “não privada”.

**Passo 5. Aplicar Linhas de Pobreza:** continuação da etapa anterior, o passo cinco é a aplicação efetiva dos cortes de privação definidos.

---

<sup>15</sup> OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). *Technical introduction to the AF Method*. Disponível em: <https://ophi.org.uk/research/af-method>. Acesso em: 11 jan. 2025.

**Passo 6. Contagem do número de privações de cada pessoa:** uma vez atribuída os cortes de privação a cada um dos indicadores, é necessário contar quantas privações cada pessoa possui. Nessa etapa é possível aplicar pesos, a depender dos critérios definidos para o IPM que será calculado.

**Passo 7. Definição do segundo corte (k):** se trata do número de indicadores em que uma pessoa deve ser considerada privada para ser considerada pobre multidimensionalmente. Nesta etapa importa aplicar diferentes cortes com vistas a testar a robustez dos resultados identificados.

**Passo 8. Aplicação do segundo corte k:** Considerando o foco, a partir de agora, no perfil das pessoas pobres, as informações dos não pobres são substituídas por 0.

**Passo 9. Cálculo do Headcount H:** medida calculada pela divisão do número de pessoas pobres pelo total de pessoas.

**Passo 10. Cálculo da Intensidade, A:** é o número médio das privações que uma pessoa pobre sofre. É calculado somando a proporção de privações totais que cada pessoa sofre e dividindo pelo número total de pessoas pobres.

**Etapa 11: Calcule o Headcount Ajustado, M0:** Se os dados forem binários ou ordinais, a pobreza multidimensional é medida pelo headcount ajustado, M0, que é calculado como H vezes A. A pobreza do headcount é multiplicada pelo número 'médio' de dimensões em que todas as pessoas pobres são privadas para refletir a amplitude das privações.

A partir do índice criado, a etapa final é avaliar os resultados, explorando a capacidade de desagregação ofertada pelo IPM. Sendo assim, é relevante realizar a decomposição dos resultados da pobreza multidimensional por grupos populacionais e pelas contribuições das dimensões e indicadores. A seguir, apresento o detalhamento da forma de aplicação do método Alkire-Foster para cálculo de Índices Multidimensionais, para o cálculo no caso do público de pesquisa.

Dado o objetivo de replicação da metodologia original, as dimensões, indicadores e pesos serão mantidos, na medida do possível, segundo a limitação dos dados e a adaptação a realidade brasileira. Para esse sendo objetivo, consultou-se a publicação “Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional” publicada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em 2023. O material revisa a literatura sobre Pobreza Multidimensional, propondo adaptações ao cenário Brasileiro bem às

normativas do país. Sendo assim, apresento os indicadores por dimensão e contextualizo as eventuais adaptações realizadas:

### 2.5.1. Adaptação da Dimensão Saúde:

**1. Nutrição:** o IPM Global define que uma pessoa privada no indicador de Nutrição é “qualquer pessoa com menos de 70 anos de idade para a qual exista informação nutricional está subnutrida”. Como fica claro nesse enunciado, há uma subespecificação no caso de alguns indicadores, justamente pela necessidade de adaptação aos dados disponíveis e a realidade do local de pesquisa. No caso do banco utilizado, utilizaremos para mensuração do indicador de Nutrição a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma escala psicométrica, inspirada no Indicador Cornell utilizado nos EUA, e validada para o contexto brasileiro (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014). A escala consiste em 14 perguntas que buscam captar situações de insegurança alimentar:

#### Quadro 2. Perguntas utilizadas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu	13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?
--	---

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014.

Todas as perguntas são binárias, de resposta sim ou não, e a classificação final do domicílio é diferenciada conforme a presença ou não de menores de 18 anos de idade, sendo no segundo caso aplicado um corte mais rigoroso, definido da seguinte maneira:

**Quadro 3.** Pontos de corte segundo Nível de Segurança/Insegurança Alimentar indicado pelo EBIA

	<b>Domicílios com menores de 18 anos</b>	<b>Domicílios sem menores de 18 anos</b>
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1-5	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	6-9	4-5
Insegurança Alimentar Grave	10-14	6-8

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014.

Considerando que a pontuação da Escala EBIA considera que a partir de uma resposta positiva as perguntas elencadas o domicílio possui Insegurança Alimentar, sendo diferenciado em termos da sua intensidade, o corte que será utilizado para o IPM da Bacia de Campos será daqueles que tem EBIA igual ou maior que um.

**2. Mortalidade:** o IPM Global define a privação no indicador de Mortalidade considerando domicílios em que “Uma criança com menos de 18 anos morreu no agregado familiar no período de cinco anos anterior ao inquérito.”. Na Pesquisa Pescarte a pergunta disponível sobre morte de membros do domicílio se aplica aos últimos 24 meses, por isso esse foi o corte temporal utilizado. Quanto ao intervalo de idade, optou-se por estender um pouco mais, considerando o falecimento de pessoas com até 24 anos. Essa decisão busca contemplar um período mais dilatado que compreende a transição da juventude para a idade adulta, vivida por jovens brasileiros, que levam mais tempo para sair da casa dos pais e constituírem novos

núcleos familiares. Entende-se que esse ajuste comporta uma parcela que, embora já estejam na maioria, ainda possuem vínculos com a família mais significativos.

### **2.5.2. Adaptação da Dimensão Educação:**

**3. Anos de Escolaridade:** o IPM Global define a privação no indicador de Anos de Escolaridade considerando domicílios em que “Nenhum membro elegível do agregado familiar completou seis anos de escolaridade”. Considerando a adaptação a realidade brasileira, consultou-se a publicação “Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional” referenciada no início dessa seção. Em relação ao indicador de Anos de Escolaridade a publicação propõe dois indicadores: “Pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas” e “Pessoas de 16 anos ou mais de idade sem o ensino fundamental completo”. Esses foram os indicadores mensurados para o contexto da Bacia de Campos.

**4. Frequência Escolar:** o IPM Global define a privação no indicador de Frequência Escolar como “Qualquer criança em idade escolar que não frequenta a escola até à idade em que deveria concluir a 8ª classe”. Considerando que o período esperado de cumprimento do Ensino Fundamental no Brasil compreende a idade dos 6 aos 14 anos o indicador utilizado foi de “Pessoas de 6 a 14 anos de idade que não frequentam escola”.

### **2.5.3. Adaptação da Dimensão Padrão de Vida:**

**6. Saneamento:** o IPM Global define a privação no indicador de Saneamento como “O agregado familiar tem uma instalação sanitária não melhorada ou inexistente ou está melhorada, mas é partilhada com outros agregados familiares”. O indicador sugerido pelo IPM Global diz respeito a disponibilidade de banheiro no domicílio, no entanto, essa questão isoladamente não resume a problemática de saneamento experienciada no cenário brasileiro, em que 36,8% da população não possui esgotamento sanitário adequado<sup>16</sup>. Em função disso foram incorporados dois indicadores: “Presença de Banheiro de Uso Exclusivo” e “Domicílios atendidos pela Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica”.

**7. Água Potável:** o IPM Global define a privação no indicador de Água Potável como “A fonte de água potável do agregado familiar não é segura ou a água potável fica a 30 minutos ou mais a pé de casa, ida e volta”. No caso da Pesquisa Pescarte, o indicador disponível é “Domicílios não atendidos pela Rede Geral de Abastecimento”. Entendendo que a Rede Geral

---

<sup>16</sup> Informação disponibilizada pelo portal IBGE Cidades, disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>, acesso em 22 de janeiro de 2025. Por Esgotamento Sanitário Adequado, entendem-se domicílios que possuem esgotamento atendido pela Rede Geral ou Fossa Séptica.

de Abastecimento é o único meio de garantir que a água disponibilizada ao domicílio é própria para o consumo, todas as famílias abastecidas por meios alternativos foram classificadas como privadas neste indicador.

**8. Eletricidade:** o IPM Global define a privação no indicador de Eletricidade como “O agregado familiar não tem eletricidade”. O indicador foi espelhado da mesma forma no caso do IPM da Bacia de Campos.

**9. Ativos/ Patrimônio:** o IPM Global define a privação no indicador de Ativos/Patrimônio como “O agregado familiar não possui mais do que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, carro de animais, bicicleta, motocicleta ou frigorífico, e não possui carro ou caminhão”. No entanto, nas duas aplicações da Pesquisa Pescarte houve uma descontinuidade da pergunta, com a ausência de partes dos indicadores necessários para o cálculo da posse dos Ativos/Patrimônios listados. Em função disso, o único indicador utilizado para captar essa dimensão foi se o domicílio possui ou não Geladeira ou Freezer, entendido dentro da listagem como o ativo mais primordial para o acesso ao conforto doméstico, com impacto central a qualidade de vida e a segurança alimentar.

**10. Acesso à Internet:** por fim, o indicador de Acesso à Internet embora não esteja no IPM Global, já é incluso em outros IPMs Nacionais ao redor do mundo e está alinhado a discussões atuais sobre a importância da Inclusão Digital, além de sugerido pela publicação que discute a aplicação do IPM no Brasil, citada no início desta subseção (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023). O domicílio é considerado privado caso nenhuma pessoa do agregado domiciliar tenha acesso a internet. Os indicadores de Combustível para Cozinhar e Materiais utilizados na Habitação não foram incluídos em função da ausência de perguntas na Pesquisa Pescarte sobre os dois temas.

#### **2.5.4: Síntese do IPM dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos**

Resumindo a discussão dos indicadores a serem agregados, segue a tabela síntese que reúne as dimensões, indicadores, pesos e o corte de privação:

**Quadro 4.** Dimensões, Indicadores, Pesos e Cortes de Privação utilizado para o IPM dos Pescadores Artesanais da Bacia de Campos

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Pesos</b>	<b>É privado se:</b>
Saúde (1/3)	Insegurança Alimentar	1/6	Domicílio em situação de Insegurança Alimentar, segundo o EBIA (Resposta positiva a, pelo menos, um dos indicadores.)
	Mortalidade	1/6	Domicílios com falecimento de pessoas com até 24 anos nos últimos 12 meses
Educação (1/3)	Analfabetismo	1/9	Domicílios com presença de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler ou escrever
	Anos de Escolaridade	1/9	Domicílios com presença de pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuem Ensino Fundamental completo
	Frequência Escolar	1/9	Domicílios com presença de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentam a escola
Padrões de Vida (1/3)	Água Potável	1/18	Domicílios não atendidos pela Rede Geral de Abastecimento de Água
	Eletricidade	1/18	Domicílio que não possuem abastecimento de Energia Elétrica
	Saneamento	1/18	Domicílio sem canalização do esgoto pela Rede Geral ou Fossa Séptica
	Banheiro Exclusivo	1/18	Domicílios que não possuem banheiro de uso exclusivo
	Bens Duráveis	1/18	Domicílios que não possuem geladeira ou freezer
	Acesso à Internet	1/18	Domicílios em que nenhum membro possui acesso à internet

Resgatando os passos apresentados sobre o processo de criação de um Índice de Pobreza Multidimensional, nessa tabela concentramos as informações sobre as Dimensões, Indicadores, Pesos e o primeiro corte de privação aplicado a cada um dos indicadores selecionados. Em relação ao IPM Global opta-se pela utilização de pesos equânimes entre as dimensões, conforme apresentado. Para que uma família seja considerada multidimensionalmente pobre é necessário que ela concentre um conjunto de privações, sendo assim, seguindo o corte aplicado pelo IPM Global, serão consideradas famílias pobres multidimensionais aquelas que tiverem resultado do IPM igual ou superior a 0,33, ou seja, que tenha privações em pelo menos 33% dos indicadores listados. Isso operacionaliza o método de “Dual-Cut-Off” do método Alkire-Foster. Sendo assim, as famílias passam por dois estágios de análise antes de serem consideradas Pobres Multidimensionais.

Considerando que é necessário garantir assertividade na seleção de famílias compreendidas como Pobres Multidimensionais, em caso de não resposta em algum dos 11 indicadores necessários para o cálculo do IPM, a família não será considerada para o cálculo do Índice. Além disso, os novos municípios, incluídos na Pesquisa 2023 - Carapebus, Rio das Ostras e Armação de Búzios - serão desconsideradas da análise para comparação correta entre as duas ondas da pesquisa. A tabela abaixo resume o impacto a N total de respostas considerando os dois ajustes apresentados:

**Quadro 5.** Processo de Tratamento dos Dados e Exclusões: Perfil Final das Pesquisas Pescarte (2016 e 2023)

		Pesquisa Pescarte 2016	Pesquisa Pescarte 2023
<b>N Inicial</b>	Total de Pessoas	10.082 pessoas	15.999 pessoas
	Total de Famílias	3.487 famílias	5.783 famílias
<b>Tratamento/ Exclusão</b>	Nível Pessoa Excluídas	775 (7,7%) respostas inválidas IPM	2.230 (13,9%) respostas de municípios retirados da análise 1.384 (8,7%) respostas inválidas IPM
	Nível Família Excluídas	346 (9,9%) respostas inválidas IPM	781 (13,5%) municípios retirados da análise 501 (8,7%) respostas inválidas IPM
<b>N Final</b>	Total de Pessoas	9.307 pessoas	12.515 pessoas
	Total de Famílias	3.141 famílias	4.549 famílias

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

Para compreender as dinâmicas específicas de pobreza multidimensional em diferentes contextos sociais e demográficos, os dados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foram desagregados para análise em grupos específicos. A escolha dos grupos busca identificar padrões de privação que podem ser camuflados em análises globais. Assim, a desagregação dos dados foi realizada para os seguintes grupos:

- **Homens e Mulheres:** Para capturar possíveis desigualdades de gênero na distribuição e intensidade das privações.
- **Crianças e Adolescentes e Adulto e Não Idosos e Idosos:** Para investigar diferenças geracionais e os impactos da pobreza em diferentes ciclos de vida.
- **Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios:** Para avaliar se a configuração familiar afeta os níveis de pobreza, dado o contexto de vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres.
- **Domicílios com Membros que Participam de Atividades Associativas e que Não Participam:** Para verificar se a participação em redes associativas contribui para a redução da pobreza multidimensional.

Em suma, a metodologia adotada busca replicar o Índice de Pobreza Multidimensional a partir do método Alkire-Foster, considerando as referências internacionais e adaptações propostas em publicações nacionais. A aplicação do índice

para os pescadores artesanais da Bacia de Campos permite analisar a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional nesse grupo, comparando os resultados entre 2016 e 2023 e desagregando as privações por gênero, idade, configuração familiar e participação em redes associativas. Os resultados apurados serão apresentados na próxima seção.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dando continuidade à metodologia exposta no capítulo anterior, a apresentação dos resultados se desenvolve da seguinte maneira: primeiramente, antes da análise do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos pescadores da Bacia de Campos, é traçado um panorama dos indicadores gerais dos municípios atendidos pelo projeto Pescarte. Esse contexto permite compreender desafios estruturais que impactam a vida dos pescadores artesanais e influenciam suas condições de privação. Em seguida, são apresentados os principais indicadores sociodemográficos do público pesquisado, oferecendo uma visão geral sobre sua composição e distribuição. Posteriormente, os resultados do IPM são detalhados, acompanhados de métricas essenciais para sua interpretação, como a proporção de famílias classificadas como pobres multidimensionais (H) e a intensidade média das privações experimentadas por essas famílias (A). Por fim, a análise se aprofunda com a desagregação dos resultados por grupos sociais específicos.

#### 3.1. Análise Sociodemográfica dos municípios atendidos pelo PEA Pescarte: de qual realidade estamos falando?

Os municípios atendidos pelo PEA Pescarte totalizam 1.087.103 habitantes, sendo Campos dos Goytacazes o município mais populoso, com 483.540 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, seguido pelo município de Macaé e Cabo Frio. O município menos populoso é Arraial do Cabo, com 30.986 pessoas.

**Tabela 1.** População Total dos municípios de abrangência do PEA Pescarte – Rio de Janeiro - 2022

Municípios	População [2022]
São Francisco do Itabapoana	45.059 pessoas
Cabo Frio	222.161 pessoas
Campos dos Goytacazes	483.540 pessoas
São João da Barra	36.573 pessoas
Arraial do Cabo	30.986 pessoas
Macaé	246.391 pessoas
Quissamã	22.393 pessoas

Fonte: IBGE Cidades.

O porte populacional é definido pelo IBGE da seguinte forma: 1) Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes; 2) Pequeno Porte II: de 20.001 a 50.000 habitantes; 3) Médio

Porte: de 50.001 a 100.000 habitantes; 4) Grande Porte: de 100.001 a 900.000 habitantes e 5) Metr opoles: mais de 900.000 habitantes. Segundo tais critérios, os municípios que compõe a Bacia de Campos se dividem em 04 municípios de Pequeno Porte II – São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Arraial do Cabo e Quissamã; e 03 municípios de Grande Porte – Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé.

Tal divisão é apropriada por parte de políticas específicas e disciplina a distribui o de recursos e serviços como   o caso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por exemplo. A política, de 2004, que institui e orienta o Sistema  nico de Assistência Social, define a disponibilidade e complexidade dos serviços de Vigilância Socioassistencial utilizando o porte populacional como um dos parâmetros principais, obedecendo a lógica que municípios mais populosos demandam serviços mais numerosos e mais complexos. As informa es da Pesquisa de Informa es Básicas dos Municípios (MUNIC), de 2023, expõe diferenças proeminentes entre os municípios de pequeno e grande porte, especialmente em termos da capacidade de estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de políticas públicas locais, estrutura para lidar com os desafios locais de segurança pública - como a institui o das Guardas Municipais - políticas direcionadas a mulheres e outros grupos minoritários, bem como maior capacidade de gestão, com desenhos de Planos Municipais melhor estruturados (MUNIC, 2024).

**Tabela 2.** Salário Médio Mensal, Popula o Ocupada e Popula o com renda abaixo de 1/2 SM, per capita, nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro - 2022

<b>Municípios</b>	<b>Salário Médio Mensal [2022]</b>	<b>Popula�o Ocupada [2022]</b>	<b>% da pop. com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 SM [2022]</b>
São Francisco do Itabapoana	1,5 Salários-Mínimos (5.056° de 5.570° no país) (92° de 92° no estado)	6,72%	44,9%
Cabo Frio	1,9 Salários-Mínimos (2.804° de 5.570° no país) (49° de 92 no estado)	25,61%	34,5 %
Campos dos Goytacazes	2,2 Salários-Mínimos (1.359° de 5.570° no país) (26° de 92° no estado)	21,92%	37,7%
São João da Barra	4,6 Salários-Mínimos (8° de 5.570 no país) (2° de 92 no estado)	44,42 %	38%
Arraial do Cabo	2,0 Salários-Mínimos (2.269° de 5.570 no país) (39° de 92° no estado)	30,85%	35,4%

<b>Municípios</b>	<b>Salário Médio Mensal [2022]</b>	<b>População Ocupada [2022]</b>	<b>% da pop. com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 SM [2022]</b>
Macaé	5,8 Salários-Mínimos (3º de 5.570º no país) (1º de 92º no estado)	56,96%	31,5%
Quissamã	2,8 Salários-Mínimos (233º de 5.570º no país) (22º de 92º no estado)	18,52%	37,9%

Fonte. IBGE Cidades

A avaliação dos indicadores de Trabalho e Rendimento dos municípios da Bacia de Campos, bem como as comparações fornecidas em relação ao estado do Rio de Janeiro e do Brasil nos permitem compreender nuances importantes das localidades estudadas. Em um cenário geral, observa-se uma variação significativa do salário médio mensal entre os municípios estudados, bem como da porcentagem de população ocupada refletindo diferenças significativas nas bases econômicas locais. O que se mostra comum entre os municípios é a porcentagem da população com rendimento nominal de até ½ salário-mínimo, que gira em torno de 30% com destaque negativo para o município de São Francisco do Itabapoana.

Macaé e São João da Barra aparecem como um *outliers* nesse contexto, com um salário médio mensal da população de 5,8 e 4,6 salários-mínimos respectivamente, sendo posicionados como um dos maiores salários do país e do Rio de Janeiro. A porcentagem da população ocupada também é bastante expressiva, em comparação aos demais municípios, com 56,96% e 44,42% respectivamente. Em outro polo, o município de São Francisco do Itabapoana se destaca negativamente, com os piores indicadores do conjunto de municípios apresentados e o pior salário-médio mensal do Rio de Janeiro, revelando um cenário mais crítico nesse município. A principal hipótese levantada por esses dados é a desigualdade regional dos municípios da Bacia de Campos, com indicadores bastante disparees entre si.

**Tabela 3.** Taxa de Escolarização dos 6 aos 14 anos e resultados do IDEB nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2010 e 2023

<b>Municípios</b>	<b>Taxa de escolarização de 6 a 14 anos [2010]</b>	<b>IDEB – Anos iniciais do EF [2023]</b>	<b>IDEB – Anos Finais do EF [2023]</b>
-------------------	--	--	--

São Francisco do Itabapoana	98%	4,8	4,1
Cabo Frio	96,9 %	5,0	3,8
Campos dos Goytacazes	97,3 %	5,4	3,6
São João da Barra	97,5%	5,1	4,4
Arraial do Cabo	99,2%	5,0	4,8
Macaé	96,9%	5,8	4,6
Quissamã	98,5%	6,0	4,8

Fonte. IBGE Cidades

Os dados educacionais têm diferentes abrangências temporais, 2010 e 2023 mas nos permitem algumas análises: a taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, dado relativo a 2010, já apresenta aderência próxima ou acima da média nacional, de 98% no ano de 2023. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – criado em 2007 para avaliação dos avanços educacionais brasileiros e combina dados sobre o fluxo escolar e média de desempenho em avaliações<sup>17</sup> – nos anos iniciais os resultados dos municípios, em sua maioria, encontra-se abaixo da média nacional, de 5,7, com exceção dos municípios de Macaé e Quissamã. A meta nacional, estipulada em 6,0 para essa faixa, só foi alcançada pelo município de Quissamã. Já os resultados do IDEB para os Anos Finais do Ensino Fundamental têm situação mais aguda, de maneira geral, com destaque negativo para os municípios de Campos dos Goytacazes e Cabo Frio, com resultados de 3,6 e 3,8 respectivamente. Embora o mesmo ocorra no cenário nacional, com resultado de 4,7 no IDEB Anos Finais e um ponto de diferença em relação ao IDEB Anos Iniciais, esse gap é maior entre alguns municípios, como é o caso de Macaé, Cabo Frio e Quissamã, que tem diferença superior a um ponto entre os dois

<sup>17</sup> INEP. Apresentação IDEB. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>>. Acessado em: 08/02/2025

IDEBs. Os dados evidenciam um desafio mais significativo nos anos finais do Ensino Fundamental, em todos os municípios.

**Tabela 4.** PIB Per Capita, Total de Receitas e Transferências dos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2021 e 2023

<b>Municípios</b>	<b>PIB per capita [2021]</b>	<b>Total de receitas brutas realizadas [2023]</b>	<b>Transferências correntes [2023]</b>
São Francisco do Itabapoana	R\$ 28.060,15 (2.322º de 5.570º no país) (51º de 92º no estado)	R\$ 299.114.324,06 (569º de 5.570º no país) (40º de 92º no estado)	92,73% (1.162º de 5.570º no país) (2º de 92º no estado)
Cabo Frio	R\$52.801,54 (844º de 5.570º no país) (26º de 92º no estado)	R\$1.511.318.949,52 (97º de 5.570º no país) (11º de 92º no estado)	71,98% (4.544º de 5.570º no país) (51º de 92º no estado)
Campos dos Goytacazes	R\$ 72.243,98 (427º de 5.570º no país) (14º de 92º no estado)	R\$2.984.807.494,62 (39º de 5.570º no país) (5º de 92º no estado)	73,59% (4.423º de 5.570º no país) (49º de 92º no estado)
São João da Barra	R\$ 269.169,78 (24º de 5.570º no país) (3º de 92º no estado)	R\$865.275.576,14 (187º de 5.570º no país) (20º de 92º no estado)	64,09 % (4.876º de 5.570º no país) (61º de 92º no estado)
Arraial do Cabo	R\$ 87.763,22 (273º de 5.570º no país) (8º de 92º no estado)	R\$674.868.698,99 (233º de 5.570º no país) (22º de 92º no estado)	86,13 % (2.836º de 5.570º no país) (14º de 92º no estado)
Macaé	R\$ 66.684,01 (514º de 5.570º no país) (18º de 92º no estado)	<i>Dado ausente</i>	<i>Dado ausente</i>
Quissamã	R\$ 234.850,73 (34º de 5.570º no país) (4º de 92º no estado)	R\$500.754.054,99 (330º de 5.570º no país) (28º de 92º no estado)	88,38% (2.362º de 5.570º no país) (9º de 92º no estado)

Fonte. IBGE Cidades

A avaliação dos dados econômicos novamente reforça as disparidades regionais apresentadas pelos indicadores anteriores. São João da Barra conta com o maior PIB per capita (R\$ 269.169,78), ocupando a 24ª posição nacional e a 3ª posição no estado, reflexo das atividades relacionadas ao Porto do Açú e ao setor petrolífero. Quissamã e Arraial do Cabo, por sua vez, também apresentam PIBs per capita altos, ocupando a 34ª e 273ª posição nacional, respectivamente. Já São Francisco do Itabapoana possui o menor PIB per capita (R\$ 28.060,15), destacando-se como o município mais vulnerável economicamente na comparação regional (2.322º no ranking nacional e 51º no estadual). Não é possível avaliar o cenário de Macaé em função da ausência de informações.

A leitura conjunta das informações relativas ao Total de Receitas Brutas e Transferência Corrente dos municípios permite entender a capacidade de arrecadação própria das localidades, bem como a sua dependência de transferências externas. Sendo

assim, um município com alta receita e baixas transferências é entendido como um município com maior autonomia financeira enquanto um município com baixa receita e alta proporção de transferências indica uma economia interna mais frágil e, portanto, mais dependente dos recursos externos.

No cenário da Bacia de Campos alguns municípios se destacam no cenário do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, em função da alta arrecadação e baixa dependência de transferências, como é o caso de Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, São João da Barra e Arraial do Cabo. O município de São Francisco de Itabapoana, novamente, se destaca em função da maior vulnerabilidade nessa dimensão, com a baixa arrecadação de receitas e alta dependência de transferências, cenário que se confirma tanto no cenário regional, quando do estado e do país, comparativamente.

Como abordado na seção de apresentação da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen, a avaliação da pobreza multidimensional surge enquanto uma alternativa a leitura que traduz a redução da pobreza a partir da arrecadação local, mensurada pelo PIB, a partir da constatação que a riqueza produzida não necessariamente se converte na redução da pobreza da população. Uma forte constatação é a persistência de municípios e estados com alta arrecadação, mas nos quais ainda persiste a realidade de pobreza, monetária e não monetária, de seus residentes. Essa análise busca avaliar o contexto da Bacia de Campos, especialmente considerando o impacto do enriquecimento econômico dessas localidades em função das externalidades positivas promovidas pela indústria petrolífera. Essas externalidades se manifestam de forma direta, como no repasse de royalties, e indireta, por meio da geração de empregos e da dinamização do ecossistema econômico local. Particularmente, interessa compreender em que medida esses benefícios econômicos se traduzem, ou não, em melhorias para a população de pescadores artesanais, cujas atividades frequentemente enfrentam desafios significativos decorrentes da expansão da exploração petrolífera na região

**Tabela 5.** Mortalidade Infantil, Internações por Diarreia, Esgotamento Sanitário e Urbanização de Vias nos municípios atendidos pelo PEA Pescarte – Rio de Janeiro – 2010 e 2022

<b>Municípios</b>	<b>Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos [2022]</b>	<b>Internações por Diarreia por 100 mil hab.[2022]</b>	<b>Esgotamento Sanitário Adequado<sup>18</sup> (2010)</b>	<b>Urbanização de Vias Públicas<sup>19</sup> (2010)</b>
São Francisco do Itabapoana	18,76 óbitos (1.321º de 5.570º no país) (13º de 92º no estado)	17,8	13%	2%
Cabo Frio	10,47 óbitos (2.915º de 5.570º no país) (62º de 92º no estado)	5,9	82,3%	68,7%
Campos dos Goytacazes	19,02 óbitos (1.289º de 5.570 no país) (12º de 92º no estado)	15,1	57,1%	34,2%
São João da Barra	10,16 óbitos (3.000º de 5.570 no país) (67º de 92º no estado)	10,9	37,3%	20,5%
Arraial do Cabo	17,95 óbitos (1.414º de 5.570º no país) (16º de 92º no estado)	16,1	91,1%	51,2%
Macaé	14,66 óbitos (1.950º de 5.570º no país) (32º de 92º no estado)	31,3	82,3%	50,1%
Quissamã	10 óbitos (3.035º de 5.570º no país) (69º de 92º no estado)	8,9	85,9%	71,6%

Fonte. IBGE Cidades

Aqui, como nos indicadores educacionais avaliados, temos medidas que possuem interface com as dimensões contidas no IPM calculado para Bacia de Campos e, portanto, são bastante relevantes de serem avaliados. A mortalidade infantil é um indicador-chave para a compreensão de uma série de aspectos estruturais de uma localidade, com acesso a serviços de saúde, nutrição e saneamento. No caso da Bacia de Campos, a avaliação comparativa com o estado do Rio de Janeiro indica algumas localidades que merecem maior atenção, como é o caso do município de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e Arraial do Cabo, que possuem altas taxas de mortalidade dentro do contexto do estado do Rio de Janeiro. O indicador de Esgotamento Sanitário Adequado –

<sup>18</sup> *Esgotamento sanitário adequado*: [população total residente nos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário do tipo rede geral e fossa séptica / População total residente nos domicílios particulares permanentes] x 100. Fonte: IBGE Cidades

<sup>19</sup> *Urbanização de vias públicas*: [domicílios urbanos em face de quadra com boca de lobo e pavimentação e meio-fio e calçada/domicílios urbanos totais] x 100. Fonte: IBGE Cidades

entendido como residências que possuem esgotamento assegurado pela rede geral ou fossa séptica – figura hoje como um dos maiores desafios brasileiros: embora os dados apresentados acima sejam de 2010, no Brasil, dado de 2022 acusa que apenas 63,2% contam com esgotamento sanitário adequado, taxa ainda distante da cobertura ideal e, por consequência, conectada a problemas de estrutura básica persistentes no cenário brasileiro. Na Bacia de Campos, três municípios se encontram abaixo da média nacional, no ano de 2010: São Francisco do Itabapoana, com apenas 13% de cobertura de esgotamento adequado; São João da Barra com 37,3% de cobertura e Campos dos Goytacazes com 57,1%. Por fim, o indicador de Urbanização das vias públicas também diz respeito a infraestrutura disponível nos municípios e possui resultados notadamente baixos nos municípios de São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes.

A avaliação dos indicadores sociodemográficos da região da Bacia de Campos revelou cenários dispare intrarregionais, com regiões bastante estruturadas em contraste com regiões carentes em boa parte dos indicadores, bem como medidas que se destacam, positiva e negativamente, no cenário do estado e do país. A partir dessa seção nos dedicaremos a análise do contexto pesquisado específico e buscaremos conjugar tais achados com o cenário apresentado nessa seção.

### 3.2. Reconhecendo os Pescadores Artesanais da Bacia de Campos

Conforme apresentado no capítulo metodológico, a Pesquisa Pescarte conta com informações a nível do domicílio e pessoa, com foco em residências de pescadores artesanais da região. A seguir, apresentaremos as informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa, com foco em entender melhor sua distribuição e eventuais alterações nas duas aplicações da pesquisa.

**Tabela 6.** Indicadores Sociodemográficos das Pesquisas Pescarte - 2016 e 2023

	Pesquisa 2016	Pesquisa 2023
<b>Sexo</b>		
Feminino	44,8%	46,8%
Masculino	55,2%	53,2%
<b>Raça</b>		
Branca	50,1%	41,7%
Parda	40,5%	45,5%

	<b>Pesquisa 2016</b>	<b>Pesquisa 2023</b>
Preta	8,5%	11,5%
Amarela	0,6%	0,4%
Indígena	0,4%	0,9%
<b>Idade</b>		
0 a 11 anos	14,7%	15,9%
12 a 17 anos	10,2%	8,4%
18 a 24 anos	11,6%	10,2%
25 a 34 anos	13,6%	13,0%
35 a 54 anos	32,9%	29,9%
55 a 64 anos	11,3%	13,8%
65 anos ou mais	5,7%	8,7%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>		
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7,2%	9,5%
Fundamental incompleto ou equivalente	56,0%	34,0%
Fundamental completo ou equivalente	8,3%	19,9%
Médio incompleto ou equivalente	8,4%	-
Médio completo ou equivalente	15,6%	31,8%
Superior incompleto ou equivalente	2,1%	-
Superior completo	2,4%	4,9%

Fonte. Elaborado pela autora.

Em linhas gerais, a população das duas ondas da pesquisa conta com distribuição similar entre os gêneros, com concentração levemente maior de homens nas duas aplicações. Em relação a raça, em 2016, 50% da população se autodeclarou ou foi heteroidentificada<sup>20</sup> como branca, enquanto no ano de 2023 esse percentual caiu para 41,7%. A população negra (categoria que reúne Pretos e Pardos) reúne 49% dos respondentes em 2016 e 57% em 2023, passando a ser a maioria na segunda aplicação.

<sup>20</sup> Na pesquisa Pescarte 2016 a pergunta de raça separava as respostas entre autodeclaração (quando o respondente responde sobre qual a sua cor/raça) ou heteroidentificação (quando outra pessoa, no caso, o respondente principal da família, responde sobre a percepção que possui sobre a cor/raça dos demais membros da família). O mesmo não ocorreu no ano de 2023. Para fins de simplificação, as categorias foram agrupadas mas é importante deixar claro que se trata, nas duas ondas da pesquisa, de um dado que possui as duas fontes.

Quanto a idade, a maior parte dos respondentes se encontra na faixa de 35 a 54 anos, seguindo da faixa de 0 a 11 anos.

Por fim, em relação a escolaridade, dado apresentado apenas para maiores de 18 anos a fim de apreender qual seria a escolaridade máxima alcançada pelos pesquisados, alarmantemente demonstra uma alta concentração na faixa de pessoas que possuem Ensino Fundamental Incompleto ou equivalente, 56% em 2016 e 34% em 2023. Embora tenha sido verificada uma queda expressiva desse público entre as duas aplicações, o dado demonstra um cenário geral de baixa escolarização dos residentes, com destaque ainda para a porcentagem de pessoas sem instrução ou com até um ano de estudo, de 7,2% em 2016 e 9,5% em 2023. Embora não diretamente comparável, uma vez que o dado apresentado também considera pessoas que sabem ler ainda que não tenham tido nenhum ano de estudo, no Brasil, em 2023 dados apurados a partir da PNAD Contínua indicam taxa de Analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais de 5,4%, cenário relativamente mais agudo no caso da Bacia de Campos. Soma-se a essa leitura o fato de que todos os municípios pesquisados se localizam no Rio de Janeiro, localizado na região Sudeste do Brasil, que possui taxa de Analfabetismo de 2%, a terceira menor do Brasil (IPEA, 2023). Esses contrastes ressaltam as condições educacionais ainda desafiadoras, mesmo em um estado que apresenta indicadores educacionais relativamente elevados no contexto nacional.

Ademais a análise sociodemográfica, a apresentação da tabela acima visa uma ponderação crucial a análise, tendo em vista o modo de seleção dos respondentes das duas pesquisas. De modo geral, observa-se que a composição dos entrevistados manteve certas características semelhantes ao longo dos anos, como a distribuição proporcional entre homens e mulheres, que sofreu apenas uma leve variação.

No entanto, algumas diferenças entre as pesquisas podem ser notadas, especialmente no que diz respeito à distribuição racial, à faixa etária e ao nível de escolaridade. Em 2023, há uma redução da proporção de pessoas que se identificaram como brancas e um aumento das que se identificaram como pardas e pretas. Além disso, nota-se um leve envelhecimento da amostra, com um crescimento da participação de pessoas com 55 anos ou mais.

A maior variação está nos níveis de escolaridade reportados. Enquanto a proporção de pessoas sem instrução aumentou discretamente, houve uma queda

significativa no percentual de respondentes com ensino fundamental incompleto e um crescimento expressivo naqueles que completaram o ensino fundamental ou médio. Essas diferenças podem indicar mudanças reais na escolarização dos pescadores ao longo do tempo, mas também podem ser reflexo de variações no perfil dos respondentes entre as duas ondas da pesquisa.

Dado esse cenário, é importante considerar que as comparações entre os resultados de 2016 e 2023 devem ser interpretadas com cautela, pois algumas das variações observadas podem ser parcialmente explicadas por mudanças na composição dos respondentes. A seguir vamos analisar propriamente o IPM criado para a Bacia de Campos.

### **3.3. Pobreza Multidimensional entre Pescadores Artesanais da Bacia de Campos - Análise Comparativa entre 2016 e 2023**

Nessa seção nos aprofundaremos nos resultados do Índice de Pobreza Multidimensional, mensurado para as famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos nos anos de 2016 e 2023, com enfoque comparativo.

**Tabela 7.** – Proporção de domicílios que sofrem privação, segundo os indicadores selecionados – 2016 e 2023

<b>Dimensões e Indicadores</b>	<b>Domicílios Privados em cada indicador</b>	
	<b>2016</b>	<b>2023</b>
<b>Saúde</b>		
Presença de pessoas em situação de Insegurança Alimentar, segundo a EBIA	53,8%	58,8%
Domicílios com falecimento de pessoas com até 24 anos nos últimos 12 meses	0,4%	0,2%
<b>Educação</b>		
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler ou escrever	12,4%	18,1%
Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentam escola	1,2%	3,8%
Pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuem Ensino Fundamental completo	82,6%	61,7%
<b>Padrões de Vida</b>		

Dimensões e Indicadores	Domicílios Privados em cada indicador	
	2016	2023
Domicílios não atendidos pela Rede Geral de Abastecimento de Água	24,3%	27,2%
Ausência de Abastecimento de Energia Elétrica	0,1%	0,3%
Ausência de Banheiro de Uso Exclusivo	0,1%	0,6%
Ausência de Canalização Adequada do Esgoto	53,5%	33,9%
Não possui Geladeira	2,8%	2,8%
Não tem acesso à internet	42,1%	24,9%

Fonte. Pesquisa Pescarte 2016 e 2023 Elaborado pela autora.

Conforme apresentado na metodologia de cálculo do IPM, o aspecto da multidimensionalidade da pobreza se dá por meio da combinação de um número *k* de privações. A tabela acima apresenta as privações por indicador, e, portanto, não resumem a porcentagem de famílias pobres, e sim as privadas em cada uma das dimensões e indicadores, segundo as definições apresentadas no capítulo anterior. Vamos analisar cada um deles.

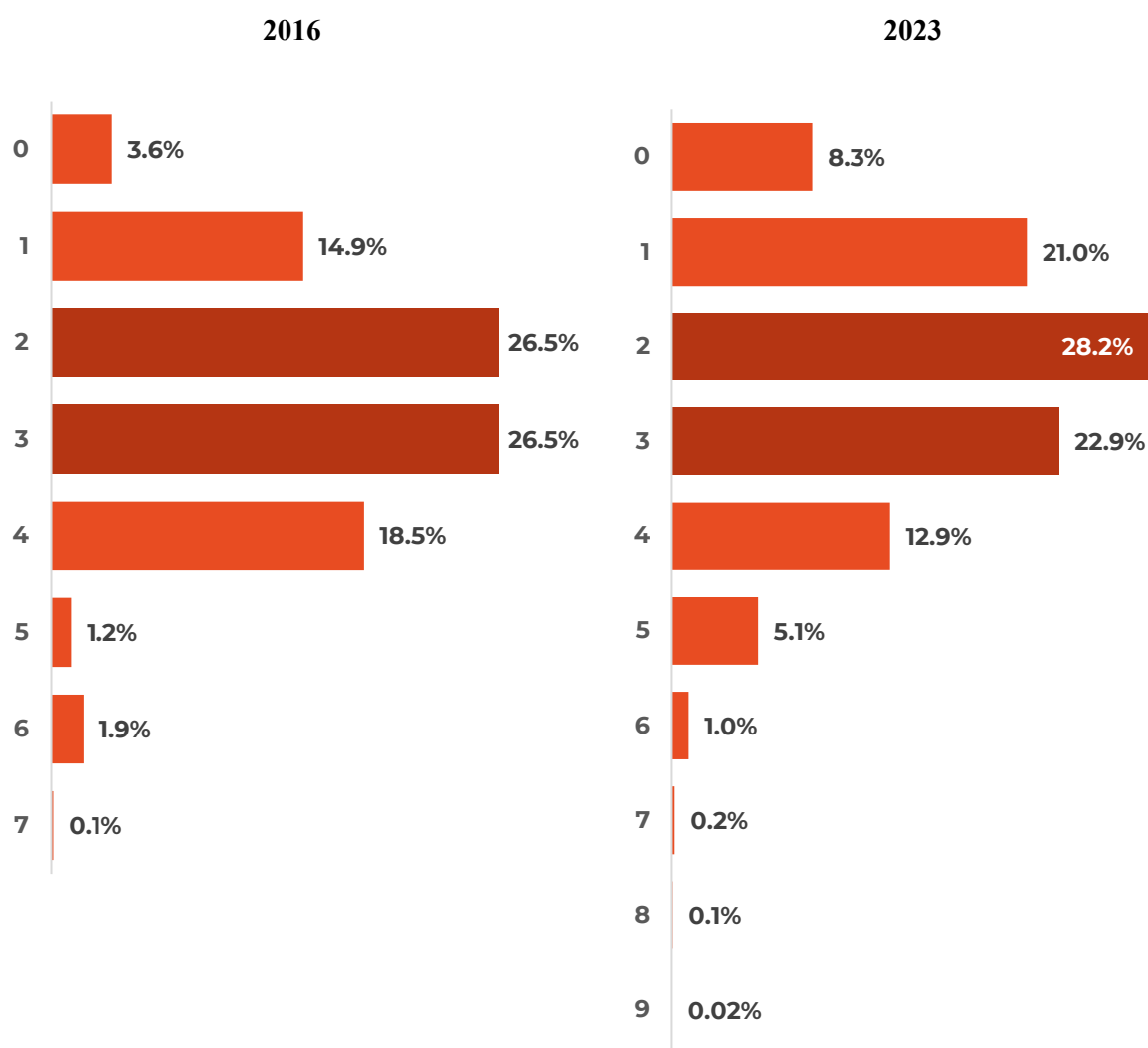
A Insegurança Alimentar, um dos indicadores da dimensão de Saúde, é dentre o conjunto de indicadores selecionados, aquele que chama mais atenção: nas duas ondas da pesquisa, 2016 e 2023, em que mais da metade das famílias sinalizaram a existência de pelo menos um fator indicativo de insegurança alimentar. Entre os dois anos mensurados houve um crescimento de 5 pontos percentuais o que representa uma diferença relativa de 9,3% em relação a 2016. Já o indicador de falecimento de pessoas com idade inferior a 24 anos apresentou valor inferior a 1% dos domicílios nas duas pesquisas.

Na dimensão educação, os resultados indicam desafios crescentes em alguns aspectos. A proporção de domicílios com pessoas analfabetas foi de 12,4% em 2016 e 18,1% em 2023, dado destacado na última seção como bastante superior à média nacional e do Estado do Rio de Janeiro, de 2%. Quanto a proporção de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola a porcentagem embora baixa, de 1,2% dos domicílios em 2016 e 3,8% em 2023, ainda é levemente acima da taxa de frequência escolar nacional, que supera os 99% na faixa de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2023). Já a proporção de

domicílios com pessoas de 16 anos ou mais sem ensino fundamental completo teve porcentagem de 82,6% em 2016 e 61,7% em 2023. Ademais a queda absoluta de 20,9 pontos percentuais, o que chama a atenção nos dados é a alta porcentagem no geral, com mais da metade dos domicílios com pessoas com baixa escolaridade. Essa é uma realidade esperada, especialmente a partir da faixa de 55 anos de idade: dados do Brasil de 2023 apontam que na faixa de 55 a 64 anos, 46% das pessoas não possuem instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto na faixa de 65 anos ou mais esse número é de 64,1%. Considerando que os dados se referem a residentes da região Sudeste do Brasil, e se referem a um estrato específico da população, no caso os Pescadores Artesanais, os dados podem indicar uma concentração da baixa escolarização no grupo de pescadores.

Na dimensão Padrão de Vida, temos diferentes áreas avaliadas. Em termos da infraestrutura urbana, a proporção de domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água aumentou de 24,3% para 27,2%, uma elevação absoluta de 2,9 pontos percentuais e relativa de 11,9%. Já a ausência de canalização adequada de esgoto caiu de 53,5% para 33,9%, uma redução absoluta de 19,6 pontos percentuais e relativa de 36,6%, evidenciando progresso na infraestrutura sanitária. Os dados para todo Brasil de 2023 indicam que 85% dos domicílios possuem abastecimento adequado e 67,9% canalização adequada de esgoto. A comparação global indica que a Bacia de Campos possui uma proporção maior de domicílios sem abastecimento de água adequado e similar a média nacional de canalização de esgoto. Os indicadores de “Ausência de Abastecimento de Energia Elétrica”, “Ausência de Banheiro de Uso Exclusivo” e “Não possui geladeira” possui resultados reduzidos, no geral.

Por fim, o indicador de acesso à internet mostrou avanço importante, com a proporção de domicílios sem conectividade diminuindo de 42,1% para 24,9%, uma redução absoluta de 17,2 pontos percentuais e relativa de 40,9%.

**Gráfico 1.** Número de Privações por Domicílio - 2016 e 2023

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

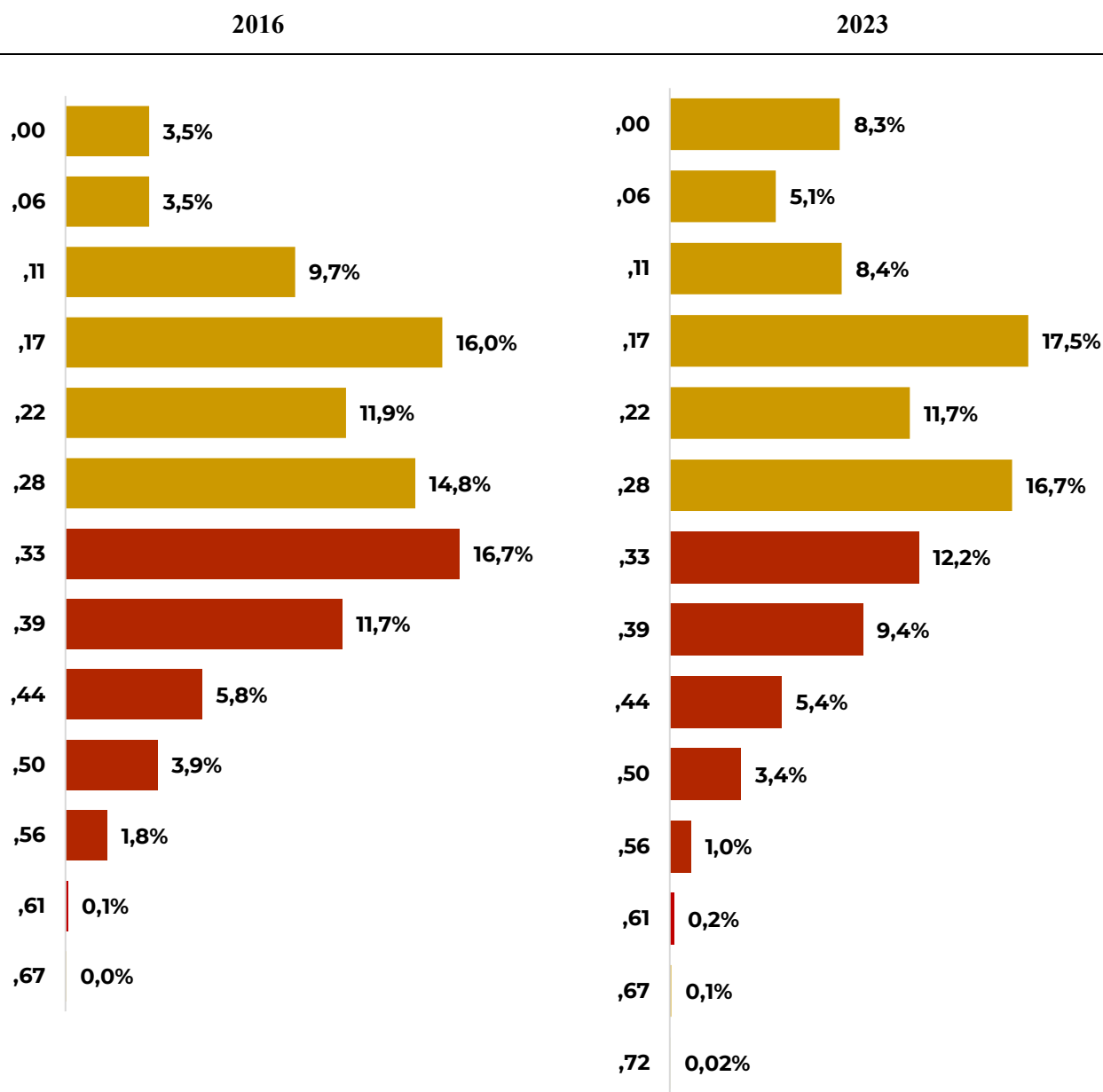
Prévio ao cálculo do IPM, o dado sobre número de privações por domicílio é o primeiro passo para compreensão da multidimensionalidade da pobreza, entendendo o cenário de sobreposição das privações que se somam e se potencializam, promovendo a situação de pobreza. O primeiro dado é o de domicílios que não apresentam nenhuma privação: no ano de 2016 esse número foi de 3,6% dos domicílios, cenário que progrediu de forma significativa em 2023, com 8,3% dos domicílios entrevistados que não apresentaram nenhuma privação. O mesmo ocorreu com domicílios que apresentaram privação em apenas um indicador, com 14,9% em 2016 e 21% em 2023.

Continuando, uma outra mudança importante entre 2016 e 2023 é a concentração do maior número de famílias no topo do gráfico em 2023, em comparação a 2016: no

primeiro ano 45% dos domicílios apresentaram até três privações, enquanto no ano de 2023 esse número foi de 57,5%, um aumento de 12,5% pontos percentuais.

No entanto, cabe ressaltar que em 2023, domicílios com 5 ou mais privações foram superiores a 2016, representando uma pequena parcela, mas ainda significativa, da população. Esses dados apontam para uma leve melhora geral nas condições de vida, mas destacam a persistência de bolsões de extrema privação.

**Gráfico 2.** Somatório de privações ponderadas para famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos - 2016 e 2023



Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

Após a operação de ponderação dos indicadores, seguindo a atribuição de pesos equânimes entre as dimensões, o gráfico acima apresenta a distribuição percentual das famílias conforme o somatório das privações experimentadas. Conforme estabelecido no capítulo metodológico, este estudo adota o corte de 1/3 (33%) de privação nos indicadores selecionados para definir a linha que separa famílias classificadas como pobres multidimensionais daquelas não pobres.

Nesse sentido, destaca-se nos resultados uma maior concentração de famílias não privadas e com menor número de privações ponderadas no ano de 2023 em relação a 2016. Os gráficos seguintes focalizam algumas análises importantes a avaliação de pobreza multidimensional.

**Gráfico 3.** Proporção de Famílias Pobres (H) - 2016 e 2023



Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

O primeiro passo ao cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, propriamente dito, é o valor da Proporção de Famílias Pobres, chamado H (*Headcount*). Conforme o critério de privação adotado no estudo, observa-se uma redução significativa na proporção de domicílios considerados pobres, passando de 40,2% em 2016 para 26,2% em 2023, representando uma queda absoluta de 14 pontos percentuais e uma redução relativa de 34,8% na proporção de famílias pobres. Essa diminuição sugere uma melhora geral nas condições de vida das famílias de Pescadores Artesanais da Bacia de Campos, indicando que menos domicílios se encontram em situação de privação severa. No entanto, apesar do progresso, esse número ainda representa um quarto das famílias (26,2%) desse subgrupo populacional.

**Gráfico 4.** Intensidade Média da Pobreza, dada pela média do número de privações dos domicílios pobres multidimensionais (A)– 2016 e 2023



Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

O indicador de Intensidade Média da Pobreza (*Intensity, A*) é o número médio de privações que um domicílio precisa apresentar para ser classificado como pobre. No ano de 2016 o número médio foi de 35,70% de privações enquanto no ano de 2023 este número caiu para 21,09%, o que representa uma queda absoluta de 14,61 pontos percentuais e uma redução relativa de aproximadamente 40,9%. Essa diferença indica que, ainda que as famílias estejam em um cenário de Pobreza Multidimensional, em média, elas possuem menos privações do que no cenário de 2016.

**Gráfico 5.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional - 2016 e 2023

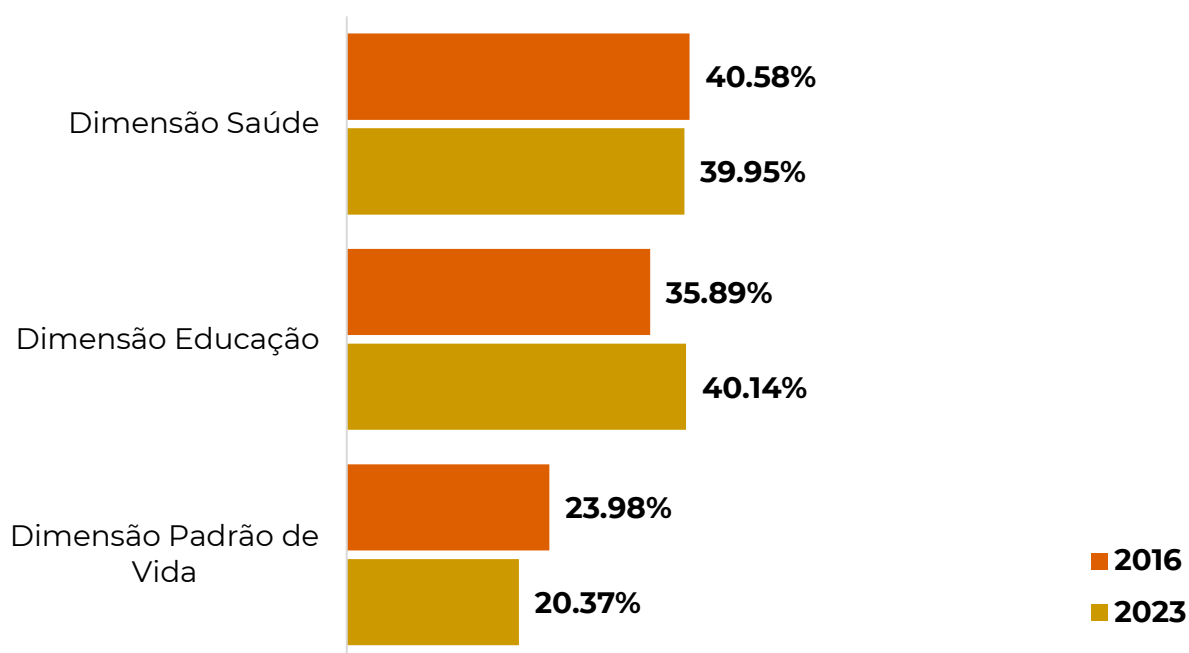


Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

Finalmente, o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional propriamente dito é dado pela multiplicação dos valores de H e A – proporção de pobres e intensidade média das privações. O resultado, ao combinar as duas dimensões, busca dar maior complexidade a medida ao ponderar não apenas quem são pobres, mas o quanto são pobres dentro de determinado grupo. No cenário da Bacia de Campos, o resultado mostra

uma redução expressiva no índice, que passou de 14,36% em 2016 para 5,50% em 2023, representando uma queda absoluta de 8,86 pontos percentuais e uma redução relativa de aproximadamente 61,7%.

**Gráfico 6.** Contribuição das Dimensões do IPM dentre as famílias multidimensionalmente pobres - 2016 e 2023



Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

A análise da contribuição permite compreender quais áreas tiveram maior peso na composição da pobreza das famílias de Pesca Artesanal da Bacia de Campos. Observa-se que a dimensão Saúde manteve-se como a principal responsável pela privação dos domicílios pobres nos dois períodos, com contribuição de 40,58% em 2016 e uma leve redução para 39,95% em 2023. Importa destacar que o indicador que conta com maior peso dentro dessa dimensão indica o cenário de Segurança Alimentar, sendo o desafio central para melhora da pobreza no cenário das famílias pesquisadas.

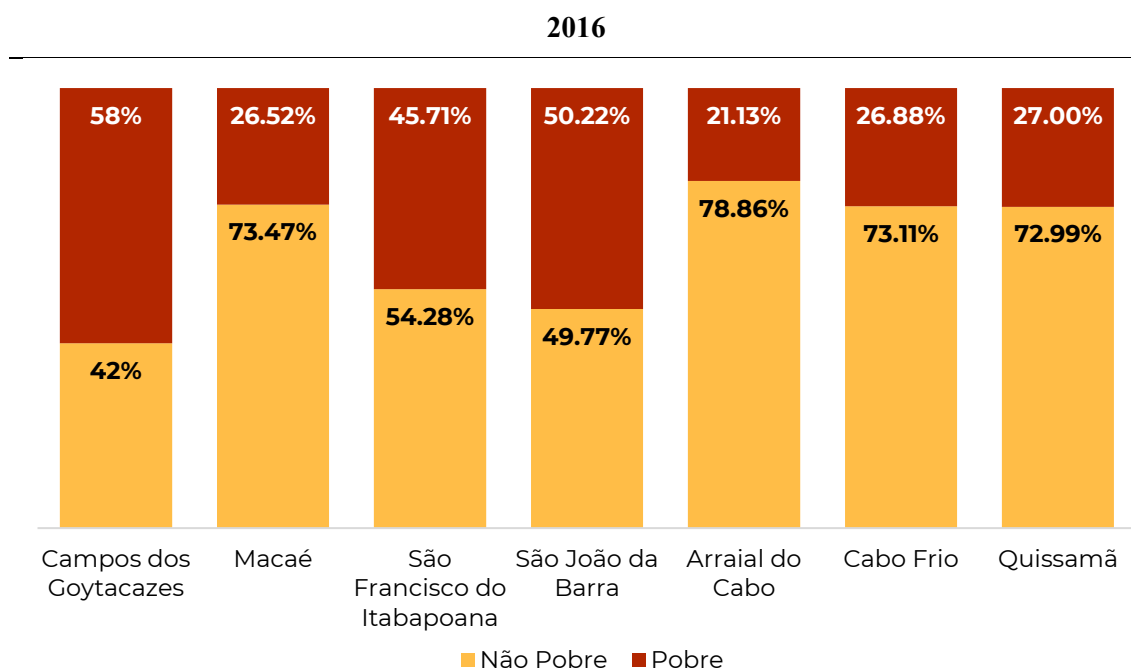
A dimensão Educação, por outro lado, aumentou sua participação na composição da pobreza, passando de 35,89% para 40,14%, tornando-se o maior fator de privação em 2023. Sobre essa dimensão, importa salientar que o pior resultado dessa medida é suportado pelo indicador de “Pessoas com mais de 15 anos que não possuem o Ensino Fundamental Completo”, sendo um dos maiores desafios para melhora por refletir um estoque acumulado de privação educacional, com baixa probabilidade de mudança

especialmente dentre aqueles que ultrapassaram a idade escolar. Embora o Brasil conte com programas de Educação para Jovens e Adultos (EJA), uma série de barreiras associadas a etapa de vida torna esse um déficit cumulativo e difícil de ser melhorado. Quando focalizamos o público de Pescadores Artesanais, os desafios podem se somar a necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho e menor incentivo para a continuidade dos estudos. No entanto, a sua permanência como indicador demonstra a sua relevância por nos dar uma pista que ajuda a entender a possibilidade de privação intergeracional da educação, dado a influência direta entre a escolaridade dos pais e dos filhos, extensamente explorado pela literatura científica.

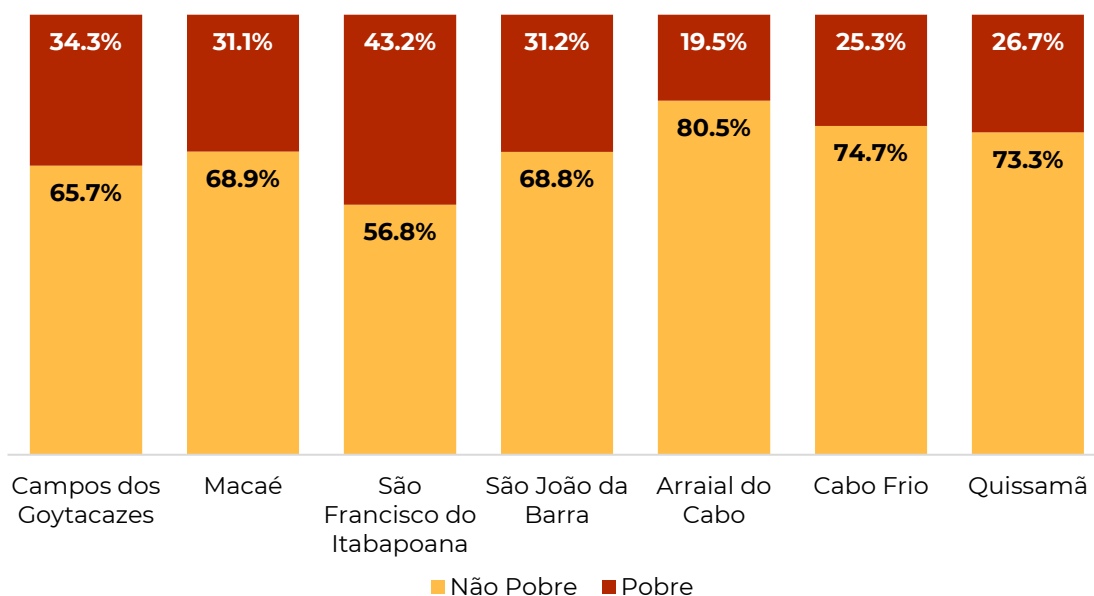
Já a dimensão Padrão de Vida apresentou uma redução mais significativa, passando de 23,98% para 20,37%, indicando que parte das privações relacionadas a infraestrutura, acesso a serviços básicos e bens essenciais foram mitigadas ao longo do período analisado.

De modo geral, os resultados mostram que, enquanto o peso das privações relacionadas ao Padrão de Vida diminuiu, as dimensões de Saúde e, principalmente, Educação passaram a representar maior parte da pobreza multidimensional, apontando desafios persistentes nessas áreas.

**Gráfico 7.** Proporção de Pessoas Pobres e Não Pobres por município - 2016 e 2023



2023



O gráfico acima compara a proporção de pobres e não pobres multidimensionais por município de abrangência do PEA-Pescarte nos anos de 2016 e 2023. Enquanto as principais tendências observadas, nota-se a queda geral na proporção de pessoas classificadas como pobres na maior parte dos municípios. A maior redução ocorreu em Campos dos Goytacazes, onde a proporção de pessoas pobres caiu de 58% em 2016 para 34,3% em 2023, representando uma redução de 23,7 pontos percentuais. Em 2016, Campos dos Goytacazes e São João da Barra apresentavam as maiores proporções de pessoas pobres, com 58% e 50,22%, respectivamente. Já Arraial do Cabo e Cabo Frio tinham os menores índices de pobreza, com 21,13% e 23,88%, respectivamente. Em 2023, apesar da melhora, Campos dos Goytacazes ainda possui uma das maiores taxas de pobreza da região, seguido por São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Em Quissamã, a redução da pobreza foi menos acentuada, passando de 27% para 26,7%, praticamente estável. Os dados indicam um avanço significativo na redução da pobreza multidimensional na Bacia de Campos, com destaque para municípios que apresentavam os maiores níveis de privação.

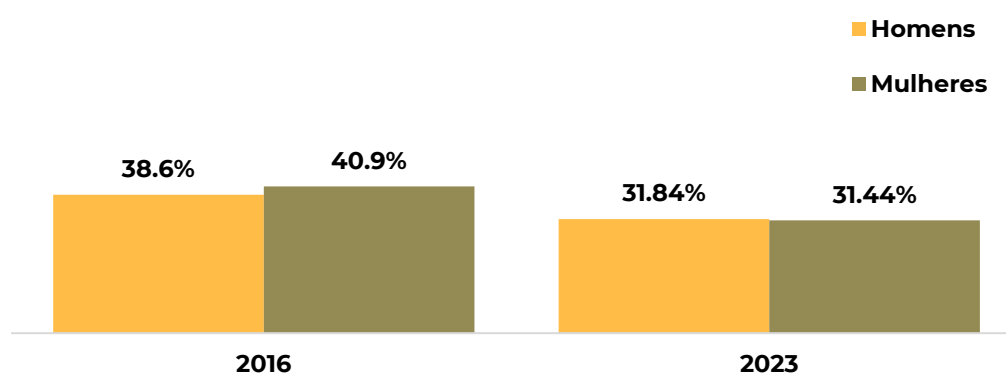
### 3.4. Pobreza Multidimensional por Grupos Sociais de Interesse – 2016 e 2023

Uma das maiores potencialidades do Índice de Pobreza Multidimensional reside na possibilidade de desagregação dos resultados por subgrupos e dimensões, fornecendo uma visão mais detalhada do público pesquisado. Essa operação pode revelar disparidades internas frequentemente mascaradas por índices globais da população. Esse é o objetivo dessa seção. Para isso, os resultados do IPM serão analisados por quatro

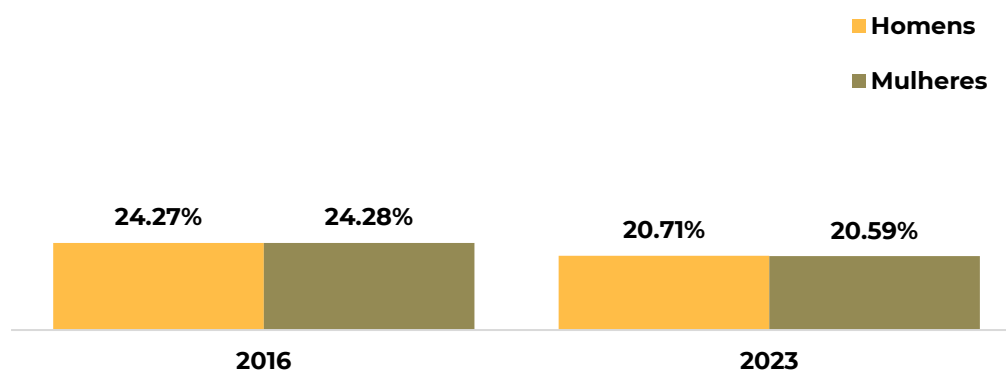
grupos: Homens e Mulheres; Crianças e Adolescentes e Adultos; Idosos e Não Idosos; Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios e Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam. Enquanto os três primeiros conjuntos comparativos - Homens e Mulheres; Crianças e Adolescentes e Adultos; Idosos e Não Idosos – dizem respeito a desagregações de variáveis sociodemográficas correntes, os dois últimos buscam se aproximar de hipóteses de pesquisa caras ao público pesquisado, a saber, o contexto específico dos domicílios chefiados exclusivamente por mulheres e o impacto do associativismo na redução da pobreza, nesse caso, para além da dimensão monetária.

Vale relembrar, conforme abordado na seção teórica, que o PEA-Pescarte tem como modelo de intervenção o fortalecimento e o aperfeiçoamento da organização comunitária enquanto meio para a implementação de projetos de geração de trabalho e renda. Sendo assim, um dos efeitos esperados pela intervenção é a melhora das condições de vida em função do capital social gerado por meios das intervenções do projeto.

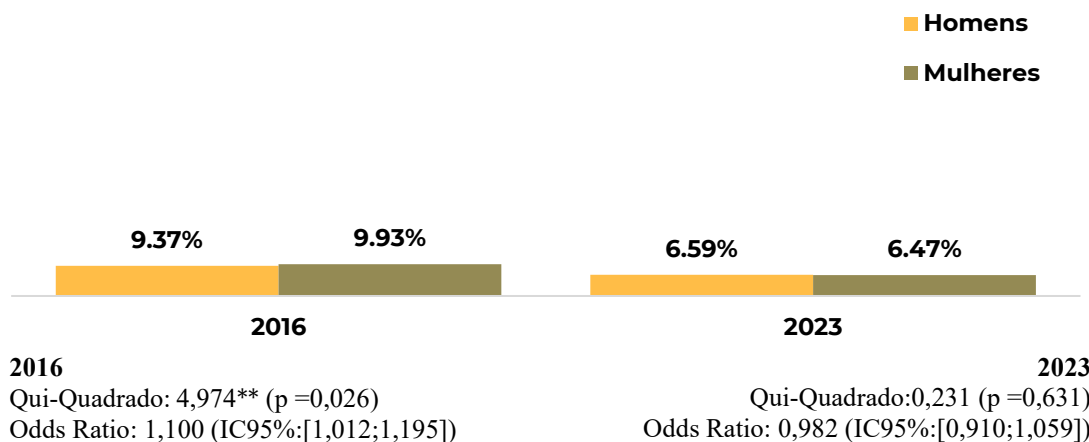
**Gráfico 8.** Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Homens e Mulheres – 2016 e 2023



**Gráfico 9.** Intensidade Média da Pobreza entre Homens e Mulheres – 2016 e 2023



**Gráfico 10.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Homens e Mulheres - 2016 e 2023

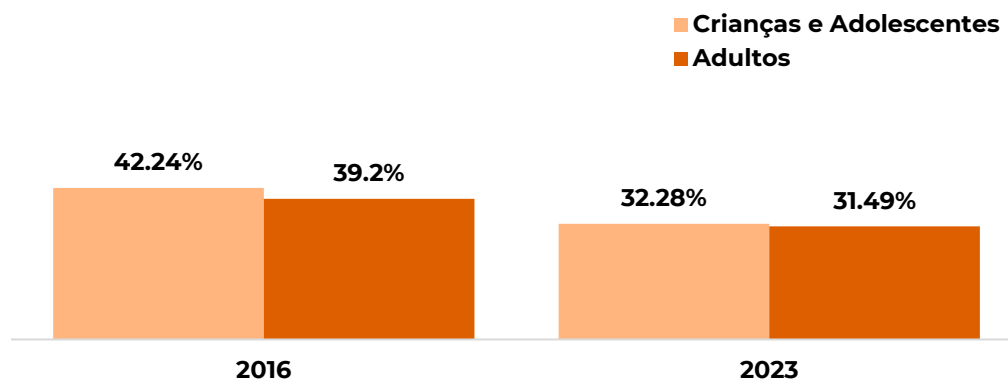


Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

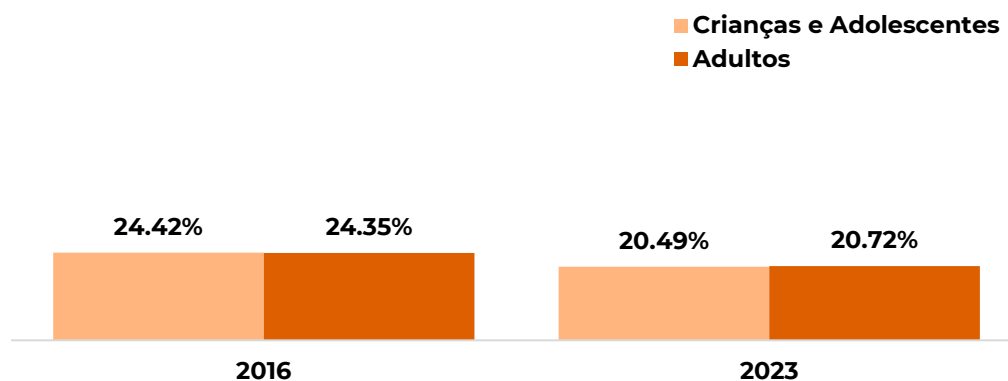
A primeira avaliação dos resultados do IPM por grupos busca desvelar se existem diferenças significativas no conjunto de homens e mulheres pobres nas famílias de pesca artesanal da Bacia de Campos. Enquanto tendência já apontada pelos dados globais, houve uma diminuição substantiva no cenário de Pobreza Multidimensional, tendência confirmada também quando há a desagregação para os dados entre homens e mulheres. O IPM geral caiu de 9,37% para homens e 9,75% para mulheres em 2016 para 6,96% e 6,47% em 2023, respectivamente.

Analisando dentro dos períodos, o resultado do teste qui-quadrado indica uma diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres no ano de 2016, com maiores prejuízos às mulheres em relação aos homens. No entanto este resultado é bastante pequeno, já indicado pela baixa diferença em termos de porcentagens e confirmado pelo teste. Já no ano de 2023 essa diferença deixa de ser estatisticamente significativa em 2023 (p = 0,631), sugerindo que a pobreza multidimensional afeta homens e mulheres de forma semelhante.

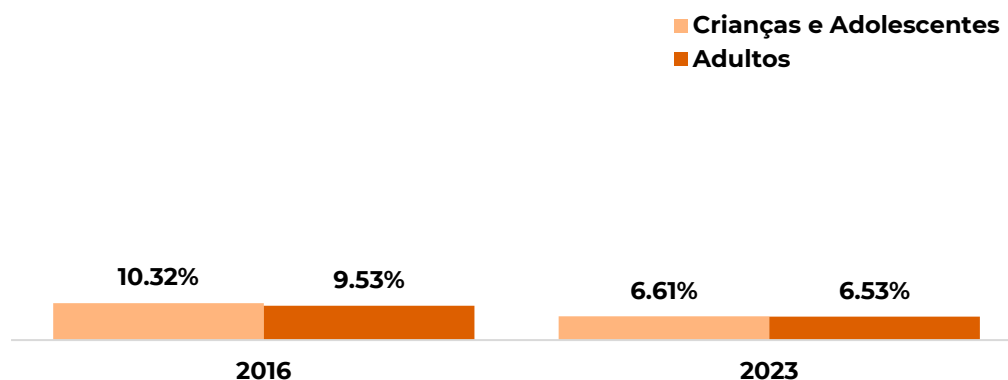
**Gráfico 11.** Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023



**Gráfico 12.** Intensidade Média da Pobreza entre Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023



**Gráfico 13.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Crianças e Adolescentes (1 a 17 anos) e Adultos (18 anos ou mais) – 2016 e 2023



**2016**

Qui-Quadrado: 6,606\*\* (p = 0,010)  
Odds Ratio: 1,136 (IC95%:[1,0131 ;1,252])

**2023**

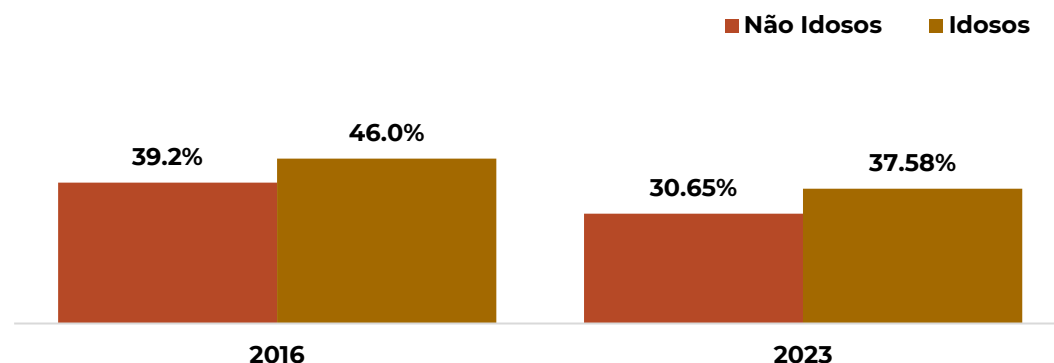
Qui-Quadrado: 0,658 (p = 0,416)  
Odds Ratio: 1,036 (IC95%:[0,950; 1,131])

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

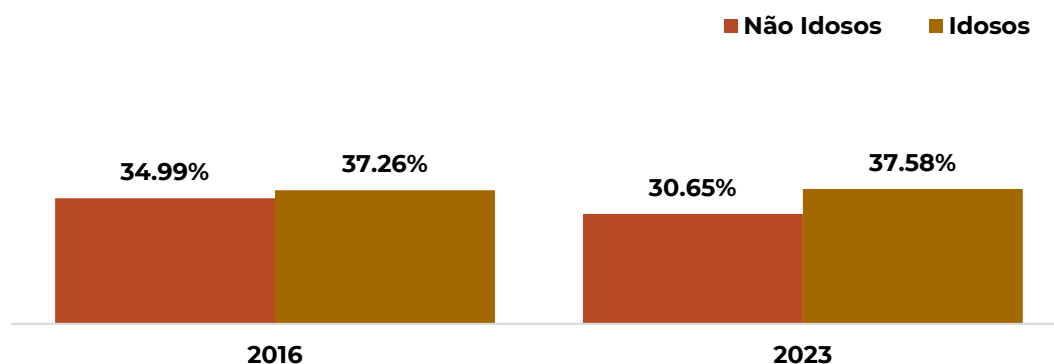
A maior concentração de Pobreza Multidimensional entre Crianças e Adolescentes é extensamente explorada pelos relatórios sobre o IPM Global. Essa tendência também se confirma no cenário das famílias que se dedicam a Pesca Artesanal na Bacia de Campos, com maior concentração da pobreza entre os indivíduos com menos de 18 anos.

Em 2016, 42,24% das crianças e adolescentes eram classificados como pobres multidimensionais, um percentual ligeiramente superior ao dos adultos (39,2%). Em 2023, houve uma redução para ambos os grupos, com 32,28% das crianças e adolescentes e 31,49% dos adultos classificados como pobres. A diminuição foi mais acentuada entre as crianças e adolescentes, indicando uma redução da desigualdade etária na distribuição da pobreza multidimensional. O teste Qui-Quadrado de 2016 ( $p = 0,010$ ) indica que havia uma diferença estatisticamente significativa na taxa de pobreza entre os grupos naquele ano, sugerindo que as crianças eram mais afetadas. Porém, em 2023, essa diferença se tornou estatisticamente insignificante ( $p = 0,416$ ), indicando que a pobreza multidimensional se tornou mais homogênea entre os grupos etários. Os resultados indicam que a pobreza multidimensional diminuiu para ambos os grupos etários, mas com uma melhora mais expressiva entre crianças e adolescentes. Em 2016, a infância e adolescência representavam um fator de risco adicional para a pobreza, o que não se observa mais em 2023.

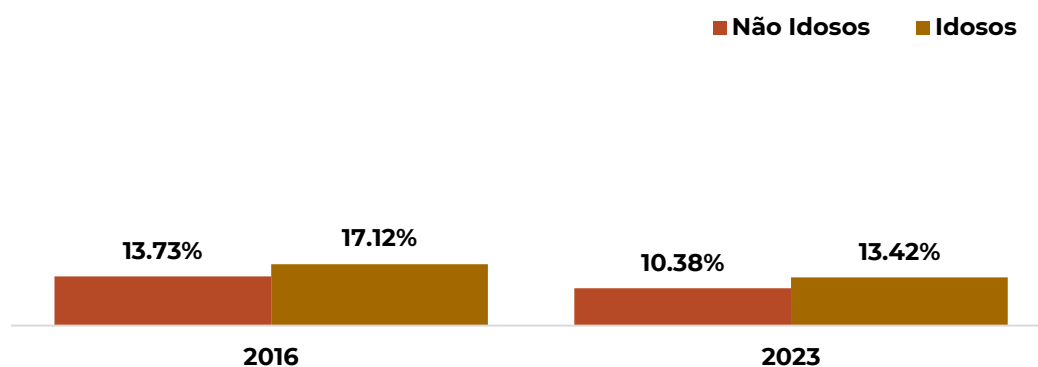
**Gráfico 14.** Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais) – 2016 e 2023



**Gráfico 15.** Intensidade Média da Pobreza entre Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais) – 2016 e 2023



**Gráfico 16.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Não Idosos (0 a 59 anos) e Idosos (60 anos ou mais)– 2016 e 2023



**2016**

Qui-Quadrado: 15,2433\*\* (p =0,000)

Odds Ratio: 1,316 (IC95%:[1,146; 1,511])

**2023**

Qui-Quadrado: 35,2460 (p =0,000)

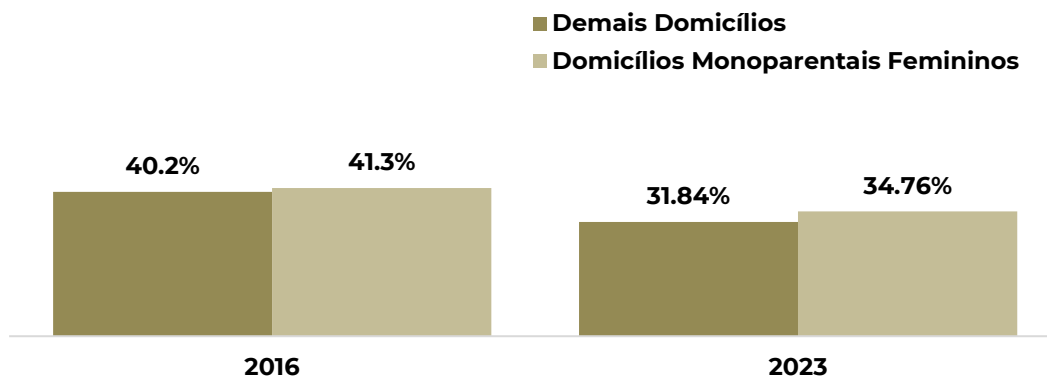
Odds Ratio: 1,362 (IC95%:[ 1,229; 1,509])

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

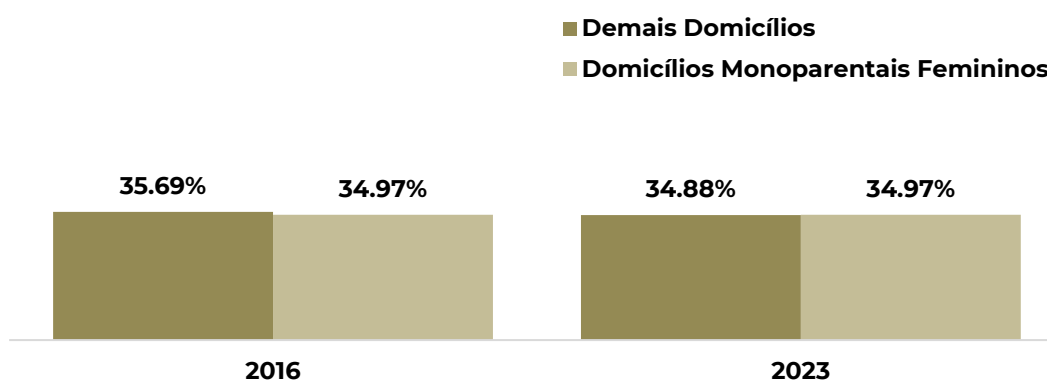
Em 2016, 46% dos idosos eram considerados pobres multidimensionais, uma taxa significativamente maior do que a observada entre os não idosos (39,2%). Em 2023, ambos os grupos apresentaram redução na pobreza multidimensional, mas a proporção de idosos pobres continuou mais elevada (37,58%) em relação aos não idosos (30,65%). A redução da pobreza foi mais expressiva entre os não idosos, o que sugere que as intervenções sociais e econômicas tiveram menor impacto positivo na população idosa. O teste Qui-Quadrado de 2016 (p = 0,000) confirma que a diferença entre os grupos era estatisticamente significativa, e a análise de 2023 reforça essa disparidade, indicando que ser idoso ainda está associado a um maior risco de pobreza multidimensional. A avaliação da intensidade da pobreza reforça que além de mais idosos serem pobres multidimensionalmente, eles também enfrentam um número maior de privações simultâneas, tornando sua condição mais severa. Por fim, o resultado do IPM bem como a avaliação da Razão de Chance (Odds Ratio) indica que os idosos têm 36,2% mais

chances de serem classificados como pobres multidimensionais em relação aos não idosos, reforçando a persistência da desigualdade etária.

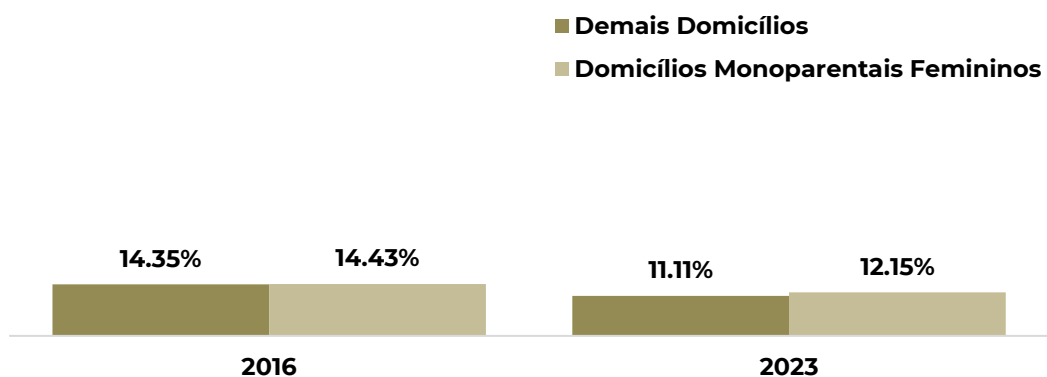
**Gráfico 17.** Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023



**Gráfico 18.** Intensidade Média da Pobreza entre Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023



**Gráfico 19.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Domicílios Monoparentais Femininos e Demais Domicílios - 2016 e 2023



2016

Qui-Quadrado: 0,030 (p =0,862)  
Odds Ratio: 1,046(IC95%:[0,630; 1,736])

2023

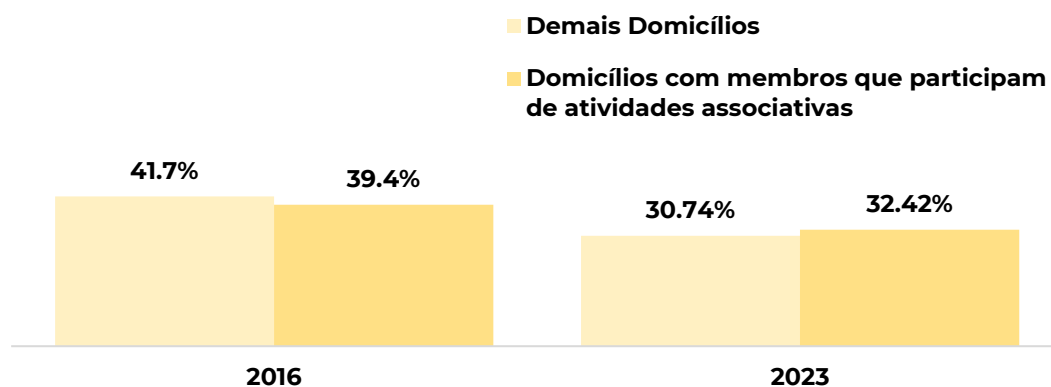
Qui-Quadrado: 0,701 (p =0,402)  
Odds Ratio: 1,140 (IC95%:[ 0,838; 1,551])

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

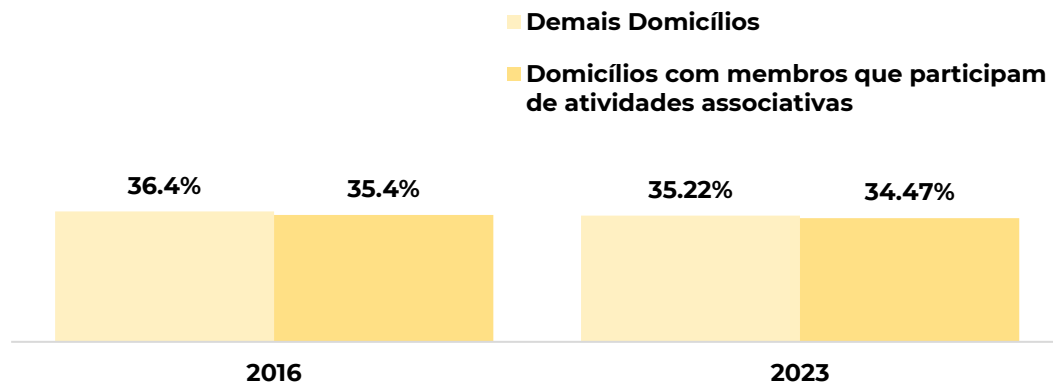
Apesar de bastante relevante, a avaliação da pobreza multidimensional entre domicílios chefiados exclusivamente por mulheres precisa ser lida com cautela do baixo N de domicílios: no ano de 2016 foram identificados 63 casos ao todo, dos quais 26 foram classificados como multidimensionalmente pobres, enquanto no ano de 2023 foram identificados 187 casos dos quais 65 foram classificados como multidimensionalmente pobres.

Em 2016, 43,3% dos domicílios monoparentais femininos eram classificados como pobres multidimensionais, percentual ligeiramente superior ao dos demais domicílios (40,2%). Em 2023, ambos os grupos apresentaram queda na proporção de pobreza multidimensional, porém a diferença entre os dois perfis se manteve, com 34,76% dos domicílios monoparentais femininos ainda em situação de pobreza, contra 31,84% dos demais domicílios. No entanto, o teste Qui-Quadrado de 2023 ( $p = 0,402$ ) indica que essa diferença não é estatisticamente significativa, sugerindo que a condição de monoparentalidade feminina não é um fator determinante isolado da pobreza multidimensional.

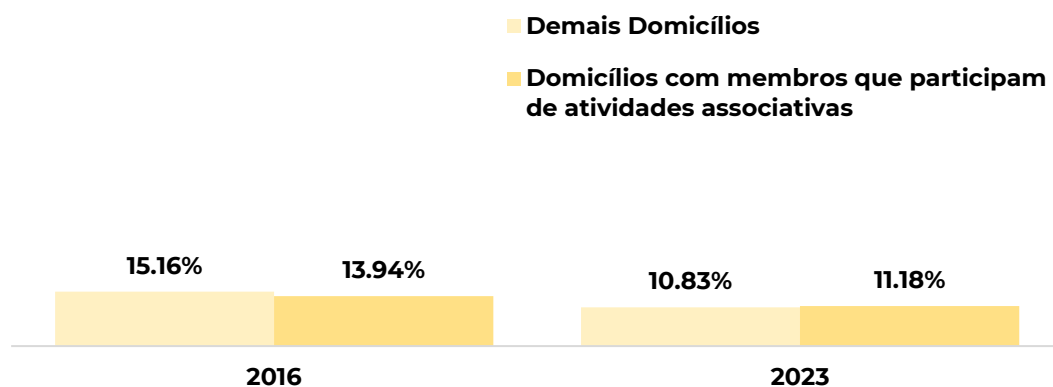
**Gráfico 20.** Comparação da Proporção de Pessoas Pobres Multidimensionais entre Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023



**Gráfico 21.** Intensidade Média da Pobreza entre Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023



**Gráfico 22.** Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional para Domicílios com membros que participam de atividades associativas e que não participam - 2016 e 2023



**2016**

Qui-Quadrado: 1,391 (p =0,238)  
Odds Ratio: 0,910 (IC95%:[0,778; 1,064])

**2023**

Qui-Quadrado: 1,396 (p =0,237)  
Odds Ratio: 1,080 (IC95%:[ 0,950; 1,230])

Fonte: Pesquisa Pescarte 2016 e 2023. Elaborado pela autora.

Em 2016, 41,7% dos domicílios sem participação em atividades associativas eram classificados como pobres multidimensionais, contra 39,4% dos domicílios com membros participantes. Em 2023, a pobreza multidimensional caiu para 30,74% nos domicílios sem participação e 32,42% nos domicílios com membros envolvidos em atividades associativas. A diferença entre os grupos não é estatisticamente significativa, conforme indicado pelo teste Qui-Quadrado de 2023 ( $p = 0,237$ ), indicando que a participação associativa não está claramente associada a uma maior ou menor probabilidade de estar em situação de pobreza multidimensional. Isso sugere que, embora a participação em redes associativas possa gerar benefícios individuais e coletivos, esses impactos não se traduziram diretamente em uma redução significativa das privações multidimensionais. Fatores estruturais, como acesso a serviços, políticas públicas e

condições econômicas locais, parecem desempenhar um papel mais determinante na superação da pobreza multidimensional do que apenas a participação associativa.

#### 4. CONCLUSÃO

A coexistência entre atividades tradicionais e a instalação de grandes empreendimentos é uma tensão de grande interesse por parte da sociologia contemporânea. A fricção entre os modos de vida das populações locais e as mudanças drásticas e rápidas provocadas por essas operações é um tema recorrente não apenas na sociologia, mas também no direito, na economia e em outras áreas do conhecimento. Em especial, a distribuição dos recursos e os impactos da exploração de bens naturais — frequentemente realizados em detrimento do bem-estar das comunidades locais — têm adquirido cada vez mais relevância no debate acadêmico.

Nesse contexto, a realidade dos pescadores artesanais da Bacia de Campos exemplifica essa tensão de maneira emblemática. De um lado, a exploração petrolífera, um dos setores estratégicos da economia brasileira, desempenha um papel central no abastecimento global de petróleo, com métodos de extração marítima pioneiros. De outro, a pesca artesanal, profundamente afetada por essa atividade, enfrenta desafios diretos tanto ambientais quanto socioeconômicos.

Esta dissertação tem como foco a análise da pobreza multidimensional entre os pescadores artesanais da Bacia de Campos ao longo de um período de oito anos, de 2016 a 2023. No entanto, um aspecto que este estudo não cobre — seja pela ausência de dados conclusivos ou pela própria delimitação do problema de pesquisa — é a identificação das causas exatas que levaram à mudança observada no cenário da pobreza. Sabe-se, contudo, que essa população foi alvo de múltiplas intervenções e atravessou tanto processos locais quanto dinâmicas globais que podem ter influenciado essa transformação. Entre os fatores que marcaram esse período, destaca-se a continuidade das operações petrolíferas, os investimentos em infraestrutura e serviços públicos, além de mudanças externas como a pandemia de Covid-19. Além disso, houve a expansão das atividades do PEA-Pescarte, voltado à organização comunitária e requalificação profissional, com a implementação de projetos de geração de trabalho e renda.

A principal questão que esta dissertação busca responder é se, além das intervenções produtivas direcionadas aos pescadores, o bem-estar dessa população melhorou, aqui entendido como a melhoria da qualidade de vida para além da dimensão monetária. Os resultados indicam que sim, houve avanço, mas as desigualdades persistem.

Os indicadores sociodemográficos dos municípios da Bacia de Campos evidenciam um cenário heterogêneo, marcado por desigualdades econômicas, variações no acesso à infraestrutura e desafios estruturais na educação e na saúde. Essa realidade ilustra a principal crítica que justifica o uso do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Por exemplo, São João da Barra, município que possui o 8º maior salário médio do país e o 3º maior PIB per capita do Rio de Janeiro, também apresenta uma das menores coberturas de esgotamento sanitário adequado, com apenas 37,3% em 2010. Esse dado reforça que o crescimento econômico regional não se traduz, necessariamente, em melhorias estruturais na qualidade de vida da população.

Em relação à pobreza multidimensional entre os pescadores artesanais, os dados revelam uma diminuição significativa no período analisado. A proporção de famílias classificadas como pobres multidimensionais caiu de 40,2% para 26,2%, enquanto a intensidade da pobreza — ou seja, o número médio de privações enfrentadas pelos domicílios pobres — reduziu-se de 35,7% para 21,09%. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), obtido pelo produto dessas duas variáveis, caiu de 14,36% para 5,50%, indicando uma melhora substancial.

Ao analisar os componentes da pobreza, destaca-se que a dimensão da saúde, particularmente a insegurança alimentar, segue como o principal fator de privação, seguida pela educação e pelo padrão de vida. A avaliação por grupos revelou que os idosos apresentam maior concentração de pobreza em comparação aos não idosos, em ambos os períodos, o que ressalta a vulnerabilidade dos pescadores mais velhos. Os demais grupos comparativos avaliados apresentaram diferenças modestas no ano de 2016 mas que perderam relevância e significância estatística no ano de 2023, como foi o caso da comparação entre homens e mulheres. Em termos gerais pode se dizer que a análise dos grupos sociais elencados não demonstrou grandes disparidades internas aos dados.

Dessa forma, a dissertação oferece duas leituras essenciais: uma voltada para a redução significativa da pobreza multidimensional dentro do grupo analisado, com avanços na infraestrutura domiciliar e no acesso à tecnologia, e outra que compara esse resultado ao contexto mais amplo, revelando que, apesar das melhorias, 26% das famílias ainda vivem em pobreza multidimensional, um percentual muito superior ao do Brasil, que é de 3,8%, e do estado do Rio de Janeiro, com apenas 0,7% (Alkire, Kanagaratnam e Suppa, 2024). Em algumas localidades, a situação é ainda mais crítica, como em São

Francisco do Itabapoana, onde 42,3% das famílias são classificadas como pobres multidimensionais.

Ao conectar esses achados à Abordagem das Capacidades, a redução da pobreza multidimensional sugere um avanço na ampliação do acesso a bens e serviços fundamentais, o que pode ter contribuído para expandir as liberdades e oportunidades dessa população. No entanto, a persistência de altos níveis de privação em educação e segurança alimentar indica que, apesar das melhorias, as oportunidades para que esses pescadores alcancem maior autonomia e qualidade de vida seguem limitadas. Além disso, as desigualdades regionais e a vulnerabilidade dos idosos reforçam que a expansão das capacidades não ocorreu de maneira homogênea.

## REFERÊNCIAS

- AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. Penso Editora, 2012.
- ALKIRE, Sabina et al. Multidimensional poverty measurement and analysis. Oxford University Press, USA, 2015.
- ALKIRE, Sabina; DENEULIN, Séverine. A normative framework for development. In: An introduction to the human development and capability approach. Routledge, 2009. p. 3-21.
- ALKIRE, Sabina; DENEULIN, Séverine. The human development and capability approach. In: An introduction to the human development and capability approach. Routledge, 2009. p. 22-48.
- ALKIRE, Sabina; KANAGARATNAM, Usha; SUPPA, Nicolai. The global multidimensional poverty index (MPI): 2018 revision. OPHI MPI methodological notes, v. 46, 2018.
- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. 2010. OPHI MPI methodological notes.
- AMARTYA, S. E. N. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 313-334, 1993.
- ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo, ARRIAGADA, Irma, ROBINSON, Lindon J. & WHITERFORD, Scott. (comps.). 2003. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe-University of Michigan Press.
- BATISTA, Ravena De Carvalho Reis; DE OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos. Pobreza multidimensional femenina brasileira em 2015. Apuntes, v. 49, n. 90, p. 181-207, 2022.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010, 384 p.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de gás natural. Brasília: IBAMA, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10. Brasília: IBAMA, 2010

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BOURDIEU, Pierre. As formas de capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. 2008.

COMIM, Flavio; BAGOLIN, Izete Pengo. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, v. 23, p. 467-490, 2002.

CORNWALL, Andrea; FUJITA, Mamoru. Ventriloquising ‘the Poor’? Of voices, choices and the politics of ‘participatory’ knowledge production. Third World Quarterly, v. 33, n. 9, p. 1751-1765, 2012.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE eletrônica, v. 1, p. 1-12, 2002.

DA SILVA FILHO, Luís Abel; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Análise multidimensional da desigualdade socioeconômica no Rio Grande do Norte–2000/2010. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 418-438, 2020.

DE ALMEIDA VIEIRA, Cristiéle; FAVORETTO, Cássia Kely; DE ANDRADE JACINTO, Paulo. Pobreza infantil no Brasil: uma análise multidimensional para o período de 1998 a 2008. Economia Aplicada, v. 25, n. 3, p. 331-366, 2021.

DIRKSEN, Jakob. Capability Approach and MPI. YouTube, 14 de dezembro de 2023. 17min26s. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=hSIuP6kmab0&list=PL94Fcekioa5l-xPv\\_XtGgW1HnIewuY\\_vP&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=hSIuP6kmab0&list=PL94Fcekioa5l-xPv_XtGgW1HnIewuY_vP&index=2) >. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

DOS SANTOS NETO, Givaldo Correa et al. Pobreza e desigualdade de renda: uma análise para a região imediata de Ilhéus-Itabuna, Bahia, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 1, 2021.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Balanço Energético Nacional 2023: Ano base 2022. Rio de Janeiro, 2023.

FERES, Juan C.; VILLATORO, Pablo. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, v. 15, p. 10-87, 2013

FERES, Juan Carlos; VILLATORO, Pablo. La viabilidad de erradicar la pobreza: un examen conceptual y metodológico. 2012.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; CARVALHO, Paulo Fernando Braga; DE MOURA, Cristiano Silva. A COR E A FEMININIZAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL. 2023.

FGV ENERGIA. Uma análise comparativa da transição energética na América Latina e Europa. FGV Energia, 2016.

FILHO, ANTONIO MARIA CLARET DE SOUZA. Pobreza, Capacidades e Índices Multidimensionais: potenciais e limitações da incorporação de dimensões faltantes' 24/02/2022 213 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Minas.

FRAGA PEREIRA, Ohanna Larissa et al. Sobre el futuro y la juventud de Brasil: un análisis de la incidencia de la pobreza multidimensional en las grandes regiones (2015). *Apuntes*, v. 47, n. 86, p. 61-89, 2020.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Sociologia*. Penso Editora, 2023.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American journal of sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American journal of sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HANSAN, J.E. (2011). English poor laws: Historical precedents of tax-supported relief for the poor. Social Welfare History Project. Acessado em: 7/06/2023 em <https://socialwelfare.library.vcu.edu/programs/poor-laws/>

HELAL, Diogo Henrique; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Superando a pobreza: o papel do capital social na região metropolitana de Belo Horizonte. Cadernos Ebape. BR, v. 5, p. 01-13, 2007.

HIGGINS, Silvio Salej et al. Social capital and women's earnings in traditional fisheries: Evidence from the Campos Basin (State of Rio de Janeiro, Brazil). Marine Policy, v. 172, p. 106504, 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 09/02/2025

KLASEN, Stephan. Economic growth and poverty reduction: Measurement issues using income and non-income indicators. World development, v. 36, n. 3, p. 420-445, 2008.

KRETER, Ana Cecília; DEL-VECCHIO, Renata; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Condições habitacionais como um indicador de pobreza nas áreas rurais do Nordeste brasileiro. Revista Economica do Nordeste, v. 46, n. 1, p. 77-96, 2015.

MAAS, Lucas Wan Der et al. A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional. Sociedade e Estado, v. 37, p. 407-433, 2022.

MARCELINO, Gésia Coutinho; CUNHA, Marina Silva da. Pobreza multidimensional no Brasil: evidências para as áreas rurais e urbanas. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 62, p. e266430, 2023.

MAXWELL, Simon; SLATER, Rachel. Food policy old and new. Development policy review, v. 21, n. 5-6, p. 531-553, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico nº 01/2014. Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 138 p.

NARAYAN, Deepa et al. Crying out for change: Voices of the poor. The World Bank, 2000.

NARAYAN, Deepa et al. Voices of the poor. Can anyone hear us? World Bank, 2002.

NARAYAN, Deepa et al. Voices of the poor: from many lands. World Bank, 2002.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa; MATTAR, Luciano. Como monitorar a situação socioeconômica de populações tradicionais: uma proposta metodológica. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 17, n. 1, p. 5661-5675, 2024.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de et al. Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional. 2018.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge university press, 1990.

Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). Global MPI Country Briefing 2023: Brazil (Latin America and the Caribbean). 2023 v. 1, p. 6, 2016.

PARMIS – Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais. Resultados e fragilidades da implementação da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010. Revisão 01, julho de 2023. Coordenação Geral: Tatiana Walter, Patricia Tometich, Naila de Freitas Takahashi. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2023.

PROFILO, Pedro Prates Ottoni *et al.* Capital social entre as pescadoras artesanais da Bacia de Campos: discussões sobre a conceitualização e mensuração entre as mulheres. Anais do VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG), p. 45, 2024.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SALVATO, Márcio Antônio; DE SOUZA MATIAS, Jonathan; DE VASCONCELLOS BARROSO, Matheus. Análise multidimensional da pobreza no Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, n. 2, p. 25-44, 2017.

SANTOS, Valdir Júnior dos. Trabalho e relações de gênero na pesca artesanal: mudanças e permanências. In: *Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA-Pescarte*. Coordenação de Geraldo Márcio Timóteo. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

SEN, Amartya. "Development as Capability Expansion", *Journal of Development Planning*, nº 19, 1989 (encarte especial sobre "Desenvolvimento humano a partir dos anos oitenta") Tradução Regis Castro Andrade.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. Texto para discussão IPEA, 2009.

SUPPA, Nicolai. Introduction to the Capability Approach. YouTube, 14 de dezembro de 2023. 17min26s. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=s4ISu\\_8HYso&list=PL94Fcekioa5l-xPv\\_XtGgW1HnIewuY\\_vP&t=191s](https://www.youtube.com/watch?v=s4ISu_8HYso&list=PL94Fcekioa5l-xPv_XtGgW1HnIewuY_vP&t=191s)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

TIMÓTEO, GERALDO MÁRCIO. *Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente / Geraldo Márcio Timóteo. – 2. ed. rev. e ampl. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019*

TODESCHINI, Caroline; BAÇO, Fernanda Mendes Bezerra. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. *Informe Gepec*, v. 19, n. 2, p. 57-71, 2015.

TONELLA, Celene. Capital social e redução da pobreza: o ponto de vista da CEPAL. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 187-90, 2003.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria " pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista De Sociologia E Política*, p. 55-62, 2004.

UNDP and OPHI (2023). *Global Multidimensional Poverty Index 2023: Unstacking global poverty – Data for high-impact action*, United Nations Development Programme (UNDP), and Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford.

VOGT, Camila; BAGOLIN, Izete Pengo; MACANA, Esmeralda Correa. Privação multidimensional na primeira infância, no Brasil. *Ensaio FEE*, v. 38, n. 3, p. 577-596, 2017.

XIMENES, Verônica Moraes et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estudos de psicologia (Natal)*, v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016